
AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

PRÁTICAS E DISCUSSÕES DA COMISSÃO
PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO



FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES
PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS

COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO

AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

PRÁTICAS E DISCUSSÕES DA COMISSÃO
PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO

COLEÇÃO EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - 8

Maria das Dores Pimentel Nogueira (Organizadora)

Sonia Regina Mendes dos Santos

Fernando Setembrino Cruz Meirelles

Ana Inês Sousa

Edite da Penha Cunha

Marília Barcellos Guimarães

Rossana Souto Maior Serrano

BELO HORIZONTE | 2013



PROEX
PRÓ-REITORIA
DE EXTENSÃO

UF *m* G

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Maria das Dores Pimentel Nogueira

PRODUÇÃO EDITORIAL

Roseli Raquel de Aguiar

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Bruna Lubambo

FICHA CATALOGRÁFICA

Lúcia Paoliello

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Gaia Cultural [cultura e meio ambiente]

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Comissão Permanente de Avaliação da Extensão.

Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão / Organização: Maria das Dores Pimentel Nogueira; textos: Sonia Regina Mendes dos Santos ... [et al.] – Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013.

165 p. : il. ; 21 cm. - (Coleção Extensão Universitária; 8)

ISBN 978-85-88221-45-1

1. Educação superior. 2. Extensão universitária. 3. Universidade e Sociedade. I. Nogueira, Maria das Dores Pimentel. II. Santos, Sonia Regina Mendes dos. III. Meirelles, F. S. Cruz. IV. Sousa, Ana Inês. V. Cunha, Edite da Penha. VI. Guimarães, Marília Barcellos. VII. Serrano, Rossana Souto Maior. VIII. Comissão Permanente de Avaliação da Extensão. IX. Título. X. Série.

CDD 378.121

**FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES
PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX)**

Coordenação Nacional do FORPROEX – Gestão 2013/2014

PRESIDENTE

Sandra de Fátima Batista de Deus
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

VICE-PRESIDENTE

Regina Lúcia Monteiro Henriques
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Coordenação Regional Centro-Oeste

COORDENADORA

Danúsia Arantes Ferreira Batista de Oliveira
Universidade Estadual de Goiás – UEG

VICE-COORDENADORA

Therese Hofmann Gatte
Universidade de Brasília – UNB

Coordenação Regional Nordeste

COORDENADOR

Eduardo Sílvio Sarmiento Lyra
Universidade Federal de Alagoas – UFAL

VICE-COORDENADORA

Maria Helena da Rocha Besnosik
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

Coordenação Regional Norte

COORDENADOR

Fernando Arthur de Freitas Neves
Universidade Federal do Pará – UFPA

VICE-COORDENADOR

George França
Universidade Federal do Tocantins – UFT

Coordenação Regional Sudeste

COORDENADOR

José Felício Goussain Murade
Universidade de Taubaté – UNITAU

VICE-COORDENADORA

Efigênia Ferreira e Ferreira
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Coordenação Regional Sul

COORDENADORA

Gisele Alves de Sá Quimelli
Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG

VICE-COORDENADOR

Edison da Rosa
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO (CPAE)

Maria das Dores Pimentel Nogueira – UFMG (Coordenadora)

Fernando Setembrino Cruz Meirelles – UFRGS

Sonia Regina Mendes dos Santos – UERJ

Ana Inês Sousa – UFRJ

Maria de Fátima Sant’Anna – UNIFAL

Danúsia Arantes Ferreira Batista de Oliveira – UEG

Marcos Roberto Gonzaga – UFRN

Rossana Souto Maior Serrano – UFPB

Tatiana Comiotto Menestrina – UDESC

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
--------------	----

Sandra de Deus

INTRODUÇÃO	17
------------	----

Maria das Dores Pimentel Nogueira

CAPÍTULO 1

A CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL:

TRAJETÓRIA E DESAFIOS	27
-----------------------	----

Maria das Dores Pimentel Nogueira

1.1. Introdução	28
-----------------	----

1.2. Reflexões sobre (sentidos da) extensão universitária	29
---	----

1.3. Antecedentes das políticas de extensão universitária no Brasil	31
---	----

1.4. Políticas de extensão universitária brasileira	36
---	----

Referências	47
-------------	----

CAPÍTULO 2

<i>GESTÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA</i>	51
---	----

Ana Inês Sousa

Fernando Setembrino Cruz Meirelles

2.1. Introdução	52
-----------------	----

2.2. A institucionalização da extensão universitária no Brasil	53
--	----

2.3. A gestão da extensão universitária	56
---	----

2.3.1 A gestão política	56
-------------------------	----

2.3.2 A gestão processual	61
---------------------------	----

2.4. Considerações finais	72
---------------------------	----

Referências	73
-------------	----

CAPÍTULO 3

AVALIAÇÃO E EXTENSÃO: DOS CONCEITOS FUNDAMENTAIS A REFLEXÕES

SOBRE A PRÁTICA ————— 75

Sonia Regina Mendes dos Santos

Fernando Setembrino Cruz Meirelles

Rossana Souto Maior Serrano

3.1. Avaliação no contexto de atuação do Fórum	77
3.2. Revisitar conceitos da avaliação: um caminho para construir a avaliação da extensão	82
3.2.1. O que é avaliar, monitorar e acompanhar?	86
3.2.2. Tipos de avaliação e níveis de avaliação	95
3.2.3. Considerações finais	97
Referências	98

CAPÍTULO 4

A AVALIAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE INDICADORES: UM ESTUDO SOBRE AS

PRINCIPAIS DIRETRIZES E SUAS REPERCUSSÕES PARA A AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO — 99

Fernando Setembrino Cruz Meirelles

Sonia Regina Mendes dos Santos

4.1. Introdução	100
4.2. Preparando a avaliação: dimensões, indicadores e instrumentos	102
a) Definindo dimensões	102
b) Definindo indicadores	104
c) Concebendo os instrumentos	110
d) Tabulação e análise dos resultados	113
e) Possibilidades estatísticas básicas	113
4.3. Criando um quadro de indicadores para a extensão	114
4.4. Conclusões	119

CAPÍTULO 5

SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO ————— 121

Edite da Penha Cunha

Marília Barcellos Guimarães

5.1.	Introdução	122
5.2.	Definições e delimitações conceituais	123
5.2.1.	Gestão da extensão universitária	123
5.2.2.	Sistema de monitoramento e avaliação	125
5.2.3.	Sistema de informação e a gestão da extensão universitária	126
5.3.	Estruturação de um sistema de informação de extensão	128
5.3.1.	Estudos preliminares	129
5.3.2.	Especificação de necessidades a serem atendidas pelo sistema	130
5.3.3.	O desenvolvimento de <i>software</i> e acompanhamento	132
5.3.4.	Testes, correções finais e capacitação de usuários	132
5.3.5.	O Sistema de Informação da Extensão da UFMG - SIEX/ UFMG	132
5.4.	Implementação de um sistema de avaliação da extensão da UFMG para a alocação de vagas docentes nos departamentos	139
5.4.1	Construção de sistema de monitoramento e avaliação	139
5.4.2	A mensuração da produtividade da extensão para a alocação de vagas docentes	143
5.5.	Desafios	150
5.6.	Considerações finais	151
	Referências	152

ANEXO

**LINHAS DE EXTENSÃO, EM ORDEM ALFABÉTICA, PARA CLASSIFICAÇÃO DAS
AÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO
MAIS FREQUENTES** ————— 155



APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Sandra de Deus

“É preciso sistematizar as experiências”, ensina Oscar Jara, em seu livro mais recente, *Sistematização de Experiências: Teoria e Prática para outros Mundos Possíveis*. O que se apresenta nas páginas seguintes é uma importante contribuição/sistematização de um grupo de estudiosos da extensão universitária, com o objetivo de qualificar e fortalecer a área. Uma das tarefas mais preciosas confiadas à Universidade, como um dos setores da sociedade ao qual se atribui a geração de conhecimento, é a estreita interação com os demais setores dessa mesma sociedade, independentemente dos anseios deste setor chamado universidade ou dos demais setores. Se a Universidade for fiel às suas próprias demandas e àquelas provenientes dos demais setores da sociedade, fortalecendo a formação de profissionais comprometidos com esta mesma sociedade, preservando culturas, zelando por direitos humanos e compartilhando o conhecimento, cumprirá em parte sua missão. Isso pode ser evidenciado na análise feita por Darcy Ribeiro, na perspectiva de reformar a universidade brasileira e de sua responsabilidade social:

Cumpra perguntar: pode a Universidade converter-se em um instrumento de mudança intencional de nossas sociedades? A rigor, devemos responder que não já que as classes dominantes farão todo o possível para impedi-lo. Entretanto, as estruturas de poder não são nunca tão homogêneas e coerentes que consigam impor a vontade das classes dirigentes, a menos que a própria Universidade se faça cúmplice delas. Nos dois casos, da Universidade voltada à renovação necessária e no da Universidade a reboque, a situação será sempre conflitante. No primeiro caso,

dados os tumultos provocados pelos interessados em manter o status quo, verão na Universidade seu principal inimigo. No segundo caso, a universidade será convulsionada pela juventude rebelada contra uma instituição que traiçoa seus ideais. A opção como se vê não é entre a tranqüilidade e o tumulto, mas entre duas ordens de tensão. Cabe ressaltar, entretanto, que os conflitos ativos da primeira ordem de tensões permitem à Universidade exercer, ao menos, o papel de última instituição oficial onde o povo e a nação podem propor-se um projeto próprio de desenvolvimento autônomo e autossustentado. (RIBEIRO, 1991, p. 22)

Porém, se a universidade se colocar distante, alheia aos apelos e conflitos dos diferentes setores da sociedade, instalar-se-á como um setor isolado, que não terá nenhuma importância se suas portas forem fechadas, poderá perder o rumo. Não é prudente pensar de forma singular na relação universidade/sociedade. É coerente tratar da relação da universidade/demais setores da sociedade, colocando sempre a universidade como um importante setor da sociedade, não como o forte. Todos se transformam mutuamente no processo: cidadãos, alunos, instituição, e até mesmo o próprio processo. É importante e necessária a reflexão permanente sobre o “fazer extensionista” para se ter uma memória que documenta o que foi feito. Em relações vivas e orgânicas, como as estabelecidas através da extensão universitária, a transformação é parte do processo. A universidade não pode deixar de ver e nem de ouvir as diferentes demandas dos demais setores da sociedade. Não poderia ser diferente. Se compreendermos que a extensão representa os “olhos e os ouvidos” da universidade, passamos para os extensionistas uma grande responsabilidade, que se trata de contribuir decisivamente com a transformação social.

Ao espichar o olhar para as atividades de extensão, pode-se diagnosticar o impacto e a transformação provocados pela presença da Universidade em todos os demais segmentos da sociedade. É visível o crescimento cultural, social e o sentido de pertencimento de uma comunidade quando a universidade, através da extensão, desenvolve programas que preservam valores e costumes locais. Esta presença, no entanto, exige planejamento, metodologia e avaliação. O que não se pode conceber é que a extensão exerça o papel de uma universidade dentro da universidade. Uma se faz sem levar em consideração o seu entorno, e a outra (aquela representada pela extensão) está totalmente envolvida com os demais setores da sociedade, onde encontra condições para oxigenar a primeira. Não é possível reconhecer o impacto impulsionado pela extensão se toda a universidade não estiver envolvida acadêmica e estruturalmente, se a extensão não se institucionalizar como componente formativo com os rigores e limites que a formação exige. O que assegura ser a extensão transformadora é a articulação do específico “fazer” da sala de aula, leia-se, ensino, com a pesquisa e a capacidade de fazer transitar este acúmulo na sociedade, onde a universidade recolhe contribuições, mudanças, novos olhares e até mesmo críticas trazendo este novo aprendizado para o seu interior em condições de rever pesquisas e atualizar os currículos, as práticas de ensino e de gestão.

Então, qual o propósito de refletirmos sobre a avaliação da extensão universitária? Como o papel transformador da extensão é complexo e multidimensional, ou seja, a transformação social proporcionada pela presença da extensão se dá na reflexão permanente em vários aspectos e dimensões diferentes. Avaliar e como avaliar precisam ser compreendidos como etapas do “fazer complexo”. Então, é imprescindível retirar o caráter

de “função menor”, “terceira função”, o preconceito fruto do entendimento de que a extensão “é assistência aos pobres”, para compreender a extensão como uma ação acadêmica de formação efetiva que representa a troca de necessidades e benefícios entre a universidade e a sociedade. Ambos são beneficiários por meio de projetos, convenções e reuniões, melhorando a qualidade de vida na região onde a Universidade atua. A Universidade, no cumprimento de sua responsabilidade social, promove o processo de comunicação cultural com a sociedade, mas isolada não colabora com os conflitos e rotinas do cotidiano social. Para que ocorram mudanças são necessárias trocas capazes de fazer surgir o novo, que é fruto ora do diálogo, ora da disputa, das tensões que envolvem a universidade como parte da sociedade. O pensador Juan Diaz Bordenave afirmou que:

[...] com efeito, ao interagir com a comunidade, a extensão universitária colhe em primeira mão as necessidades dos diversos setores da população em seu contexto real, o qual evita que o estudante se forme exclusivamente no ambiente artificial do claustro acadêmico e assim resulte em um profissional alienado, sem o realismo que o bom desempenho profissional exigiria e com precária consciência social. (BORDENAVE, 2007, p. 45)

Algumas pistas de como diagnosticar o impacto, a transformação e o legado da atuação da universidade estão registradas nas páginas seguintes. A partir das tensões que habitam os gestores da extensão universitária, os estudiosos da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão (CPAE), do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, dedicaram-se a uma profunda reflexão sobre a avaliação da extensão universitária baseados, sempre, na premissa de que os processos avaliativos são políticos, devem ser rigorosos e absolutamente necessários.

Apresento aos extensionistas, especialmente, e a todos os comprometidos e preocupados com os rumos da universidade brasileira uma publicação imprescindível – na verdade mais um volume da Coleção Extensão Universitária – em todas as Pró-Reitorias de Extensão. Boa leitura e que não nos falte capacidade para sistematizar as experiências.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Maria das Dores Pimentel Nogueira

Partindo do princípio de que a educação é um bem público, o Estado deve assegurar a democratização do acesso ao ensino superior para o conjunto da população. Mas, para que esse bem público – a educação – resulte em desenvolvimento social e econômico do país, a produção e a transmissão do conhecimento, funções precípuas da Universidade, devem estar alicerçadas na liberdade de pensamento, buscar a formação para a cidadania e a solução de problemas sociais, tecnológicos e econômicos relevantes, sejam os locais e regionais, sejam os nacionais.

A extensão, como uma das dimensões acadêmicas da Universidade, ao lado do Ensino e da Pesquisa, desempenha um papel de suma relevância, seja na construção do conhecimento, tendo a própria sociedade como sujeito parceiro, seja na validação de conhecimentos instituídos, os quais, por meio das ações extensionistas, são transmitidos, testados e reelaborados. Nessa perspectiva, conforme afirma Demo, “a extensão quer responder ao desafio da qualidade política na formação universitária”, e, se a qualidade política é a razão de ser da formação universitária, a extensão não pode ser residual, eventual, acessória e voluntária. Ela está no centro do sistema universitário, ela é essencial (DEMO, p. 152). Como uma das dimensões acadêmicas, ressalta Paula, a extensão é fundamental, na medida em que suas ações adquirem centralidade na vida universitária para assegurar a própria realização do melhor da Universidade. Assim, “trata-se de reconhecer a extensão universitária: a) como instrumento de transferência de conhecimento; b) como instrumento de produção de conhecimento; c) como instrumento de desenvolvimento econômico-político-social-cultural – seja na potencialização de políticas públicas,

seja na mobilização político-institucional, seja no desenvolvimento de programas específicos a partir de capacidades e competências instaladas na Universidade” (PAULA. In: NOGUEIRA, 2005, p. 7).

Na medida em que a educação é um bem público, para cuja construção a extensão universitária constitui-se como dimensão essencial, sua valorização e institucionalização passam a ser indispensáveis, o que conduz à discussão da questão da avaliação tanto de sua gestão quanto da eficácia, eficiência e efetividade de suas diversas ações. Cabe ressaltar, como afirma Sobrinho (2004), que a avaliação é um fenômeno complexo, considerando não apenas seus objetos e métodos, mas “sobretudo no que se relaciona com a intencionalidade filosófica e política imprimida às suas práticas” (p. 6). Portanto, a avaliação não é apenas um processo técnico, mas, antes de tudo, político. Se seu âmbito é uma instituição de ensino superior, ela deve fazer parte da rotina acadêmica, estabelecendo-se como um processo contínuo, qualitativo e quantitativo, que busque nortear políticas, redirecionar rumos e democratizar informações. Nessa perspectiva, a avaliação da extensão deve estar inserida em um processo mais geral de avaliação da Universidade, de forma integrada com as outras dimensões acadêmicas, o Ensino e a Pesquisa.

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) manifestou, desde seus primeiros encontros, preocupação com a questão da avaliação, o que pode ser comprovado nos documentos finais de seus diversos encontros anuais.¹ No XV Encontro Nacional, realizado em Campo Grande, em 1999, o Fórum, atendendo recomendação do Plano Nacional de Extensão, criou o Grupo de Trabalho (GT) de Avaliação, mais tarde transformado em Comissão Permanente de Avaliação de Extensão (CPAE).

A CPAE atuou intensamente no período de 1999 a 2006. Entre suas realizações, destacam-se a elaboração de um referencial teórico para a avaliação da extensão nas Instituições Públicas de Educação Superior

¹ Esses documentos estão publicados em Nogueira (2000) e disponibilizados no site da Renex – Rede Nacional de Extensão.

(IPES); a promoção de debates nacionais nos eventos do FORPROEX; e, por fim, a assessoria a várias Universidades na discussão interna relativa à avaliação da extensão universitária.

O referencial teórico produzido pela Comissão foi organizado em dois livros, intitulados *Avaliação Nacional da Extensão Universitária*, publicado em 2001, e *Institucionalização da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras: Estudo Comparativo 1993/2004*, publicado em 2006. Ambas publicações integram a Coleção Extensão Universitária (volumes 3 e 5), editada pelo FORPROEX.

Na promoção do debate nacional sobre a extensão universitária, a CPAE coordenou quatro Encontros Nacionais de Avaliação da Extensão. O primeiro ocorreu durante o XVI Encontro Nacional do FORPROEX, realizado na cidade de João Pessoa, em 2000; o segundo foi desenvolvido durante o I Congresso Brasileiro de Extensão, realizado em 2002, também em João Pessoa; o terceiro foi promovido em Belo Horizonte, em 2004, durante o II Congresso Brasileiro de Extensão; o quarto Encontro Nacional de Avaliação ocorreu em Florianópolis, durante o III Congresso Brasileiro de Extensão. Cabe ressaltar que, nesses espaços de debate nacionais, e em muitos outros de âmbito regional, a CPAE coordenou diversas mesas sobre o tema da avaliação da extensão universitária, levando-o para a agenda das IPES brasileiras.

Além de atuar na produção de um referencial teórico e na promoção do debate nacional em torno da avaliação Extensão universitária, a CPAE também desenvolveu ações avaliativas. Atendendo à demanda do Fórum, no período de 2004 a 2005, ela realizou a pesquisa “Diagnóstico da Extensão Universitária Brasileira”, cujos resultados foram disponibilizados para as Universidades integrantes do Fórum, em 2006, durante realização do III Congresso Brasileiro de Extensão, em Florianópolis. Os resultados foram consolidados em um relatório, que tem como uma de suas recomendações a continuidade das ações de análise dos dados coletados para posterior publicação.

Em 2010, a CPAE foi reestruturada pelo FORPROEX, na tentativa de responder ao grande desafio colocado por sua ampliação, resultado da própria expansão da rede de ensino superior brasileira. O Fórum, antes constituído por 84 IPES, conta hoje com 105 instituições componentes. Conhecer como se desenvolve a extensão nessas universidades, os parâmetros conceituais sobre os quais ela se fundamenta, a estruturação de sua gestão, incluindo os procedimentos acadêmicos de sua articulação com o Ensino e a Pesquisa, bem como o grau de implementação das diretrizes acadêmicas do Fórum nas ações extensionistas, e, especialmente, avaliar as transformações da extensão após a implantação de uma política pública de apoio à sua realização, concretizada por diversas edições do Programa de Extensão Universitária do Ministério da Educação – o ProExt –, são desafios inadiáveis colocados para o FORPROEX. Em decorrência da amplitude desses desafios, sabe-se que é necessário reinvestir na capacitação das equipes das IPES para estruturar e implementar seus próprios processos de avaliação da extensão.

Cabe destacar que, avançando nessa direção, o FORPROEX, por meio da CPAE, apresentou à Secretaria de Educação Superior (Sesu), do Ministério da Educação, uma proposta de avaliação da extensão universitária, que articula três projetos, quais sejam, a capacitação das equipes das IPES para implementar o processo interno de avaliação da extensão, por meio de cursos de capacitação; a realização de um Diagnóstico da Extensão nas IPES brasileiras; e a realização de uma Avaliação de Impacto do ProExt 2009/2010.

Obtida a aprovação e o apoio financeiro da Sesu para essa proposta, foram iniciados os três projetos. O projeto de Avaliação de Impacto teve sua primeira etapa realizada em 2012; no âmbito da pesquisa Diagnóstico da Extensão Universitária, o primeiro questionário foi aplicado, estando em curso a aplicação de um segundo questionário aos gestores das Pró-Reitorias de Extensão ou órgãos similares das IPES.

Esta publicação – *Avaliação da Extensão Universitária: Práticas e Discussões da Comissão Permanente de Avaliação* – consolida avanços do primeiro projeto,

o de Capacitação das Equipes das IPES, disponibilizando para o conjunto das Universidades o conteúdo abordado no Curso de Capacitação em Avaliação da Extensão Universitária, ministrado nas regiões Centro-Oeste, Sul, Norte e Sudeste.

Com essa iniciativa, o FORPROEX e suas Comissões acrescentam à Coleção Extensão Universitária mais um volume – o oitavo. Amplia-se, assim, a produção de referenciais teóricos e práticos relativos à extensão universitária, iniciada em 2001.

O primeiro volume da Coleção traz o *Plano Nacional de Extensão Universitária*, elaborado pelo Fórum no período de 1997 a 1998 e lançado pelo Ministério da Educação, em novembro de 1999. Entre os avanços estabelecidos por esse Plano, destacam-se a consolidação do conceito de extensão definido pelo FORPROEX em seu Primeiro Encontro Nacional, realizado na Universidade de Brasília (UnB), em 1987, e das diretrizes da extensão, também estabelecidas pelo Fórum, ao longo de seus doze anos de atuação.

O segundo volume, denominado *Sistema de Dados e Informações: Base Operacional de acordo com o Plano Nacional de Extensão*, foi elaborado pelo GT Sistema de Dados e Informações, criado pelo FORPROEX em 1999, durante o XV Encontro Nacional. O propósito do livro foi apresentar uma proposta de uniformização das áreas temáticas e linhas programáticas,² a caracterização das ações extensionistas e a elaboração de termos de referência que padronizassem nacionalmente a base de dados relativa à extensão.

O terceiro volume da Coleção, denominado *Avaliação da Extensão Universitária*, foi elaborado pelo GT Avaliação da Extensão, criado pelo Fórum em 1999, durante seu XV Encontro. O livro apresenta uma proposta que tem como finalidade auxiliar as Universidades a construir seus processos e metodologias de avaliação da extensão universitária, identificando, entre os diversos indicadores apresentados, os mais adequados

² Posteriormente, denominadas “Linhas de Extensão”.

aos propósitos de cada instituição. Sugerem-se ainda cinco dimensões de avaliação da extensão: Política de Gestão, Infraestrutura, Relação Universidade e Sociedade, Plano Acadêmico e Produção Acadêmica. Outra contribuição dessa obra é a sugestão de categorias qualitativas e quantitativas, indicadores e procedimentos metodológicos para organizar o processo de avaliação da extensão.

O quarto volume é intitulado *Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão e a Flexibilização Curricular: uma Visão da Extensão*. Foi elaborado pelo GT Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão e Flexibilização Curricular, criado pelo Fórum em seu XVII Encontro Nacional, ocorrido em Vitória (ES), em 2001. O livro tem por objetivo a apresentação de princípios gerais que ofereçam subsídios para a implementação da flexibilização curricular e da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, além de divulgar experiências relativas à flexibilização curricular de diversas Universidades.

O quinto volume da Coleção Extensão Universitária foi também produzido pela CPAE. Intitula-se *Institucionalização da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras: Estudo Comparativo 1993-2004*. Trata-se de um estudo comparativo que utiliza dados selecionados de alguns indicadores dos instrumentos de avaliação, aplicados pela Comissão na pesquisa diagnóstica realizada em 2005, e resultados publicados no documento *Perfil da Extensão Universitária no Brasil*, em 1995. Suas grandes contribuições são o estabelecimento de marcos comparativos entre concepções de extensão, por meio da apresentação de práticas desenvolvidas, parcerias realizadas pelas Universidades com organizações e instituições da sociedade civil, articulação com programas de Estado e, por fim, o relacionamento com o Ensino e a Pesquisa.

O sexto volume, denominado *Extensão Universitária: Organização e Sistematização*, dá continuidade e avança na temática tratada no segundo volume – Sistema de Dados e Informações da Extensão. Partindo da experiência adquirida ao longo do Curso de Gestão da Extensão Universitária, promovido pelo Fórum, durante seu XX Encontro, realizado em São Luiz,

em 2005, a obra apresenta orientações e informações úteis para a organização e gestão da extensão, especialmente aos novos dirigentes. São propostas de modificações e atualizações que orientam a construção dos sistemas de informações sobre a extensão, seja o SIEXBRASIL, sejam sistemas próprios das Universidades, e a disponibilização das informações solicitadas pelo Censo do INEP relativo à extensão, realizado a partir de 2006.

O sétimo volume da Coleção traz a *Política Nacional de Extensão Universitária*, elaborada pelo FORPROEX a partir de 2010 e aprovada em 2012, durante realização do XXXI Encontro Nacional, realizado em Manaus (AM). O documento reafirma e atualiza o conceito e as diretrizes de extensão, estabelecidos pelo Fórum ao longo de 25 anos de atuação, e avança no tratamento de questões contemporâneas que afetam a extensão universitária.

Este volume – o oitavo da Coleção Extensão Universitária – foi elaborado em atendimento à demanda dos alunos que participaram do Curso de Capacitação em Avaliação da Extensão Universitária, ministrado pela CPAE, nos anos de 2012 e 2013. O atendimento dessa demanda pela CPAE sustenta-se na crença em torno da necessidade de sistematização do referencial teórico, metodológico e prático abordado no curso, que poderá se tornar uma importante contribuição para construção e implementação de projetos de avaliação da extensão nas IPES. O livro traz uma retrospectiva sintética do processo de construção da extensão universitária no Brasil, tratado detalhadamente em outras publicações; discussões relativas à gestão da extensão, aos aspectos conceitual-téóricos e práticos da avaliação das ações extensionistas, entre eles, os relacionados com os processos de construção de indicadores de extensão e de sistemas de avaliação.

Com esta obra, a CPAE espera contribuir com o trabalho de criação e implementação de processos internos de avaliação da extensão universitária, desenvolvido pelas equipes das Pró-Reitorias de Extensão ou órgãos similares das universidades públicas brasileiras.

REFERÊNCIAS

DEMO, Pedro. Lugar da extensão. In: FARIA, Doris dos Santos (Org.). *Construção conceitual da extensão na América Latina*. Brasília, 2001, p. 141-158.

FORPROEX. *Plano Nacional de Extensão Universitária*. Rio de Janeiro: NAPE/UERJ, 2001. (Coleção Extensão Universitária v. 1).

FORPROEX. *Avaliação nacional da extensão universitária*. Brasília: MEC/Sesu, 2001. (Coleção Extensão Universitária v. 3).

FORPROEX. *Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. (Coleção Extensão Universitária v. 4).

FORPROEX. *Institucionalização da extensão nas universidades públicas brasileiras: estudo comparativo 1993/2004*. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. (Coleção Extensão Universitária v. 5).

FORPROEX. *Extensão universitária: organização e sistematização*. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. (Coleção Extensão Universitária v. 6).

FORPROEX. *Política Nacional de Extensão Universitária*. UFRGS, 2012. (Coleção Extensão Universitária v. 7)

MEC; Sesu. *Perfil da extensão universitária no Brasil*. Rio de Janeiro: UERJ, 1995.

NOGUEIRA, M. D. P. *Políticas de extensão universitária brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

NOGUEIRA, M. D. P. (Org.). *Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas*. Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. 1987-2000. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2000, 194 p.

SOBRINHO, José Dias. *Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior*. RAIES, v. 9, n. 3, set. 2004.

CAPÍTULO **1**

A CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL:

TRAJETÓRIA E DESAFIOS

CAPÍTULO 1

A CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL: TRAJETÓRIA E DESAFIOS

Maria das Dores Pimentel Nogueira

1.1. Introdução

A discussão da extensão universitária nos reporta a uma reflexão sobre a própria universidade. Como instituição, a universidade está situada numa realidade histórica. A sua análise deve, necessariamente, levar em conta a realidade concreta, historicamente condicionada, pois a universidade se define em função da sociedade na qual está inserida, em coerência com seu próprio projeto político. Assim, nenhuma análise mais profunda da universidade pode deixar de considerar a questão das suas relações múltiplas e recíprocas com a sociedade, a questão fundamental, pois, da extensão universitária.

Assim, discutir a extensão universitária é uma forma de discutir a própria universidade. Não se pode abordar a extensão de forma isolada, como uma de suas funções, realizada de maneira independente. Não se pode perder a perspectiva da totalidade:¹ a extensão, como o ensino, como a pesquisa e a própria administração existem inter-relacionados no ambiente acadêmico, influenciando-se mutuamente. As práticas institucionais refletem conflitos e contradições que se superam continuamente. As ações de extensão são influenciadas tanto por propostas políticas da instituição, ou do governo, quanto por circunstâncias históricas que interferem no cotidiano das relações acadêmicas.

Nas últimas décadas, essa dimensão universitária tornou-se importante foco de discussão no meio acadêmico, pois o processo de redemocratização

¹ Trabalha-se aqui a categoria totalidade na perspectiva da dialética marxista. Ver KOSIK, Karel, 1995; CUR Y, C. R. Jamil, 1995.

no país – iniciado em meados dos anos 1980 – possibilitou uma ampla discussão dentro das universidades brasileiras, buscando redimensionar sua função e acentuando seu comprometimento e responsabilidade social com as classes menos favorecidas. Pode-se dizer que hoje, para uma grande parte da comunidade acadêmica brasileira, a extensão é essencial para que a universidade se realize plenamente enquanto instrumento emancipatório.

1.2. Reflexões sobre (sentidos da) extensão universitária

Na análise de Paula (2013), a extensão não tem sido adequadamente compreendida e assimilada nas universidades, seja porque foi a última das dimensões acadêmicas a surgir, “seja por sua natureza intrinsecamente interdisciplinar, seja pelo fato de se realizar, em grande medida, além das salas de aula e dos laboratórios, seja pelo fato de estar voltada para o atendimento de demandas por conhecimento e informação de um público amplo, difuso e heterogêneo”.

De fato, as dificuldades conceituais e práticas da justa compreensão e implementação da extensão universitária, decorrem, em grande parte, do fato da extensão se colocar questões complexas seja por suas implicações político-sociais, seja por exigir postura intelectual aberta à inter e à transdisciplinaridade, que valorize o diálogo e a alteridade. (PAULA, 2013)

A palavra extensão traz em si um sentido muito pouco adequado à concepção contemporânea de extensão. Paulo Freire, no livro *Extensão ou Comunicação* discute suficientemente a questão, refletindo sobre seu sentido como a ação de estender. Estender algo a alguém. Guarda, pois, sentidos de poder, de transmissão, superioridade, messianismo, assistencialismo e invasão cultural. Traz a ideia de movimento unilateral: aqueles que têm estendem aos que não têm, aqueles que sabem, estendem aos que não sabem. Assim, o conhecimento sai da universidade para a sociedade. Só se

valoriza o conhecimento sistematizado, o saber letrado; não se considera o saber popular.

A outra relação que o termo extensão guarda é com a ideia de *invasão cultural*. Se você estende alguma coisa a alguém, você invade o seu espaço sociocultural. Segundo Freire (1975), o sujeito que invade parte de seu espaço sociocultural, que lhe dá sua visão de mundo, para penetrar outro espaço sociocultural, impondo seus valores. Nesse sentido, quem faz extensão pensa sobre ou para aquele que sofre a ação.

Paulo Freire, ao discutir as bases da comunicação entre o saber dos técnicos extensionistas e os camponeses chilenos, conclama-os a atuarem como educadores – educandos, numa perspectiva libertadora e emancipadora, enfim, humanista. Suas reflexões sobre educação são levadas ao campo de extensão. Educação como um que-fazer humano, que ocorre no tempo e no espaço, entre homens, uns com os outros. “Porque admira o mundo e, por isso, o objetiva, porque capta e compreende a realidade e a transforma com sua ação-reflexão, o homem é um ser da praxis. Mais ainda: o homem é práxis e, porque assim o é, não pode se reduzir a um mero espectador da realidade, nem tampouco a uma mera incidência da ação condutora de outros homens que o transformarão em ‘coisa’. Sua vocação ontológica, que ele deve tornar existência, é a do sujeito que opera e transforma o mundo” (FREIRE, 1969).

As ideias de Paulo Freire influenciaram decisivamente as concepções e práticas da extensão universitária no Brasil, como se verá mais adiante nesse capítulo. Ainda na análise de Paula (2013):

É, talvez, como um paradoxo que a extensão universitária constituiu suas mais significativas referências e práticas, a partir da denúncia de Paulo Freire do conceito de “extensão,” o que obrigou aos que quiseram continuar a usar o termo a uma radical reconceptualização, que incorporou o essencial da perspectiva de Paulo Freire.

O discurso que se constrói sobre a extensão universitária a partir do final da década de 1980 aponta para a superação da dicotomia existente entre a produção do saber e a sua socialização, bem como define a opção política de atendimento às demandas sociais da maioria da população com objetivo de transformação social (TAVARES, 1996).

A extensão universitária é concebida como articuladora das atividades de ensino e pesquisa com as demandas da sociedade. É, portanto, o momento de devolução e articulação do saber, o qual deve ser (re)construído, testado e realimentado permanentemente, a partir do confronto com as situações concretas.

A extensão universitária é o que permanente e sistematicamente convoca a universidade para o aprofundamento de seu papel como instituição comprometida com a transformação social, que aproxima a produção (...) do conhecimento de seus efetivos destinatários, cuidando de corrigir, nesse processo, as interdições e bloqueios, que fazem com que seja assimétrica e desigual a apropriação social do conhecimento, das ciências, das tecnologias. (PAULA, 2013)

1.3. Antecedentes das políticas de extensão universitária no Brasil

Entre as dimensões acadêmicas constitutivas da universidade contemporânea, a mais recente é a extensão. Instituição singular, a universidade surge no século XII como uma corporação de mestres e alunos em torno da atividade de ensino. Alguns séculos depois, mais precisamente na Alemanha do século XIX, na criação da Universidade de Berlim, em 1810, forja-se o projeto acadêmico em torno da ideia de pesquisa científica. Não se fará aqui registro nem análise do surgimento da universidade e seus desdobramentos, tema esse bastante debatido na literatura universal e que foi tratado recentemente, em análise primorosa, por Evando Mirra, no livro *A Ciência que Sonha e o Verso que Investiga* (2009). A extensão surgiria no final do mesmo século.

Segundo Mirra (2009), surgem, primeiro na Inglaterra, depois em outros países europeus, iniciativas baseadas na crença de que “a universidade deveria ir àqueles que não podiam ir à universidade” (p. 77), surgindo, assim, a ideia de extensão universitária. Segundo o autor, a Universidade de Cambridge foi, provavelmente, a primeira a criar um programa formal de cursos de extensão, em 1871; em seguida, surgem na Universidade de Oxford atividades voltadas para os bolsões de pobreza. Em pouco tempo, a prática da extensão se espalhou por outras universidades europeias. Nos Estados Unidos registraram-se experiências bem-sucedidas nas Universidades de Chicago, em 1892, e de Wisconsin, em 1903. Mas, de grande impacto nacional, foram as atividades realizadas pelos Land Grant Colleges que, em parceria com órgãos do Governo Federal, levavam assistência aos agricultores (GURGEL, 1986; NOGUEIRA, 2005; MIRRA, 2009).

Esses dois modelos – o primeiro de influência inglesa e o segundo inspirado na experiência americana – estarão presentes tanto na legislação como na prática em toda a história da extensão universitária brasileira. As primeiras experiências de extensão nas universidades brasileiras datam do início do século XX, restringindo-se à realização de cursos e conferências e à prestação de serviços. A antiga Universidade de São Paulo, criada em 1911, registrava a oferta de cursos e conferências destinados à população em geral; as Universidades Federais de Viçosa e de Lavras, ambas em Minas Gerais, já realizavam no início dos anos 1920 ações de assistência nas áreas de agricultura e pecuária, destinadas aos fazendeiros e suas famílias.

Diversos autores² registram que as atividades de extensão, durante décadas, foram realizadas nas universidades de forma secundária, decorrentes do ensino e da pesquisa. Limitavam-se, na maioria das vezes, à divulgação dos resultados da pesquisa ou ao reforço do ensino, atingindo a uma camada da população que já tinha acesso aos cursos superiores.

² CUNHA, 1986, TAVARES, 1997, SOUSA, 2000.

A primeira referência legal à extensão universitária é registrada no Estatuto das Universidades Brasileiras, Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, e na Exposição de Motivos que o acompanha. Considera-se que a extensão, realizada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, concorreria para elevar o nível da cultura geral da população. A extensão é entendida como instrumento de transmissão do conhecimento da universidade para a sociedade. Há nessa legislação a intencionalidade de institucionalização da extensão – preocupação esta quase sempre ausente da organização e prática nas universidades brasileiras, durante as décadas que se seguiram – ao colocá-la sob controle do Conselho Universitário, que deveria efetivá-la em entendimento com as unidades acadêmicas da instituição.

As várias instituições de ensino superior criadas após a publicação do Estatuto da Universidade Brasileiras³ não asseguraram à extensão universitária, em sua concepção e organização, o papel que a legislação lhe consagrara. Exceção feita à Universidade do Distrito Federal, concebida por Anísio Teixeira e colaboradores, que estabelece em seu estatuto, como uma de suas finalidades, propagar as aquisições da ciência e da arte por meio de cursos de extensão popular.

Em 1961 promulga-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 4.024, que trata vagamente da questão da extensão universitária, registrando apenas que nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados “cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão” (art. 69).

A Lei Básica da Reforma Universitária, nº 5.540, de 1968, assume a indissociabilidade entre as atividades de ensino e pesquisa, tratando a extensão como a forma pela qual a universidade estende à comunidade sua atividade de ensino e o resultado de suas pesquisas. Registra ainda que as instituições de ensino superior deverão possibilitar aos estudantes, por meio de atividades de extensão, participar de “programas que visem

³ Ver FÁVERO (1980).

à melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento” (art. 40).

A visão reducionista da extensão, presente tanto na Lei nº 4.024/1961 quanto na Lei nº 5.540/1968, não considera a dimensão acadêmica dessa atividade, que permite construir, testar e reelaborar o conhecimento produzido ou transmitido pela academia, sendo um meio efetivo de interação entre universidade e sociedade. Em especial, a legislação de 1968 considera a extensão como ação a ser realizada por estudantes, sem participação de docentes e desvinculada de planejamento acadêmico institucional.

O avanço na concepção de extensão⁴ pode ser percebido no movimento estudantil, já no final da década de 1950. A UNE propunha uma atuação de estudantes voltada para o compromisso com as classes de trabalhadores, enquanto proletariado urbano e rural. Apreende-se dos documentos produzidos e de programas desenvolvidos que a extensão deveria se processar por meio de cursos acessíveis a todos, ações de alfabetização, serviços prestados a órgãos públicos – em especial, no interior dos Estados, onde a carência de recursos humanos é maior –, assistência às camadas populares nos setores médico, odontológico, técnico e jurídico. Alguns avanços metodológicos podem ser observados, como a proposta de atuação conjunta de estudantes de diferentes áreas profissionais, acenando para a contemporânea diretriz de interdisciplinaridade acadêmica.

Com o Golpe Militar de 1964 e a legislação promulgada nos anos seguintes, a UNE foi extinta e as universidades, tal como outras instituições, foram submetidas a um rígido controle ideológico. Dois programas de extensão desenvolvidos, ambos a partir de meados da década de 1960, merecem registro. Trata-se do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e o Projeto Rondon.

O CRUTAC inicia-se em 1965, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, visando dar aos alunos – inicialmente, os da área da saúde,

⁴ Ver NOGUEIRA, 2005.

expandindo-se depois para os cursos das demais áreas – a oportunidade do contato com as camadas mais carentes da população. Estava em sintonia com o governo militar, interessado em demonstrar para a sociedade civil sua preocupação com a pobreza das classes desvalidas. Na análise de Paiva (1986), a universidade era considerada a instituição que representa a cultura e, por meio do programa, que levaria os benefícios do mundo civilizado às populações incultas do interior, instruindo os que “não tem cultura”. Em cinco anos o programa chegou a ter 22 unidades CRUTAC ligadas a universidades, em especial, nas regiões Nordeste e Norte.

O Projeto Rondon foi lançado oficialmente em um evento na Universidade do Estado Guanabara, em 1966, onde se discutia a questão da educação e segurança nacional. Instituído oficialmente em nível nacional por meio do Decreto nº 62.927, de 23 de junho de 1968, vinculado ao Ministério do Interior, tem seu fundamento filosófico baseado em um decálogo de princípios marcado pelas ideias de desenvolvimento e segurança nacional. Os estudantes são recrutados para as chamadas “Operações Nacionais”, de cunho assistencialista, sem participação das unidades acadêmicas das universidades, constituindo, portanto, ações de extensão desvinculadas das demais atividades acadêmicas – o ensino e a pesquisa.

Em função das críticas ao caráter esporádico e sem continuidade das ações feitas, em parte pelos próprios estudantes, o Governo Federal criou o programa dos *Campi* Avançados, que eram unidades físicas, a maioria na Amazônia, administradas por universidades de outras regiões do país. Em cinco anos foram criados 22 *Campi* Avançados. O programa sofreu severas críticas por parte da comunidade acadêmica da região Norte por não estabelecer articulação e parcerias com as universidades regionais, ignorando o conhecimento produzido e as reflexões sobre as questões locais e regionais.

O Projeto Rondon foi extinto formalmente em 1989, sendo que algumas de suas estruturas foram assumidas por universidades da região Norte, que nelas passaram a desenvolver atividades regulares, tais como cursos de graduação para formação de professores. Exemplo disso foi a atuação

da Universidade Federal do Pará com a proposição e implementação do seu Programa de Interiorização, que, em 1987, implantou 40 cursos de graduação no interior do estado, assumindo três dos *campi* do Projeto Rondon, situados em Altamira, Santarém e Marabá.

No início do século XXI o Governo Federal retoma o Projeto Rondon, em edições que se assemelham às antigas Operações Nacionais, realizadas na década de 1960, e que foram objeto, como dito anteriormente, de críticas por membros das comunidades acadêmicas das universidades participantes pelo curto período de atuação das equipes nas regiões visitadas e pela falta de continuidade das ações. O programa vem sendo realizado com regularidade, desde então, atraindo universidades de todo o Brasil, apesar de apresentar fragilidades semelhantes ao modelo desenvolvido nos anos 1960, pois o período que as equipes passam nas comunidades não é suficiente para desenvolver ações com alguma sustentabilidade como programas e projetos; são criadas expectativas nos moradores dos municípios e mesmo nos acadêmicos que não são atendidas. Dificilmente ações dessa natureza conseguem atender as diretrizes de extensão, como impacto social, articulação entre a extensão, o ensino e a pesquisa e também a interação dialógica com as populações locais.

1.4. Políticas de extensão universitária brasileira

A primeira política de extensão universitária brasileira data de 1975. Trata-se do Plano de Trabalho de Extensão Universitária. Fora instituída pelos Ministérios da Educação e do Interior uma comissão com a função de propor medidas que articulassem as ações dos programas CRUTAC e Rondon. Dentre as recomendações contidas no relatório dessa comissão consta a criação da Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE), vinculada ao Departamento de Assuntos Universitários, do MEC.

Embora não tenha sido instituída por ato legal, a CODAE teve significativa atuação de 1974 a 1979. Elabora o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, que incentiva a participação de discentes e docentes nas

atividades extensionistas, trazendo um novo conceito de extensão universitária: “...a forma através da qual a instituição de ensino superior estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações de um modo geral, delas recebendo influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o ensino e a pesquisa” (MEC/DAU, 1975, apud GURGEL, 1986, p. 139). Esse conceito de extensão traz elementos novos:

- o estabelecimento da relação entre extensão, ensino e pesquisa em que a primeira promoveria o repensar das outras atividades acadêmicas;
- a troca entre saberes acadêmico e popular, que ocorre por meio da comunicação entre universidade e sociedade, indicando uma ação de extensão por parte das universidades mais comprometida com a realidade social.

O Plano de Trabalho de Extensão Universitária supera a visão tradicional de extensão enquanto realização de cursos e prestação de serviços. Além desses, define outras formas de extensão como projetos de ação comunitária, difusão de resultados de pesquisas, difusão cultural ou outras formas de atuação exigidas pela realidade regional onde a universidade esteja inserida. Foram disponibilizados recursos para financiamento de projetos de extensão, bolsas para discentes, além de atividades de capacitação de pessoal com realização de treinamentos e seminários. No entanto, embora o Plano de Trabalho de Extensão Universitária tenha avançado na concepção de extensão e tivesse financiamento próprio, o controle e o poder de decisão estavam nas mãos do MEC. Às universidades cabia apenas a execução das atividades.

Extinta a CODAE em 1979, no bojo de uma reforma administrativa no MEC, nenhum órgão que fizesse a interlocução com a extensão das universidades figurava no novo quadro organizacional.

No entanto, na grande efervescência política pela qual passava o país no início dos anos de 1980 – com intensa mobilização da sociedade civil para a reconstrução do estado democrático – emerge a discussão do papel da

universidade e seu compromisso com as classes menos favorecidas e da autonomia universitária. Nessas discussões configura-se a importância da extensão universitária para a transformação da universidade em instituição verdadeiramente comprometida com a mudança social do ponto de vista emancipatório, democrático e popular. A extensão é considerada como atividade que vai possibilitar à universidade cumprir sua missão social.

Nas diversas regiões do país registram-se movimentos e eventos que discutem a extensão universitária enquanto prática acadêmica que possibilita interligar o ensino e a pesquisa com as demandas sociais. Nesse contexto, realiza-se em dezembro de 1985, em Manaus, o Encontro de Pró-Reitores de Extensão do Norte do País, com participação de representantes do MEC, SUDAM e Projeto Rondon, tendo como tema central a integração da universidade no contexto regional. Em abril de 1987, durante o I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Nordeste, realizado em Aracaju, Sergipe, cria-se o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Nordeste. Em setembro do mesmo ano, cria-se o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas da Região Sudeste, em um encontro de dirigentes de extensão, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais. Quanto à região Sul, registrava-se a ocorrência regular dos Seminários de Extensão Universitária da Região Sul (SEURS), desde 1983 como um espaço onde se divulgava e se discutia a extensão.

Todo esse movimento culmina com a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, em novembro de 1987, durante encontro sediado pela Universidade de Brasília. A criação desse Fórum ocorreu por necessidade político-institucional. No sistema de ensino superior brasileiro, as atividades de ensino – de graduação ou pós-graduação – e a pesquisa contavam com financiamento próprio, seja no MEC, no Ministério de Ciência e Tecnologia ou outros ministérios. Já a extensão realizava-se de forma diferenciada nas universidades, necessitando instrumentos para institucionalização, diretrizes para sua realização e financiamento. Cria-se o Fórum para elaborar e

coordenar a política de extensão a ser desenvolvida pelas IPES públicas brasileiras.

A extensão é definida como:

O processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. (NOGUEIRA, 2000)

Segundo Mário Pederneiras (2005), o conceito de extensão criado pelo Fórum foi absorvido pelo conjunto das instituições universitárias públicas e privadas, segundo se verifica pela análise da legislação interna de cada instituição.

São de autoria desse Fórum, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), em articulação com o MEC, três políticas de extensão universitária brasileira: o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE), de 1993, o Plano Nacional de Extensão, de 1998 e a Política Nacional de Extensão Universitária, de 2012.

Os processos de elaboração dessas políticas se deram em momentos em que as relações entre o Fórum e o MEC foram bem distintas. Na elaboração do PROEXTE, as equipes do Fórum e do MEC trabalharam em conjunto compondo a Comissão de Extensão Universitária. O programa considera as diretrizes conceituais e políticas do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras elaboradas nos encontros anuais e divulgadas desde sua criação. As convocatórias para apresentação de projetos sofrem algumas modificações, sendo que, em 1995 o Programa de Fomento à Extensão Universitária foi apresentado em duas linhas de ações para financiamento, estabelecendo

critérios diferenciados para habilitação institucional ao programa para as IPES públicas, confessionais, comunitárias e filantrópicas.

- Linha I – Articulação da Universidade com a Sociedade. Abrangendo cursos de capacitação, treinamentos nas áreas de educação, saúde, produção e qualidade de vida, assessorias técnico-administrativas, propostas alternativas de estágios e práticas curriculares, ações de cultura e manifestações artísticas, ações articuladas com a pesquisa e com o processo formativo em resposta às demandas sociais.
- Linha II: Integração da Universidade com o Ensino Fundamental. Para financiamento de propostas consonantes com as Políticas Nacionais para Educação Básica, atendendo necessidades apontadas pelos sistemas de ensino estaduais e municipais. Destinados a crianças do 1ª a 8ª série, jovens e adultos, incluindo educação indígena e educação especial.

O PROEXTE manteve-se regularmente até o ano de 1995. No ano seguinte apenas algumas universidades receberam recursos para desenvolver os projetos aprovados. Seguiu-se um longo período de reivindicações do FORPROEX junto às novas equipes da Sesu/MEC para manutenção do programa com liberação de recursos para financiamento das ações de extensão e de bolsas para alunos.

Esgotados todos os argumentos e possibilidades junto à Sesu/MEC, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Brasileiras iniciou discussões em nível nacional para elaboração de uma nova política de extensão para as IPES brasileiras. Trata-se do Plano Nacional de Extensão, elaborado de forma coletiva, aprovado em reunião anual do FORPROEX, em 1998, e publicado pelo MEC, em 1999.

O Plano Nacional de Extensão mantém os mesmos princípios e diretrizes já estabelecidos no PROEXTE e os amplia, considerando definições conceituais e avanços metodológicos estabelecidos nos encontros anuais posteriores. Em ambos, a extensão ocupa o mesmo nível acadêmico que o ensino e a pesquisa, cumprindo o princípio constitucional da indissociabilidade entre as três dimensões acadêmicas. A interdisciplinaridade

é recomendada em ambos como a forma pela qual se compreende e se interfere na realidade como um todo, superando a prática arraigada nas universidades de se fazer ciência baseado em uma visão compartimentada da realidade. A extensão é considerada como essencial na formação cidadã dos alunos e na qualificação dos docentes. Defende-se que a produção do conhecimento via extensão é mais rica, pois considera o saber popular e ao testar, na prática, o conhecimento produzido ou preservado pela universidade, esse conhecimento retorna à academia reelaborado.

Avança-se na metodologia de extensão ao recomendar o desenvolvimento de programas de maior duração, compostos por projetos, cursos e outras atividades desenvolvidos de forma articulada.

O Plano Nacional de Extensão estabelece objetivos e metas, entre eles, a consolidação de um sistema nacional de informações e a inclusão das universidades à Rede Nacional de Extensão. Propõe-se ainda a elaboração e implantação de um sistema de avaliação das atividades de extensão.

Como se disse anteriormente, ambas as políticas de extensão – o PROEXTE e o Plano Nacional de Extensão – têm diretrizes conceituais, políticas e operacionais semelhantes. Em Nogueira (2005, p. 112), essas diretrizes são descritas e analisadas contemplando todas as que foram definidas nos documentos elaborados pelo Fórum, desde sua criação. Observa-se que a partir de 2003 o Fórum elege cinco dessas diretrizes para orientar a reflexão e a prática sobre a extensão nas IPES brasileiras, quais sejam: a indissociabilidade entre o ensino, a extensão e a pesquisa, a interdisciplinaridade, a interação dialógica, o impacto na formação do estudante e o impacto social. Na construção e implementação dessas políticas, no entanto, registram-se procedimentos bastante diferenciados por parte das equipes do MEC. Quanto à primeira houve intensa participação da equipe da Sesu/MEC junto ao FORPROEX em sua concepção, elaboração, divulgação e financiamento. Já o Plano Nacional, embora publicado pelo MEC, não contou com recursos desse Ministério para sua implementação até o ano de 2002. A partir do ano seguinte inicia-se um processo de reaproximação e diálogo entre o Fórum e o MEC.

No ano de 2012, o FORPROEX publica a Política Nacional de Extensão Universitária, proposta esta que encontrava-se em discussão desde 2009. O documento foi apresentado pelo Fórum como uma iniciativa que dá “materialidade ao compromisso das Universidades signatárias, estabelecido por meio de seus Pró-Reitores de Extensão, com a transformação da Universidade Pública, de forma a torná-la um instrumento de mudança social em direção à justiça, à solidariedade e à democracia” (2012, p. 10).

A Política Nacional de Extensão Universitária reafirma objetivos pactuados ao longo dos 25 anos de existência do Fórum e acrescenta outros para o “enfrentamento de novos desafios e aproveitamento de novas oportunidades, tendo em vista o contínuo fortalecimento da Extensão Universitária” (2012, p. 14). Da mesma forma, reafirma e atualiza o conceito de extensão definido pelo Fórum quando de sua criação:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade. (FORPROEX, 2012, p. 42)

O texto recupera, de forma rápida, a história do Fórum e da própria extensão e conclama a universidade a atuar – situando-a no contexto internacional e nacional – enfrentando desafios e crises, pois “cabe a ela promover a superação da perplexidade, da paralisia teórica e prática, do adesismo e do voluntarismo ingênuo. Enquanto instituição produtora do conhecimento, a Universidade deve oferecer aos governos e aos atores sociais subsídios para as escolhas que precisam ser feitas, os instrumentos científicos de que carecem para as intervenções e atuações mais lúcidas e comprometidas com a plena emancipação humana. Instrumentos científicos, sim, mas sustentados por um compromisso ético e pela paixão que impulsiona o engajamento na busca de um mundo melhor” (FORPROEX, 2012, p. 29).

O documento reafirma as diretrizes que devem orientar as ações de extensão estabelecidas pelo FORPROEX, quais sejam: interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, impacto na formação do estudante e impacto e transformação social. São ainda elencados os principais desafios que se apresentam à extensão universitária na conjuntura atual e reafirmada a necessidade da avaliação das ações de extensão e do financiamento que garanta não apenas o quantitativo necessário, mas a estabilidade, a transparência e a focalização em áreas prioritárias.

A partir de 2002, novas perspectivas se estabeleceram com relação ao financiamento da extensão universitária, acenando para a possibilidade de definição e consolidação de políticas de extensão pelas Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (IPES). O Ministério da Educação vem publicando, desde então, anualmente, edital específico para financiamento da extensão. Inicialmente denominado Programa de Apoio à Extensão Universitária voltado às Políticas Públicas, hoje, o Programa de Extensão Universitária (ProExt) foi instituído no âmbito do Ministério da Educação, por meio do Decreto nº 6.495, de 30 de junho de 2008. Segundo Geraldo, essa foi uma ação no sentido de consolidá-lo como política de Estado e não apenas de governo, garantindo, assim, sua continuidade (2011, p. 61). Nos últimos anos, o programa teve seus recursos significativamente ampliados, constituindo importante parceria entre o Ministério da Educação, o FORPROEX e diversos outros ministérios.

É interessante registrar que, além do FORPROEX, outros três fóruns de extensão vêm atuando na esfera do ensino superior, no Brasil. No âmbito das IPES comunitárias foi criado, em 1999, o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias (FOREXT) que vem produzindo referenciais teóricos e metodológicos e coordenando a reflexão sobre a extensão nessas universidades. Nesse sentido, foi publicado o livro intitulado *A Extensão nas Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias: Referenciais Teórico e Metodológico*, produzido por uma comissão composta por representantes de diversas IPES comunitárias, designada pelo FOREXT.

Movimento semelhante ocorreu entre gestores das IPES particulares, que criaram, em maio de 2003, o Fórum de Extensão das Instituições de Educação Superior Particulares (FOREXP). Entre seus objetivos podem ser citados:

- analisar e debater questões relativas à extensão e propor políticas, estratégias e ações que sejam de interesse da maioria de seus associados;
- estabelecer interlocução com órgãos governamentais, com instituições da sociedade civil e com organismos de representação universitária;
- identificar programas e projetos de fomento à extensão e divulgá-los entre as instituições associadas;
- promover a participação das instituições associadas nos processos de formulação e implementação das políticas de extensão, em âmbito nacional.

No ano de 2009, um novo fórum de extensão foi criado, fruto de uma estrutura anterior que reunia diretores de relações empresariais e comunitárias dos Cefets. Trata-se do Fórum de Extensão da Rede Federal de EPCT – FORPROEXT, que congrega os Institutos Federais, os Centros Federais de Educação Tecnológica e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Em livro intitulado *Extensão Tecnológica – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*, elaborado por uma comissão de Pró-Reitores de Extensão, designada pelo FORPROEXT, lê-se:

a extensão profissional, científica e tecnológica é definida como processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos visando o desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional. (CONIF, 2013)

No cenário atual, algumas referências devem ser feitas, considerando a política de extensão para as universidades brasileiras. A primeira diz respeito ao Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010, Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que estabelece como uma das metas para o Ensino superior:

Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para graduação no ensino superior no país será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas. (Lei nº 10.172)

Após a publicação do PNE, iniciou-se em algumas universidades e intensificou-se em outras o processo de atribuição de créditos curriculares pela participação de alunos em ações de extensão, como parte de um processo mais amplo de flexibilização curricular, constituindo um movimento nas IPES federais, mas também entre IPES estaduais, comunitárias e particulares na direção de repensar seus currículos acadêmicos numa perspectiva contemporânea de flexibilização dos currículos dos cursos superiores.

O novo Plano Nacional de Educação, para o decênio 2011-2020, proposto no Projeto de Lei nº 8.035, reafirma essa meta: “Assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares, exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária” (Meta 12.7). Observe-se aqui que, diferentemente da meta estabelecida no PNE 2001-2010, que definia atuação dos alunos em “ações extensionistas”, no PNE 2011-2020 estabelece-se a creditação apenas para atuação dos alunos em “programas e projetos de extensão universitária”. Isso pode significar um avanço do ponto de vista qualitativo, pois é prevista a creditação curricular apenas para ações de extensão mais complexas, nas quais as diretrizes de extensão podem ser contempladas.

A segunda referência constituiu também uma conquista para a extensão universitária, sendo fruto de entendimentos entre as equipes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas/INEP e as coordenações dos três fóruns de extensão, das universidades públicas, das comunitárias e das particulares. Trata-se da inclusão das ações de extensão no Censo de Educação Superior, no período compreendido entre os anos de 2003 e 2008. As ações de extensão registradas no Censo de Educação foram as seguintes: número de programas e seus respectivos projetos vinculados, público atendido e pessoas envolvidas na execução dessas ações por áreas temáticas. As mesmas informações eram então solicitadas quanto aos projetos não vinculados a programas. Quanto aos cursos, solicitavam-se as seguintes informações: número de cursos, carga horária, concluintes e ministrantes segundo áreas do conhecimento do CNPq. Registravam-se ainda informações sobre eventos e prestação de serviços, ambos por área temática.

A partir de reformas realizadas no Censo da Educação Superior do INEP, as ações de extensão deixaram de figurar nas planilhas de dados. Hoje, o FORPROEX envida esforços no sentido de que a extensão seja novamente contemplada no Censo, sendo que para isso elaborou proposta incluindo indicadores de extensão a serem acrescentados em cada um dos módulos que compõem o Censo, quais sejam: os módulos Aluno, Docente, Instituição e Curso.

Pode-se dizer que a extensão avançou muito nas últimas décadas. Tem-se hoje um arcabouço conceitual consolidado, com o estabelecimento de diretrizes acadêmicas consistentes. O processo de institucionalização da extensão nas universidades é irreversível, a flexibilização dos currículos dos cursos valorizando a extensão é estabelecida em legislação federal; várias instituições consideram a extensão como critério para alocação de vagas docentes e seleção aos concursos, além de progressão na carreira docente. As instâncias executivas dos governos federal, estaduais e municipais, cada vez mais, veem na extensão seu parceiro para implementação e avaliação de políticas públicas.

Do ponto de vista legal, registre-se da maior importância o preceito constitucional que estabelece a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão (CF, art. 207) e ainda que as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público (art. 213). Outro marco é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394, de 1996) que estabelece a extensão como uma das finalidades da universidade. Um grande avanço no sentido da garantia de financiamento, com estabilidade e transparência para a extensão, foi a inserção da extensão universitária no Decreto nº 7.233, de julho de 2010, que regulamenta a matriz para alocação de recursos orçamentários para as universidades federais.

Contudo, novos desafios se colocam, como se discutiu na Política Nacional de Extensão Universitária – 2012, no sentido do fortalecimento da extensão universitária, seja internamente, dentro das instituições enquanto dimensão acadêmica, seja externamente, no enfrentamento das grandes questões contemporâneas do ponto de vista emancipatório, da solidariedade e da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988.

BRASIL. Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados.

BRASIL. Decreto nº 5.513 de 04 abril de 1935. Institui na cidade do Rio de Janeiro a Universidade do Distrito Federal e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 62.927 de 23 junho de 1968. Institui o Projeto Rondon.

BRASIL. Lei nº 4.024 de 20 dezembro de 1961. Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Lei nº 5.540 de 28 novembro de 1968. Lei Básica de Reforma Universitária.

CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. *Extensão tecnológica: rede federal de educação profissional, científica e tecnológica*. Cuiabá: Conif-IFMT, 2013.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: da Colônia à Era Vargas*. 2. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986. 339 p.

CURY, C. R. Jamil. *Educação e contradição*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

FÁVERO, Maria de Lourdes. *A universidade e poder: análise crítica, fundamentos históricos. 1930-45*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980. 208 p. (Série Universidade, v. 8).

FORPROEX. Plano Nacional de Extensão, 1998. In: NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. *Políticas de extensão universitária brasileiras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

FORPROEX. *Política nacional de extensão universitária 2012*. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2012.

FORPROEX. Programa de Fomento à Extensão Universitária, 1993. In: NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. *Políticas de extensão universitárias brasileiras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FREIRE, Paulo. Papel da educação na humanização. *Revista Paz e Terra*, n. 9, 1969.

GERALDO, Romário. *Programa de Apoio à Extensão Universitária – ProExt na UFJF: um estudo entre o planejado e o realizado*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2011.

GURGEL, Roberto Mauro. *Extensão universitária: comunicação ou domesticação?* São Paulo: Cortez UFCE, 1986.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

MEC/DAU. Plano de trabalho de extensão universitária. 1975. In: NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. *Políticas de extensão universitária brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

MIRRA, Evando. *A ciência que sonha e o verso que investiga*. São Paulo: Editora Papagaio, 2009.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). *Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas*. Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1997-2000. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2000.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. *Políticas de extensão universitária brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 135 p.

OLIVEIRA, A. P. de. et al. *A extensão nas universidades e instituições de ensino superior comunitárias: referenciais teórico e metodológico*. Recife: FASA, 2006.

PAIVA, Vanilda. Extensão universitária no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, INEP. v. 67, n. 155, p. 135-151, jan./abr. 1986. 281 p.

PAULA, João Antonio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. *Revista Interfaces*. Disponível em: <www.ufmg.br>.

PEDERNEIRAS, Mário Portugal. Cumprindo propostas de governo: ProExt voltado para as políticas públicas. *Revista do ProExt, MEC\Sesu*, n. 1, 2005.

SOUZA, Ana Luiza Lima. *A história da extensão universitária*. Campinas: Alínea, 2000.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros. *Extensão universitária: novo paradigma de universidade?* Maceió: EDUFAL, 1997.



CAPÍTULO 2

GESTÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

CAPÍTULO 2

GESTÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Ana Inês Sousa

Fernando Setembrino Cruz Meirelles

2.1. Introdução

A institucionalização e a gestão da extensão universitária apresentam características próprias, que a distinguem, mais uma vez, do ensino e da pesquisa. A institucionalização da extensão no âmbito das Instituições Públicas de Educação Superior (IPES) é uma das formas mais claras de destacar a sua importância na formação acadêmica, de identificar os seus interlocutores e o *locus* referencial de sua gestão. Essa, por sua vez, deve criar os ambientes e fluxos favoráveis e facilitadores para a realização de uma extensão universitária de qualidade e identificada com a política da IPES ou com as políticas públicas vigentes.

Este capítulo apresenta, inicialmente, um resgate da ação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), na busca de uma institucionalização universal da extensão universitária no Brasil. A seguir, traz uma proposta de estrutura de gestão, os conceitos básicos de extensão universitária, definidos pelo Fórum para permitir uma identificação mais clara da produção extensionista brasileira, e conclui com as possibilidades de relação dessa estrutura de gestão com o processo da avaliação da extensão universitária, foco central desta publicação.

2.2. A institucionalização da extensão universitária no Brasil

A institucionalização da extensão universitária é um processo relativamente recente no país. A análise do histórico da extensão universitária no Brasil, além de permitir a compreensão das constantes mudanças de entendimento do seu papel por parte das Universidades e do próprio Ministério da Educação, favorece o entendimento da inexistência de estruturas específicas para a gestão da extensão universitária em um grande número de IPES no primeiro estudo realizado em 1993,¹ assim como a existência de estruturas compartilhadas da extensão universitária com assuntos estudantis, cultura ou assuntos comunitários.

A preocupação com a institucionalização e gestão da extensão universitária é expressa no Plano de Trabalho de Extensão Universitária, divulgado pelo Ministério da Educação e Cultura² (MEC) em 1975 (NOGUEIRA, 2005). O Plano é considerado a primeira política de extensão universitária brasileira e neste a institucionalização é tratada em dois níveis. Nas universidades é recomendada “a criação de uma estrutura central responsável pela extensão, em constante relacionamento com o ensino e a pesquisa” (NOGUEIRA, 2005, p. 37). Já no MEC, a Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE), criada em 1974, vinculada ao Departamento de Assuntos Universitários (DAU), passa a assumir a coordenação das atividades de extensão das universidades brasileiras. No entanto, Nogueira (2005, p. 110) identifica algumas contradições nas propostas do Plano:

Ao mesmo tempo que recomenda que as atividades de extensão deveriam ser programadas nas próprias universidades, a partir dos departamentos, articulados com programas de instituições das comunidades locais, ele define como competência do DAU/MEC, através da CODAE, o estabelecimento de diretrizes políticas, a coordenação, supervisão e avaliação das atividades em desenvolvimento. Além disso, era também responsabilidade

¹ MEC/SESu. Perfil da extensão universitária no Brasil. Rio de Janeiro: UERJ, 1995.

² Atualmente denominado de Ministério da Educação.

dessa coordenação o contato com os órgãos públicos ou privados que atuassem em apoio à extensão.

As universidades, em especial as públicas, passaram a implementar as propostas do Plano, mas careciam de orientações comuns quanto à institucionalização, já que as ações de extensão nas diversas regiões eram desenvolvidas de forma bem diversificada. Por outro lado, a extensão não dispunha de políticas específicas e nem de interlocutores, como as atividades de ensino e de pesquisa tinham nos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia (NOGUEIRA, 2005).

A criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras,³ em 1987, se dá nesse contexto de organização e institucionalização da extensão nas universidades. Uma das premissas básicas do pleno desenvolvimento da extensão universitária no país, a institucionalização garantiria a possibilidade de articulação e interlocução de gestores nos níveis nacional e regional, fortaleceria o próprio FORPROEX nas discussões conceituais e favoreceria uma busca por políticas específicas para a extensão universitária.

O documento final do I Encontro do FORPROEX traz uma série de medidas que as universidades deveriam adotar, objetivando a institucionalização da extensão, adequando as atividades acadêmicas às questões de relevância social. Essas medidas são organizadas em três grandes grupos: medidas e procedimentos de ordem metodológica, medidas referentes à estrutura universitária e medidas para valorização da extensão regional e nacional (NOGUEIRA, 2000). A temática é recorrente, sendo abordada em diversos encontros nacionais e regionais do FORPROEX.

No Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil, realizado em 2005 (com dados de 2004) pela Comissão Permanente de Avaliação da Extensão do FORPROEX (CPAE), foram levantadas informações sobre a institucionalização da extensão nas universidades públicas brasileiras. Uma

³ Em novembro de 2010 foi aprovada a alteração do regimento do Fórum passando a ser denominado de Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX).

das questões iniciais do levantamento tratava dos instrumentos legais da instituição que normatizam a extensão, buscando identificar a sua presença em documentos basais da instituição (Estatuto ou Regimento) ou em decisões dos conselhos superiores ou colegiados ou de gestores (resoluções, portarias ou editais), ou, ainda, a ausência de qualquer documento legal (FORPROEX; CPAE, 2007). Na questão sobre a concepção da extensão universitária nas instituições públicas existente em documentos legais da própria instituição, observaram participações muito expressivas das respostas, com valor máximo superior a 95%, dando a dimensão do seu processo de institucionalização no país (QUADRO 1).

QUADRO 1

Concepção de extensão nos instrumentos legais nas Instituições Públicas de Educação Superior (IPES) - 2004 (n=72)

Concepção	f	%
Articulação entre a universidade e a sociedade	71	98,6
Articulação do ensino	66	91,7
Articulação da pesquisa	65	90,3
Cumprimento da missão social da universidade	64	88,9
Promoção de interdisciplinaridade	58	80,6
Transmissão do conhecimento produzido pela universidade	58	80,6
Prestação de serviços	55	76,4
Outros	6	8,3

Fonte: FORPROEX; CPAE, 2007.

2.3. A gestão da extensão universitária

A gestão da extensão universitária tem uma complexidade advinda de sua própria natureza. A relação com a sociedade, a transversalidade desejada, a convivência com docentes, técnicos e estudantes de diversos cursos e modalidades (graduação, mestrado e doutorado), a gestão de recursos materiais e financeiros obtidos junto a parceiros externos, entre outros, trazem elementos diferenciais em relação ao ensino e à pesquisa. Assim, a gestão da extensão universitária deve ser planejada para contemplar de forma eficiente o maior número de possibilidades de interações e de novas “salas de aula” e novos “laboratórios”, na maioria das vezes externos aos campi universitários.

O processo de gestão deve contemplar a dimensão política da extensão universitária, que por sua vez tem elementos internos e externos a serem considerados; deve contemplar a dimensão processual da extensão universitária, que envolve mecanismos de registro, fomento, divulgação e difusão; e deve contemplar, de forma ideal, a dimensão avaliativa.

2.3.1 A gestão política

A extensão universitária brasileira está sujeita à ação de três diferentes níveis de atores. O primeiro ator é a própria instituição, que definirá a política de extensão de forma isolada ou articulada com o ensino, com a pesquisa ou com os dois simultaneamente. Embora essa articulação seja um preceito constitucional, nem sempre é expressa em documentos basais das instituições. No diagnóstico realizado pela CPAE, as funções prioritárias destacadas são a articulação com a sociedade, a articulação com o ensino e o compromisso da missão social da Universidade (QUADRO 2), destacando um caráter de atuação focado nas atividades extramuros e no papel acadêmico da extensão, resultado das políticas do FORPROEX pactuadas pelos pró-reitores que compõem o Fórum.

QUADRO 2

Funções prioritárias da extensão nas Instituições Públicas
de Educação Superior (IPES) – 2004 (n = 72)

Função	alta prioridade		média prioridade		baixa prioridade		Número IPES
	f	%	f	%	f	%	
Articulação entre universidade e sociedade	57	80,3	1	1,4	13	18,3	71
Cumprimento da missão social da universidade	47	66,2	5	7,0	19	26,8	71
Articulação com o ensino	48	68,6	12	17,1	10	14,3	70
Articulação com a pesquisa	40	57,1	20	28,6	10	14,3	70
Promoção da interdisciplinaridade	35	50,7	22	31,9	12	17,4	69
Transmissão do conhecimento produzido pela universidade	32	45,7	22	31,4	16	22,9	70
Prestação de serviços	25	36,2	15	21,7	29	42,0	69
Outras	4	23,5	2	11,8	11	64,7	17

Fonte: FORPROEX; CPAE, 2007.

Essa visão pode ser explicada pelas instâncias definidoras da política interna, na qual se destacavam, em 2004, o Conselho Superior e a própria Pró-Reitoria de Extensão, de forma isolada ou junto com o Reitor (QUADRO 3).

QUADRO 3

Instâncias definidoras da política de extensão da universidade nas IPES brasileiras em 2004

Instâncias	<i>F</i>	<i>%</i>
Conselho Superior	54	75,0
Reitor e equipe	20	27,8
Pró-Reitoria de Extensão ou equivalente	53	73,6
Unidades acadêmicas (faculdade, instituto, centros, escolas, etc.)	23	31,9
Reitor e Pró-Reitor de Extensão	39	54,2
Reitor e Pró-Reitores Acadêmicos	14	19,4
Outras	20	27,8

Fonte: FORPROEX; CPAE, 2007.

Para o processo avaliativo, a definição clara da política de extensão possibilitará a eleição de indicadores mais precisos de efetividade e de impacto da gestão. Não havendo clareza na definição da política, as ações poderão ser realizadas de forma não intencional, reduzindo as suas probabilidades de sucesso. Por outro lado, a não definição clara da política dificultará a gestão da extensão universitária ao alocar recursos para ações que não estejam de acordo com essa política ou deixar de fomentar ações que estejam alinhadas com ela.

O segundo ator a ser destacado na questão política da extensão universitária é o FORPROEX. É nesse espaço de articulação que são discutidos os grandes temas da extensão universitária e são criados os movimentos políticos para sua viabilização, tanto na busca pela sua institucionalização plena, quanto pela busca de fomento.

O referencial político-conceitual que fundamenta a gestão da extensão universitária é a *Política Nacional de Extensão Universitária*, documento elaborado pelo FORPROEX a partir de 2010 e aprovado em maio de 2012, no XXXI Encontro Nacional, realizado em Manaus.

O documento apresenta a atualização do conceito de extensão universitária do FORPROEX, aprovado em 2010, após amplo debate realizado nos XXVII e XXVIII Encontros Nacionais, realizados, respectivamente, em 2009 e 2010.

A extensão universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p. 42).

A Política Nacional reafirma os objetivos, diretrizes e princípios pactuados pelo Fórum desde a sua criação, além de abordar vários aspectos relacionados à institucionalização e aos desafios atuais.

As diretrizes para as ações de extensão universitária reafirmadas na Política Nacional são (FORPROEX, 2012, p. 16-20):

- Interação dialógica;
- Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade;
- Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão;
- Impacto na formação do estudante;
- Impacto e transformação social.

Os princípios básicos que devem nortear as atividades de extensão foram pactuados pelo FORPROEX desde a sua criação, assumidos no Plano Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2001, p. 39-41) e reafirmados no documento da Política Nacional da Extensão (FORPROEX, 2012, p. 58-60) são:

1. a ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do País;
2. a Universidade não pode imaginar-se proprietária de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, ela deve ser sensível a seus problemas e apelos, sejam os expressos pelos grupos sociais com os quais interage, sejam aqueles definidos ou apreendidos por meio de suas atividades próprias de Ensino, Pesquisa e Extensão;
3. a Universidade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação da desigualdade e da exclusão social existentes no Brasil;
4. a ação cidadã das Universidades não pode prescindir da efetiva difusão e democratização dos saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações, cujos problemas se tornam objeto da pesquisa acadêmica, sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas;
5. a prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do Ensino, Pesquisa e Extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social;
6. a atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento

da educação básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania.

Por fim, o terceiro ator de interesse na política da extensão universitária é o poder público, representado pelos três níveis de governança, federal, estadual e municipal. O poder público, através de suas políticas públicas, apresenta à Universidade os seus conceitos, preceitos, objetivos e interesses, que direcionarão a atuação dos agentes públicos executivos, normalmente ministérios e secretarias estaduais e municipais. A gestão da extensão universitária não pode ficar alheia a essas políticas, uma vez que elas balizarão as possibilidades de atuação e relacionamento entre a Universidade e os demais setores da sociedade a partir do apoio e da atuação desses agentes públicos.

Dentro desse grupo, interessa, obviamente, a definição política do Ministério da Educação. A atuação do MEC ao longo das últimas décadas tem oscilado de forma significativa, chegando a extremos, como o direcionamento total da forma de atuação das universidades, até a abertura de editais de fomento à extensão desenvolvidos de forma ampla e articulados com diversos ministérios, viabilizando a realização de ações de extensão vinculadas a políticas setoriais de diversas áreas.

2.3.2 A gestão processual

A gestão processual é realizada no âmbito interno da instituição, sendo responsável pela implementação de políticas de extensão, pelo fomento das ações, pelo seu registro efetivo, pela sua avaliação e pela sua difusão e divulgação.

O fomento às ações de extensão universitária é uma discussão nacional de longo período, presente no documento final do I Encontro Nacional de Pró-Reitores em 1987. O documento aponta medidas para serem adotadas pelas instituições de ensino e pelo MEC (NOGUEIRA, 2000, p. 14-15). Já o Plano Nacional de Extensão traz como deve ser o financiamento das ações de extensão de acordo com as metas a serem alcançadas (FORPROEX, 2001).

A Política Nacional de Extensão coloca a relação intrínseca entre o fortalecimento da extensão e as mudanças em seu processo de financiamento, com destaque para a garantia de recursos públicos para a extensão, seja nos níveis federal, estadual ou municipal, ou das próprias universidades (FORPROEX, 2012, p. 76-78).

Uma iniciativa importante no sentido de garantir o financiamento da extensão foi a aprovação do Decreto nº 7.233, de 2010, que regulamenta a matriz de alocação de recursos para as universidades federais. No entanto, o artigo 4º do decreto coloca a exigência de “a existência de programas institucionalizados de extensão, com indicadores de monitoramento” (BRASIL, 2010, § 2º, Inciso VIII). Assim, é necessária uma atuação conjunta e urgente entre pró-reitorias — ou órgãos similares — das IFES, a Andifes e o MEC, no sentido de criar tais indicadores auditáveis para que, de fato, a extensão passe a figurar na matriz orçamentária de alocação de recursos orçamentários para as IFES. Resolvida a questão em âmbito federal, em tese, poderiam ser beneficiadas as IPES estaduais, que aí teriam um bom argumento para discutir referenciais para financiamento próprio com os respectivos governos estaduais.

O FORPROEX preconiza outras medidas a serem adotadas no sentido de garantir o financiamento da extensão, a saber: a inclusão da extensão nos planos plurianuais do Governo Federal, com vistas ao financiamento das ações de médio e longo prazo e a continuidades das mesmas; a inclusão da extensão nos orçamentos das universidades públicas; e por fim, a criação de um Fundo Nacional de Extensão com aporte de recursos provenientes dos órgãos públicos.

O fomento é concretizado na forma de bolsas de extensão e na alocação de recursos financeiros, materiais e humanos da Universidade e dos parceiros para a realização das ações. As dificuldades operacionais para a aplicação destes recursos são reclamações comuns dos extensionistas e que são geradas, na maior parte das vezes, pela incompreensão, por parte dos órgãos de controle e auditoria, das peculiaridades próprias da extensão universitária em sua ação extramuros e participativa.

O registro efetivo das ações de extensão necessita de um processo preliminar de organização destas ações, que é particular de cada instituição. O FORPROEX gerou, a partir de Grupos de Trabalho, uma classificação das ações de extensão universitária para permitir a compreensão deste componente acadêmico no nível nacional.

Para o FORPROEX, as ações de extensão são classificadas em cinco tipos: programa, projeto, curso, evento e prestação de serviço (2007, p. 35-41).

Programa é entendido como um “Conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo”.

Projeto é entendido como uma “Ação processual e contínua, de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado”. O projeto pode ser vinculado a um programa (forma preferencial) ou não vinculado (projeto isolado).

Curso de extensão é caracterizado como uma “Ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos”. Os cursos devem ser entendidos como uma das formas de ampliação do acesso ao conhecimento produzido pela universidade. A classificação e definição das modalidades de curso de extensão é encontrada no livro 6 da Coleção Extensão Universitária do FORPROEX (2007, p. 36-37).

Evento é caracterizado como uma “Ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade”. A classificação e definição das modalidades de eventos é encontrada no referido livro (2007, p. 39).

Prestação de serviço é caracterizada como a “Realização de trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc.); a prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem”. A classificação e definição das modalidades de prestação de serviço é encontrada no referido livro (2007, p. 40-41).

Todas as ações de extensão podem gerar **publicações e produtos**, os quais são caracterizados como “a produção de publicações e outros produtos acadêmicos decorrentes das ações de extensão, para difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica”. Embora não sejam ações de extensão, as publicações e produtos também devem ser registrados na Pró-Reitoria de Extensão. A classificação e definição dos tipos de publicações e produtos é encontrada no referido livro (2007, p. 44).

Todas as ações de extensão devem ser classificadas segundo a **área temática**. A classificação por área deve observar o objeto ou o tema que é focado na ação.

A finalidade da classificação é a sistematização, de maneira a favorecer os estudos e relatórios sobre a produção da extensão universitária brasileira, segundo agrupamentos temáticos, bem como a articulação de indivíduos ou de grupos que atuam na mesma área temática. (FORPROEX, 2007, p. 24)

As áreas temáticas da extensão foram criadas em 1999 e revisadas em 2006, passando à seguinte classificação: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; Trabalho.

Uma forma complementar de classificação das ações de extensão é por **linha de extensão**. As linhas especificam e detalham os temas para a nucleação das ações de extensão, não sendo necessariamente ligadas a uma determinada área temática.

A utilização da classificação em linhas é muito importante como indução ao agrupamento de projetos tematicamente assemelhados em programa.

Tanto a classificação de áreas temáticas quanto a de linhas de extensão foram criadas pelo FORPROEX e são adotadas pelo conjunto das universidades públicas.

As linhas também foram revisadas em 2006, sendo que a atual descrição é apresentada no final deste livro.

No que tange à organização dos processos, a estrutura de gestão nas Instituições Públicas de Educação Superior (IPES) é bastante diversificada, independente da categoria administrativa, seja federal, estadual ou municipal. No entanto, o que é comum a todas é a existência de um órgão gestor, que difere apenas na denominação (Pró-Reitoria, Sub-Reitoria, Decanato, Diretoria, dentre outros), sendo estes tratados genericamente de Pró-Reitorias. Algumas são também responsáveis por outras áreas além da extensão como, por exemplo, assuntos estudantis, assuntos comunitários e outros.

O mesmo acontece em relação às instâncias colegiadas existentes as quais podem ser integradas, como os Conselhos de Ensino, Pesquisa e Extensão, ou específicas como os Conselhos de Extensão. No entanto, ainda temos instituições públicas que estão em processo de organização do seu respectivo conselho integrado e atualmente trabalham com instâncias deliberativas com outras denominações, como, por exemplo, as Plenárias de extensão.

Objetivando a descentralização da gestão da extensão, muitas instituições criam estruturas responsáveis pela execução da política de extensão nas unidades acadêmicas, em consonância com a política geral da extensão da universidade. Como, por exemplo, os Centros de Extensão (CENEX) existentes na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), as Coordenações/Diretorias Adjuntas de Extensão existentes na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e as Comissões de Extensão

(COMEXTs) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Essa denominação varia nas instituições.

Na FIGURA 1 apresenta-se uma das formas de organização da estrutura de gestão da extensão nas instituições públicas brasileiras.



FIGURA 1 – Estrutura de gestão da extensão nas Instituições Públicas de Educação Superior (IPES)

As Pró-Reitorias de Extensão devem considerar a possibilidade de formulação da política institucional de forma participativa, envolvendo os diversos atores da extensão (instância colegiada de extensão, órgão gestor, unidades descentralizadas de gestão, docentes, técnicos administrativos e estudantes que participam das ações de extensão).

A atuação gerencial da Pró-Reitoria necessitará da definição e implementação de instrumentos básicos, que são:

- Planejamento;
- Sistema de informação;
- Sistema de monitoramento e avaliação.

Planejamento

O conceito de planejamento “compreende a definição das metas de uma organização, o estabelecimento de uma estratégia global para alcançar essas metas e o desenvolvimento de uma hierarquia de planos abrangentes para integrar e coordenar atividades” (ROBBINS, 2000, p. 116).

O **planejamento da gestão da extensão** deve seguir diretrizes de diferentes naturezas. Como exemplo, a UFMG define três grupos de diretrizes (UFMG, 2004):

- **Político-institucional:** extensão como ação formativa e produtora de conhecimento; atuação social deliberada, de impacto e indutora de desenvolvimento regional e nacional articulada às políticas públicas; relação dialógica com a comunidade externa buscando a sua emancipação; interdisciplinaridade; articulação com o ensino e a pesquisa, com ampla participação dos alunos e apontando para a flexibilização e creditação curricular; definição de prioridades de atuação;
- **Operacionais:** institucionalização da extensão; descentralização da gestão política e acadêmica; organização das ações de extensão por meio de linhas de extensão e áreas temáticas; gestão de informação (Sistema de Informação de Extensão); avaliação e monitoramento da gestão; e
- **Das ações de extensão:** projetos e outras ações de extensão articulados em programas, fóruns, redes, núcleos; produtos acadêmicos de extensão como difusão do conhecimento; prestação de serviços como ação de formação; fomento de ações alinhado às diretrizes políticas e operacionais; divulgação das ações.

Sistema de informação

A preocupação dos pró-reitores de extensão com a criação de um sistema de informação sobre extensão universitária é concretizada durante o XV Encontro Nacional do Fórum, realizado em maio de 1999, no qual foram

formados dois Grupos Técnicos (GT) com o objetivo de elaborar “documento base” para serem individualmente submetidos à discussão em reunião extraordinária do Fórum realizada ainda no ano de 1999. Um dos GTs ficou designado para discutir o tema *avaliação*. O segundo GT, o *Sistema de Dados e Informações e a RENEX – Rede Nacional de Extensão*.

Esse GT elaborou uma proposta de organização e sistematização da extensão, conceituando cada tipo de atividade, classificação em áreas temáticas e linhas programáticas⁴ com as respectivas definições. Com relação ao sistema de informações, o GT elaborou um formulário básico de entrada de dados para alimentação do sistema e apontou algumas questões que deveriam ser revistas pelo Fórum, como, por exemplo:

- Definição, adaptação e instalação de software que contabilize sistemas de informações recebidas on line e base de dados, gerando todos os tipos de relatórios necessários.
- Disponibilização on line do sistema SIEX – Sistema Nacional de Informação de Extensão. (FORPROEX, 1999, p. 24)

O documento do GT foi aprovado, e a criação do sistema de informação da extensão foi estabelecida como prioridade no Plano Nacional de Extensão, aprovado em 1999, no qual a sua primeira meta estabelece: “A consolidação do Sistema de Informações sobre Extensão Universitária, através da implantação de Banco de Dados Interrelacional, em até 2 anos” (NOGUEIRA, 2000, p, 122).

Para criação do sistema de informação da extensão, conforme proposto pelo GT, partiu-se do *software* Sistema de Informação da Extensão (SIEX), da UFMG, o qual já utilizava os conceitos e definições aprovados pelo Fórum.

Em 2003, o Fórum buscou apoio da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC) para a adaptação e atualização do SIEX da UFMG de modo que o mesmo pudesse ser utilizado pelas

⁴ Atualmente denominadas de linhas de extensão.

instituições que compõem o FORPROEX. Assim, em 2004, é criado o Sistema de Informação de Extensão (SIEXBRASIL) (<http://www.siexbrasil.renex.org.br/>), que consiste num aplicativo *web* criado para atender à demanda de registro das atividades de extensão desenvolvidas nas Universidades participantes do Fórum (FORPROEX, 2007).

Várias universidades passaram a adotar o SIEXBRASIL como seu sistema de informação, e este passou a desempenhar um papel importante na identificação das ações de extensão desenvolvidas pelas universidades públicas brasileiras. No entanto, as universidades passaram a relatar algumas dificuldades na utilização do sistema. Essas dificuldades eram relacionadas à impossibilidade de adaptação do formulário de cadastro de ações às necessidades de gestão e realidade de cada instituição, bem como por não permitir importação e exportação de dados para outros sistemas locais (FORPROEX, 2007).

Assim, em 2006, um novo projeto foi proposto à Sesu/MEC, objetivando a atualização e reestruturação do SIEXBRASIL, de modo a torná-lo *software* livre para que todas as instituições membros do Fórum pudessem utilizá-lo, além da “implementação de estratégias de gestão que atendam às necessidades das instituições, de forma flexível e adaptável, permitindo sua adequação para as realidades locais” (FORPROEX, 2007, p. 22).

É neste contexto que a Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) iniciou o desenvolvimento de um sistema de informação para gestão da extensão universitária baseado no SIEXBRASIL. O Sistema de Informação em Extensão Universitária (SIEX) foi implantado na UFMS em dezembro de 2005, possibilitando a automatização de todo o processo de planejamento, controle, gestão, monitoramento e avaliação das ações de extensão (UFMS, 2007).

Em 2009, o sistema passou a ser denominado de SIGProj (Sistema de Informação e Gestão de Projetos), sendo hospedado pela Sesu/MEC e incorporadas ao sistema as plataformas de Ensino, Pesquisa e Assuntos Estudantis. No entanto, a equipe de desenvolvimento continuou na UFMS,

composta principalmente pelo Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), que inclui docentes, técnicos e estudantes de pós-graduação. A Sesu/MEC passou a utilizá-lo para realização dos editais do Ministério, como o do Programa de Extensão Universitária (ProExt) e o do Programa de Educação Tutorial (PET). A UFMS e as outras universidades que utilizavam o SIEX passaram também a utilizar o SIGProj, que na verdade é o SIEX desenvolvido pela UFMS, apenas com um novo nome e novas funcionalidades.

O objetivo principal do sistema é atender a demanda de registro, gestão, monitoramento e avaliação *on-line* de ações de extensão.

Além de auxiliar na gestão universitária, tem como objetivo principal contribuir para democratizar todas as informações para a comunidade universitária e demais setores da sociedade provendo transparência pública.

A consulta ao banco de dados do SIGProj é aberta a toda a comunidade, sem a necessidade de cadastro prévio, senhas ou login, bastando clicar no item “CONSULTAS” do menu e formular a sua pesquisa.

Em relação à tecnologia de informação e de comunicação utilizada no desenvolvimento do SIGProj, destaca-se o fato de ser um *software* livre e utilizar somente tecnologias livres de licença, tais como: linguagem de programação PHP e banco de dados PostgreSQL.

O SIGProj está em constante desenvolvimento pelas universidades que o utilizam. Atualmente o MEC e mais 43 IPES utilizam o sistema para gestão de suas ações. A demanda pela utilização do SIGProj é crescente entre essas instituições, em especial porque a maioria não tem seu próprio sistema de informação.

Monitoramento e avaliação

Como dito antes, de forma ideal, a gestão da extensão universitária englobará o processo avaliativo.

A avaliação da extensão universitária integra a avaliação da própria universidade. O FORPROEX, desde o V Encontro realizado em 1991, já enfatiza a necessidade da criação de um sistema de avaliação e de se construir indicadores de extensão. Objetivando dar concretude a uma proposta de avaliação para as IPES, o FORPROEX instituiu a Comissão Permanente de Avaliação da Extensão, que tem sido a responsável por assessorar o Fórum na formulação e definição de um sistema de avaliação da extensão.

A definição de um sistema próprio de avaliação não é atividade corriqueira e necessita de um planejamento próprio, capaz de organizar a estruturação do processo como um todo, que envolverá a definição de dimensões, indicadores e instrumentos, assuntos que serão abordados na sequência.

Basicamente, a relação da avaliação com a gestão da política se dará na definição de indicadores específicos para capturar os efeitos e os impactos da extensão universitária. Como estes são os dois níveis mais elevados de avaliação, não é comum encontrar processos avaliativos da política, seja ela interna ou externa à instituição.

Para os níveis iniciais de avaliação, eficiência e eficácia, um sistema de registro bem concebido pode ser uma fonte de dados suficiente. Nesse caso, existem duas possibilidades básicas:

- a) o sistema de avaliação é concebido sobre o sistema de registro da extensão universitária existente; ou
- b) o sistema de registro da extensão universitária é concebido sobre a proposta de avaliação, sendo essa estruturada com base na política da instituição.

Na primeira situação, a avaliação terá, ao menos em um primeiro momento, que se adaptar às informações existentes, tanto em termos de quantidade como de qualidade. As informações primárias das ações, como identificação do coordenador, carga horária proposta, número de bolsas, custos envolvidos, entre outras, são normalmente existentes no registro, mas as que dependem de informações qualitativas ou as quantitativas relacionadas com os parceiros externos não são facilmente encontradas nos bancos de dados ou nos relatórios.

Essa é a situação mais comum e que pode dificultar a realização de uma avaliação consistente por falta de dados ou inadequação dos mesmos ao processo avaliativo que se pretendia implantar. A tendência natural desse arranjo é a de inviabilizar a avaliação de efetividade e de impacto e, muitas vezes, a avaliação de eficácia.

Os conflitos entre os dois sistemas persistirão até que seja reestruturado o sistema de registro ou que se abandone a proposta inicial de avaliação.

A segunda situação é a desejável do ponto de vista da avaliação, já que os registros serão concebidos e os dados correspondentes serão coletados já de forma relacional e intencional. Os próprios instrumentos avaliativos poderão definir a estrutura básica do sistema de registro, sendo a avaliação de efetividade e de impacto realizada sobre uma sequência de dados coletados de forma sistemática ao longo de todo o processo, incluindo aí a atividade de concepção e planejamento da ação de extensão. O sistema de registro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi concebido dessa forma, após o trabalho de uma comissão que estruturou uma proposta própria de avaliação da extensão universitária, não colocada em prática.

2.4. Considerações finais

A propósito de concluir esse trabalho, cabe lembrar que a extensão universitária necessita de uma concepção e da busca de uma identidade

da própria universidade. É por meio da participação e do debate dos diferentes atores que se pode vislumbrar um avanço na formulação da política institucional. Esse estado de “vir a ser”, no entanto, não deve ser impeditivo para que a extensão universitária se estruture e se organize de forma a responder de forma clara sobre: quais são os objetivos institucionais que persegue? Que dados se têm sobre suas ações? Como podemos avaliar os efeitos e os impactos da extensão na universidade e fora dela? O esforço do FORPROEX, por meio de suas comissões e discussões pode ser observado na apropriação de conceitos gerenciais, implantação de ferramentas e instrumentos que buscam contribuir para que gestores planejem e avaliem as atividades desenvolvidas no âmbito da extensão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.233, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências. Brasília, 2010.

MEC/SESu. *Perfil da extensão universitária no Brasil*. Rio de Janeiro: UERJ, 1995.

FORPROEX. *Extensão universitária: organização e sistematização*. Belo Horizonte: COOPMED, 2007. 112 p. (Coleção Extensão Universitária; v. 6).

FORPROEX. *Plano nacional de extensão universitária*. Ilhéus: Editus, 2001. (Coleção Extensão Universitária; v. 1).

FORPROEX. *Política nacional de extensão universitária*. Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2012. (Coleção Extensão Universitária; v. 7).

FORPROEX. Relatório final do grupo técnico Sistema de Dados e Informações e RENEX. 1999.

FORPROEX; CPAE. *Institucionalização da extensão nas universidades públicas brasileiras: estudo comparativo 1993/2004*. 2. ed. Belo Horizonte: Coopmed. 90 p. (Coleção Extensão Universitária; v. 5). 2007.

NOGUEIRA, M. D. P. *Políticas de extensão universitária brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

NOGUEIRA, M. D. P. (Org.). *Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas*. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; 2000.

ROBBINS, S. P. *Administração: mudanças e perspectivas*. São Paulo: Saraiva, 2000. (Cap. 5: Sistemas de planejamento).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Extensão. *Uma retrospectiva, um depoimento: relatório de gestão da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais – 2002-2006*. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2004, 88P.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL. Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis. *Extensão universitária: organização e sistematização usando o SIEX*. Mato Grosso do Sul: PREAE/UFMS, 2007.

CAPÍTULO 3

AVALIAÇÃO E EXTENSÃO:

DOS CONCEITOS FUNDAMENTAIS A REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA

CAPÍTULO 3

AVALIAÇÃO E EXTENSÃO: DOS CONCEITOS FUNDAMENTAIS A REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA

Sonia Regina Mendes dos Santos

Fernando Setembrino Cruz Meirelles

Rossana Souto Maior Serrano

A extensão universitária, como as demais funções da IPES, não pode prescindir de um processo de investigação que possa determinar se as atividades que desenvolve alcançam ou não os resultados esperados. Até que ponto os projetos que desenvolvidos modificam a situação sobre qual se debruça? Quais resultados alcançou? Eles foram significativos?

Pela sua natureza intrínseca de compartilhamento com atores externos, a extensão permite vários posicionamentos e vários olhares sobre essa avaliação. Portanto, indaga-se: a comunidade externa teve sua situação modificada? Os projetos pedagógicos dos cursos foram afetados por essa ação ao longo do tempo? Os egressos que participaram da ação apresentam uma formação diferenciada dos demais? As linhas de pesquisa foram modificadas após a ação? A ação extensionista considerou as necessidades e os avanços da pesquisa?

Por meio da análise de diferentes fontes de informação e dados, levando-se em conta as peculiaridades de cada instituição e as diferentes atividades extensionistas, é possível elaborar um processo de avaliação da extensão que amplie na IPES o debate sobre a sua missão institucional, o seu papel na reconstrução do espaço social, suas dificuldades, suas necessidades e prioridades.

Esse estudo pretende discutir alguns conceitos e definições fundamentais para a elaboração do processo avaliativo no âmbito da extensão, tendo como foco a construção da avaliação como atividade interna dos

programas e projetos extensionistas e a avaliação contínua realizada no âmbito das instâncias de gestão da extensão na IPES. Compreende-se que um sistema de avaliação abrangente pode ajudar a garantir que as atividades extensionistas continuem sendo apropriadas e a estabelecer a resolubilidade das mesmas, identificando se elas são relevantes, tendo em vista as necessidades de quem se pretende atingir.

3.1. Avaliação no contexto de atuação do Fórum

A preocupação com a construção dos princípios que poderiam nortear a implantação de uma avaliação da extensão universitária não é recente, principalmente para as IPES. Em 1991, o V Encontro Nacional, realizado em São Luís (UFMA), registrava a necessidade de se trabalhar o tema avaliação na extensão e a construção de indicadores para tal. Em 1992, apontando na mesma direção, a Coordenação Nacional do Fórum publica o documento intitulado “A extensão universitária no Brasil: contribuição ao diagnóstico”, que reitera a necessidade de se estabelecer parâmetros e elaborar indicadores relevantes para subsidiar o processo de avaliação e aperfeiçoar a prática extensionista. O documento conclui que a definição dos indicadores diagnósticos da extensão não pode ser mais protelada, correndo-se o risco de que as ações extensionistas continuem marginalizadas nos processos de avaliação acadêmica por falta de medição.

Em junho de 1993, o VII Encontro Nacional, realizado em Cuiabá (UFMT), teve como tema a “Avaliação da Extensão no contexto da Autonomia Universitária”, quando foram estabelecidos os seguintes princípios para orientar o processo de avaliação:

- a extensão universitária é processo educativo, cultural e científico;
- a extensão universitária deve caminhar articulada com o ensino e a pesquisa;
- a extensão articula as relações entre a comunidade acadêmica e a sociedade no sentido da transformação social;

- a extensão universitária, como prática acadêmica, deve dirigir seus interesses para as grandes questões sociais do país e para aquelas demandadas pelas comunidades regionais e locais.

A avaliação da extensão universitária deve considerar sua institucionalização na esfera de atuação ministerial e das instituições de ensino superior. Num primeiro plano, deve-se identificar a existência ou não de um órgão governamental que trate de políticas de extensão, bem como as diretrizes políticas desse órgão para a sua atuação. Em relação às IPES, a avaliação deve considerar a formalização da extensão na estrutura organizacional dessas instituições.

Considerando as peculiaridades de cada instituição, a avaliação da extensão deve abordar três níveis inter-relacionados:

- o compromisso institucional para a estruturação e efetivação das atividades de extensão;
- o impacto das atividades de extensão junto aos segmentos sociais que são alvos ou parceiros dessas atividades;
- os processos, métodos e instrumentos de avaliação das atividades de extensão.

O Fórum relacionou como indicadores do compromisso institucional: o grau de formalização da extensão na estrutura universitária; a definição clara das políticas institucionais, com explicitação de metas e prioridades; a conceituação e tipologia das atividades de extensão; a existência de sistemas de informação sobre as atividades desenvolvidas; o grau de participação da extensão no orçamento da IPES; o grau de valorização nas carreiras docente e técnico-administrativa; a existência de programas institucionais de fomento às atividades de extensão; o envolvimento dos docentes nas atividades; a interação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e a inserção das atividades de extensão nos programas departamentais.

Os impactos sociais das atividades teriam os seguintes indicadores: relevância social, econômica e política dos problemas abordados nas instituições; segmentos sociais envolvidos; interação com órgãos públicos e privados e segmentos organizados; objetivos e resultados alcançados; apropriação, utilização e reprodução, pelos parceiros, do conhecimento envolvido na atividade de extensão; e o efeito da interação resultante da ação da extensão nas atividades acadêmicas.

Já o terceiro nível deve ser entendido como a formalização de instrumentos específicos - propostas e projetos - que envolvam as instâncias acadêmicas na análise e avaliação dos métodos, processos e instrumentos de avaliação, tanto pelo parecer dos eventuais parceiros quanto pela atuação de consultores internos e externos.

Em 1997, o XI Fórum Nacional, realizado em Curitiba (UFPR), discutiu o tema “Avaliação da Extensão Universitária e o Programa de Avaliação Institucional das IPES Brasileiras/PAIUB”. Esse programa propôs o fomento de uma cultura avaliativa da IPES, de modo a envolver toda a comunidade acadêmica na discussão sobre a qualidade dos cursos oferecidos e, principalmente, sobre o cumprimento da função social das IPES. Ao solicitar projetos próprios de avaliação institucional às IPES, o PAIUB evoca a avaliação quantitativa e a avaliação das diversas dimensões da vida acadêmica - ensino, pesquisa, extensão e administração.

O debate propiciou a elaboração de um documento com propostas de indicadores por região. Esse trabalho recuperou as conclusões do VII Fórum, realizado em Cuiabá (UFMT), e acrescentou indicadores quantitativos à avaliação da extensão universitária.

O XII Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, realizado em dezembro de 1997, no MEC, em Brasília, selecionou, entre outros aspectos, os indicadores quantitativos das ações extensionistas. Esses indicadores foram assim definidos: número de projetos desenvolvidos, público estimado, número de eventos realizados, público beneficiado,

tipos de cursos de extensão realizados, número de certificados expedidos, número de produtos elaborados – CDs, vídeos, filmes, cassetes –, prestação de serviço realizado e número de municípios atendidos em ações extensionistas.

Em todos esses momentos e ações permanece a intenção de elaborar e consolidar procedimentos e instrumentos de avaliação da extensão universitária em âmbito nacional. Por fim, no XV Fórum, realizado em Campo Grande (UFMS), foi criado o Grupo Técnico de Avaliação com o objetivo de construir uma proposta de avaliação da extensão universitária.

Esse GT apresentou uma primeira versão do documento em dezembro de 1999, em Brasília, e uma versão mais elaborada, ainda não definitiva, no XVI Fórum, realizado em João Pessoa (UFPB), em junho de 2000. Nessa mesma ocasião, o Fórum realizou o I Encontro Nacional de Avaliação da Extensão Universitária.

A finalização do documento “Avaliação da Extensão Universitária”, elaborado pelo Grupo de Trabalho de Avaliação do FORPROEX, em dezembro de 2000, considerou, entre outros aspectos, que para avaliar o contexto, os objetivos, as atividades e os efeitos da extensão na IPES, seria necessário investigar aspectos norteadores do plano pedagógico institucional, principalmente os relacionamentos à política, à infraestrutura e à relação entre IPES e sociedade. Tais dimensões foram selecionadas por conterem elementos significativos sobre a institucionalização e gestão da extensão e por reunirem fatores passíveis de serem avaliados.

Assim, o documento apresenta como proposta que a avaliação da extensão ocorra nas seguintes dimensões: política de gestão, infraestrutura, relação IPES/sociedade, plano acadêmico e produção acadêmica.

A política de gestão contida nas finalidades, objetivos, fomento e atribuições da extensão, bem como seus instrumentos de ação denunciam se a missão da IPES incorpora a função extensionista.

A dimensão infraestrutura informa sobre as condições físicas e gerenciais reais de realização da extensão e sobre as possibilidades de se consolidarem as metas almejadas.

A relação IPES/sociedade revela de que modo as atividades de extensão estão presentes na sociedade, quais seus pressupostos e finalidades e como a IPES interage com a sociedade no sentido de transformações recíprocas.

O plano acadêmico analisa as possibilidades de incorporação da extensão na vida acadêmica, valorizando as experiências desenvolvidas pelo conjunto de participantes na ação extensionista (professores, funcionários e alunos).

A produção acadêmica trata da captação dos produtos resultantes da ação da extensão, que elabora e dissemina conhecimentos e que, no âmbito universitário, tem o seu valor reconhecido.

Por meio da análise dessas dimensões, levando-se em conta as peculiaridades de cada instituição, seria possível elaborar uma avaliação da extensão que trouxesse para a IPES o debate sobre a sua missão institucional, o seu papel na reconstrução do espaço social, suas necessidades e prioridades. A identificação das dimensões da extensão na instituição contribuiria para ampliar a percepção e análise das atuais práticas de extensão, pesquisa e ensino desenvolvidas na IPES.

Entretanto, para além do olhar da avaliação na perspectiva da institucionalização ministerial, é preciso construir uma avaliação da extensão que possa incorporar-se à cultura da instituição, um processo que deve iniciar-se, necessariamente, integrado ao processo de avaliação institucional da IPES e deve ter como fundamentos a missão e o perfil da instituição. Um outro aspecto fundamental nesse direcionamento é a apropriação dos conceitos fundamentais que podem auxiliar e orientar a realização de um processo de avaliação que seja de fato institucional, democrático e gerador de mudanças.

Catani *et al.* (2002, p. 100) afirmam que existem duas tendências opostas que balizam a avaliação: uma que tem a finalidade de regulação e controle, centrados em instrumentos standardizados; e outra de caráter emancipatório, que promove a compreensão e o desenvolvimento institucional. A primeira enfatiza os resultados e os produtos, fortalecendo a perspectiva do Estado avaliador, e na segunda a avaliação toma um caráter formativo, buscando a melhoria da instituição e dos processos de gestão, respeitando a autonomia dos atores envolvidos.

A opção da CPAE sempre foi pela defesa da superação do controle e pelo envolvimento autônomo e democrático dos atores acadêmicos no desenvolvimento da IPES. Para tal, foram elaboradas nos últimos anos pesquisas sobre a extensão universitária e conduzidos programas de formação em avaliação para profissionais que atuam na gestão da extensão. Um pouco das ideias centrais, conceitos básicos sobre avaliação e debates que nos ajudam a pensar o caminho institucional estão nesse trabalho.

3.2. Revisitar conceitos da avaliação: um caminho para construir a avaliação da extensão

A avaliação na IPES é uma prática corrente no campo do ensino. Professores avaliam constantemente os alunos, que podem, por sua vez, avaliar o professor ao final do período letivo. As bancas de defesa de trabalhos de conclusão de curso, monografias, dissertações e teses também são eventos de avaliação. Os cursos são avaliados anualmente, seja pela prova aplicada aos alunos, seja pelas auditorias realizadas pelo Ministério da Educação. A IPES em si também é avaliada pelos órgãos públicos de controle, como os Tribunais de Conta e as Controladorias, e pelos processos de avaliação estabelecidos pelo SINAES.

No caso da pesquisa, é comum a avaliação por pares, seja na submissão de artigos científicos, seja para a aprovação de projetos de pesquisa em editais. Nesses casos, as regras do jogo são normalmente definidas antes e constam dos próprios editais ou das normas de publicação.

A extensão universitária, normalmente, não tem um protocolo claro de avaliação, nem um histórico avaliativo destacável. O levantamento realizado pela Comissão Permanente de Avaliação da Extensão, instância técnica do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, mostrou que a maior parte das IPES que responderam aos questionários com dados de 2004 afirmavam realizar a avaliação da extensão sem, no entanto, possuir um sistema de avaliação ou, muitas vezes, um sistema de registro das ações de extensão.

Essa situação, aparentemente incoerente, pode ser explicada pela falta de consistência do próprio conceito do que é avaliação, sendo a razão pela qual a CPAE tem investigado a existência de sistemas avaliativos. Para a CPAE, a importância da avaliação reside na confirmação clara e inequívoca do papel da extensão universitária como um componente acadêmico capaz de promover profundas mudanças na formação dos alunos e na sociedade como um todo. Sem avaliação, a defesa do conceito da extensão passa a ser apenas filosófica, no campo das ideias, e, portanto, sujeita a contestações com a mesma falta de argumentos.

Se a extensão não tem um processo avaliativo constante, como podemos valorá-la? Como podemos propor a repetição de uma ação? Como incorporaremos as ações de extensão na imagem da IPES? Como comprovaremos que os recursos foram ou serão bem investidos? Como convenceremos alunos, técnicos e docentes a participar das ações? E a comunidade externa?

A necessidade da avaliação da extensão, portanto, também origina-se da sua própria dimensão extramuros ou fora da sala de aula – os outros dois processos de aprendizado e formação de conhecimento, ensino e pesquisa, são naturalmente avaliados de forma constante, tanto interna, quanto externamente.

A questão que se coloca é que, do ponto de vista do reconhecimento institucional, a extensão precisa participar dos indicadores e modelos de avaliação ditados pelo MEC, entretanto, o modelo quantitativo e produtivista não

se mostra apropriado para a visão emancipatória, que deve ser inerente ao processo extensionista.

No século XXI, não há mais a necessidade de luta pela institucionalização formal da extensão universitária, reconhecida pela Constituição Federal, pelo Plano Nacional de Educação e outros dispositivos legais. A luta que se trava é no campo operacional. A extensão universitária, *per si*, existe e será necessário institucionalizá-la desde o início nas novas IPES criadas pela política de expansão do ensino superior. O momento atual é de manter as conquistas no campo institucional e político, como a própria realização desse curso, mas permitir e até exigir processos avaliativos que mostrem os reais resultados dos últimos 25 anos, que é a idade do conceito de extensão, elaborado e defendido pelo Fórum desde 1987.

Um primeiro entendimento sobre a avaliação é de que os processos avaliativos são essencialmente políticos. Avalia-se para dar uma noção de valor, de validade e de importância a uma ação realizada. Apenas com uma avaliação desenhada de forma adequada e criteriosa pode-se entender realmente quais foram os resultados do esforço realizado e decidir pela continuidade ou não do que está se realizando ou apoiando. Não avaliar significa voar às cegas, confiando em sensações momentâneas, subordinando-se a políticas institucionais ou públicas sem contestá-las, desperdiçar recursos e oportunidades e trabalhar com pouca chance de sucesso. Mas como dar início a todo esse processo?

Toda ação, por menor que seja, pode ser avaliada, desde que os elementos necessários para isso sejam coletados na quantidade suficiente, com a qualidade necessária e no momento correto. O esforço e o custo necessários para ter estas informações é que vão limitar as ações que serão avaliadas ou o nível de avaliação que será possível realizar. Também podem influenciar nesta decisão as necessidades políticas e institucionais, como no caso em que, como exemplo, o Reitor deseja saber algum valor referente aos eventos, por exemplo, ou a resposta a avaliações externas.

Para uma ação qualquer ser avaliada é preciso que ela tenha sido planejada – ações espontâneas não têm, normalmente, um objetivo definido, metas estabelecidas, relações causais estruturadas. Ou seja, a avaliação será mais consistente e mais poderosa quanto melhor for o projeto de sua execução. Mas até que ponto a extensão trabalha com projetos no sentido da experimentação e aprendizagem contínua, sendo o projeto um empreendimento com objetivo identificável, que consome recursos e opera sob pressão de prazos, custos e qualidade (KERZNER, 2002).

Se não podemos considerar nossa ação como “projetos” (aqui, fica impossível utilizar a mesma denominação usada para um nível de ação de extensão conforme conceituação do Fórum, embora se esteja utilizando projeto como um termo técnico da área do planejamento), fica difícil pensar na avaliação.

É preciso, ainda, considerar as diversas dimensões de avaliação da extensão para além da quantificação de seu tamanho institucional e extramuros e seus impactos acadêmicos, incluindo aí a transformação no processo de aprendizagem dos alunos e os impactos sociais.

Além disso, de forma geral, as dificuldades encontradas na avaliação da extensão, considerando a suficiência de recursos humanos, financeiros e de tempo e a clara vontade política de realizar a avaliação, podem ser resumidas a três fatores:

- precariedade das formas de registro completo ou adequado da ação – infelizmente, é comum que as ações de extensão tenham um registro ruim ou incompleto de sua proposição, de sua execução e de seus resultados. No caso da avaliação completa de um programa com três anos de duração, seria necessário conhecer a situação de todos os envolvidos antes do início da ação, entender claramente o que se pretendia com a ação de extensão, o desenvolvimento de todas as atividades ao longo dos três anos, as alterações realizadas em relação ao planejamento original, os produtos obtidos com cada atividade, os recursos humanos, materiais e financeiros utilizados e a situação dos envolvidos logo após

a conclusão do programa e dois ou mais anos após esta data. Ou seja, seria necessário o acompanhamento deste programa por um período de cinco anos ou mais;

- explicitação pouco clara ou ausência de identificação do beneficiado pela ação de extensão – programas ou projetos amplos, tanto pela duração, como pela abrangência espacial, podem ter dificuldade em identificar, registrar e acompanhar os sujeitos desta ação. Quando o fazem, podem perder o contato com estes sujeitos, o que inviabiliza alguns tipos de avaliação de impacto;
- inadequada ou ausente capacitação técnica para realizar a avaliação – embora uma avaliação complexa seja possível, contando com ferramentas técnicas já discutidas, é necessário capacitar a equipe da Pró-Reitoria ou equivalente para realizar essa avaliação ou para entender e aplicar corretamente os seus resultados.

Na medida em que for possível identificar a resolução de tais fatores, dá-se início a todo um processo de avaliação.

3.2.1 O que é avaliar, monitorar e acompanhar?

Pode-se dizer que não existe um consenso em termos de definição de avaliação, mas existe consenso em relação ao julgamento na avaliação. A conceituação de avaliação que mais se aproxima da prática extensionista é a referente a processos educativos e a processos sociais. No sentido lato, avaliar consiste em emitir um juízo de valor sobre “algo” – objeto, situação ou processo –, baseando-se em determinados critérios de valor. Em sentido mais estrito a avaliação precisa de ser mais formalizada, sistemática, de maneira a conferir maior grau de objetividade e fundamentação para o julgamento a ser realizado. Segundo Aguilar e Ander-Egg (1994), a principal diferença entre avaliação informal e a sistemática está nos métodos utilizados. A avaliação sistemática trata-se de uma pesquisa avaliativa que se baseia no uso de métodos científicos.

Avaliação é uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida; destinada a identificar, obter e proporcionar de maneira válida e confiável dados e informação suficiente e relevante para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes de um programa (tanto na fase de diagnóstico, programação ou execução), ou de um conjunto de atividades específicas que se realizam, foram realizadas ou se realizarão, com o propósito de produzir efeitos e resultados concretos; comprovando a extensão e o grau em que se deram essas conquistas, de forma tal que sirva de base ou guia para uma tomada de decisão racional e inteligente entre cursos de ação, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento e compreensão dos fatores associados ao êxito ou ao fracasso de seus resultados. (AGUILAR; ANDER-EGG, 1994, p. 31-32)

Nesse conceito reúnem-se diversos aspectos e entendimentos capazes de orientar processo de avaliação sobre avaliação. Cabe, no entanto, ressaltar que optamos por esse entendimento dado que a avaliação passa a ser orientada pela utilização de procedimentos científicos para identificação, obtenção e sistematização das informações necessárias ou pertinentes ao processo analisado. Essa exigência de métodos ou de técnicas de pesquisa social confere à avaliação condições essenciais para que se possa emitir juízos de valor.

Complementando este conceito, a extensão também tem se utilizado dos propósitos definidos por Cohen e Franco (1993):

Processo orientado a determinar sistemática e objetivamente a pertinência, eficiência, eficácia e impacto de todas as atividades à luz de seus objetivos. Trata-se de um processo organizativo para melhorar as atividades ainda em marcha e ajudar a administração no planejamento e programação e futuras tomadas de decisões. (p. 76)

Essa definição ressalta a importância da avaliação como um processo e inerente à gestão de um programa. A extensão, de um modo geral, quando realiza a avaliação, a toma como algo isolado, realizado fora do contexto da gestão tanto de um projeto, como até da gestão de uma política implantada por uma IPES.

Cabe ressaltar ainda aspectos como a pertinência, ou seja, a adequação do modelo com os objetivos do projeto, da eficiência, que analisa a relação entre insumos e produtos, e por último, da eficácia ou grau em que são alcançados os objetivos em termos de transformação da realidade.

Ainda quanto à avaliação dos resultados em termos de eficiência, a avaliação enfoca a relação entre meios e fins, normalmente atenta à dimensão econômica dos programas. Em termos de eficácia, a avaliação se orienta para os objetivos propostos, para confirmar se as transformações pretendidas foram realizadas.

Roche (2002) conceitua avaliação de impacto como “análise sistemática das mudanças duradouras ou significativas – positivas ou negativas, planejadas ou não – nas vidas das pessoas e ocasionadas por determinada ação ou série de ações” (p. 37). A conceituação do autor nos remete à intrincada compreensão sobre a capacidade de os programas produzirem mudanças ou mesmo se pode ser atribuída a um único programa as transformações identificadas. O mesmo autor salienta que as avaliações de impacto são o resultado de um conjunto de fatores que se combinam de determinada forma.

A avaliação da eficiência revela o grau de utilização de recursos. Responde a questões básicas, vinculadas ao grau de esforço da instituição ou da equipe em realizar essa ação, tais como:

- Quantas horas?
- Quantas salas?
- Quantas cópias?

- Quantas pessoas?
- Quantas viagens, quantos almoços, quantas diárias?
- Quanto custou?
- Quanto rendeu?

O coordenador da ação deve realizar esta avaliação, para conhecer o esforço despendido na ação, indicar o retorno do investimento, qualificar os recursos utilizados, indicar a necessidade de substituição ou aquisição de novos equipamentos ou serviços, entre outras possibilidades semelhantes. Esse aumento de responsabilidade do coordenador pode gerar insatisfação pela exigência de um maior esforço. Por isso, a política avaliativa da IPES deve considerar, primeiro, certo grau de descontentamento, e, em segundo lugar, a possível demanda de apoio para a realização desta avaliação.

Por sua vez, a Pró-Reitoria de Extensão ou estrutura similar também deve realizar um processo de avaliação da eficiência da sua atuação em relação às ações de extensão. Sugere-se que se possa conhecer quais os recursos envolvidos na ação, verificar o retorno do investimento, identificar a demanda do público, qualificar os recursos utilizados, indicar a necessidade de substituição ou aquisição de novos equipamentos ou serviços, entre outras possibilidades. Com esses resultados, pode-se demonstrar a eficiência da Pró-Reitoria de Extensão no atendimento das demandas dos diferentes projetos, bem como mostrar aos conselhos superiores ou à administração central da IPES a destinação dos recursos disponibilizados. Em termos de política, é necessário definir se a equipe da Pró-Reitoria tem condições de realizar esta avaliação ou se isso ficará a cargo de outra instância, como uma secretaria de avaliação institucional.

A avaliação da eficiência exigirá que o coordenador da ação de extensão mantenha os registros da utilização dos recursos, do recebimento dos *inputs* solicitados, das horas dedicadas à ação, das razões de falha e dos

motivos de sucesso, entre outras informações. A fonte básica destes dados é o processo de monitoramento da ação. Entre estas informações, uma pode ser muito útil no caso de oferecimento de outras ações semelhantes, que é a forma de divulgação da ação e dos motivos que levaram o público a buscá-la.

A avaliação da eficiência da ação da Pró-Reitoria exigirá os registros da real utilização dos recursos solicitados, da entrega dos *inputs* demandados, das horas alocadas à ação pelo coordenador e equipe, das razões de falha e dos motivos de sucesso da atitude da Pró-Reitoria.

A coleta desses dados pode ser realizada a partir de formulários de proposta de ação e de roteiros para elaboração de relatórios bem construídos, ou seja, que sejam indicadas claramente as informações necessárias e a forma como os coordenadores devem informá-las. Outra maneira de realizar a obtenção de dados é a partir de auditorias ou entrevistas junto aos coordenadores de ações de extensão, através das quais a equipe de avaliação buscará identificar e coletar as informações necessárias.

Outra forma já adotada por algumas IPES é a implantação de sistemas de registro de ações, concebidos a partir da avaliação. Esta alternativa exige um esforço prévio da IPES, pois é necessário definir a política de avaliação, determinar os parâmetros que serão avaliados, aprovar esta política junto aos conselhos superiores ou à administração central, divulgar a política e construir o sistema de registro, preferencialmente informatizado, com preenchimento *on-line* pelo coordenador. Esse sistema, de forma ideal, irá automatizar a obtenção de índices, relações e taxas relacionadas aos parâmetros, evitando que o coordenador tenha que fazê-lo de forma separada. Com isso, evita-se que as respostas obtidas não revelem o desenvolvimento real da ação ou a obtenção de avaliações extremamente genéricas e imprecisas, situações que são observadas quando o coordenador é obrigado a preencher um instrumento avaliativo por conta de Resoluções. Respostas padronizadas, como *a ação foi executada como planejado; os resultados obtidos são plenamente satisfatórios; todos gostaram muito*, não permitem construir um juízo de valor nem de eficiência da ação de extensão.

Apesar de serem contestáveis e carentes de informações de real interesse para a IPES, estas respostas, infelizmente, são muito frequentes.

A avaliação da eficácia mede o grau de satisfação ou de resolução do problema existente. É uma avaliação mais profunda e interessante do que a de eficiência, pois permite vislumbrar ganhos acadêmicos.

Esse nível de avaliação também deve ser realizado pelo coordenador da ação, pois ele pode responder questões como:

- O curso resolveu o problema apresentado no material de divulgação?
- Os alunos sabem responder às questões apresentadas a respeito do problema?
- O grau de conhecimento dos alunos sobre o problema foi alterado com a realização do curso?
- Os bolsistas souberam apoiar os alunos?

O coordenador também pode avaliar a eficácia da ação da Pró-Reitoria, respondendo questões como:

- A Pró-Reitoria atendeu as demandas da forma solicitada e no tempo necessário?
- Os materiais fornecidos aos alunos são legíveis, estão completos, organizados?
- As salas estavam limpas e arrumadas como solicitado? O café era bom? Havia café sem açúcar? E água?

A Pró-Reitoria pode avaliar a eficácia de uma ação, de uma série de ações semelhantes ou das ações de um mesmo coordenador se estiver pesquisando o grau de resolução de situações-problema que sejam de interesse da instituição ou para verificar a qualidade do que está sendo oferecido em seu nome.

Os instrumentos para avaliar a eficácia são testes, enquetes, práticas, simulações, questionários, entrevistas ou a ação de um avaliador externo.

A avaliação de efetividade medirá os resultados obtidos logo após o término da ação, tanto quantitativos como qualitativos. Esses resultados, por sua vez, podem ou não ser duradouros, podem ou não gerar mudanças de comportamentos e de atitudes permanentes. O que queríamos com a ação? O que foi modificado na realidade trabalhada? O que não pode ser modificado na realidade trabalhada e por quê? O que mudou no estudante envolvido? Como essa mudança impactou na formação acadêmica do estudante?

A avaliação de efetividade é mais profunda, indica a permanência da resolução do problema enfrentado e necessita de mais recursos para ser executada. Não é adequada para ações de baixa complexidade, como eventos e cursos, devendo ser proposta para programas e alguns projetos mais destacados da IPES. Não deve ficar a cargo do coordenador da ação, sendo mais indicada para a Pró-Reitoria ou uma estrutura específica de avaliação institucional, por exemplo. Exige uma pesquisa específica, feita após a realização da ação – o prazo pode ser superior a dois anos, por exemplo. Exige uma base de comparação, para mensurar o grau de resolução da situação que gerou a ação. Utiliza-se de questionários, entrevistas, diagnósticos, ferramentas estatísticas, entre outros instrumentos.

A avaliação de impacto mede mudanças profundas e duradouras da situação problema. Necessita de um cenário-base de comparação, que deve caracterizar perfeitamente a condição inicial; aplicação de pesquisas específicas para isolar outros fatores de mudança da realidade; muitos recursos, financeiros e humanos. Ou seja, a avaliação de impacto necessita de uma etapa *ex ante* e outra *ex post* e que contemple elementos de análise dos impactos acadêmicos e sociais, buscando compreender as mudanças no processo de formação do aluno e da equipe e as reais transformações ocorridas na realidade social.

Só pode ser feita depois de encerrada a ação. Portanto: é necessário um registro perfeito do público que sofreu a ação para realizar esta avaliação e ser possível recuperar a evolução entre a ação e a época de avaliação.

Tais conceitos são úteis na constituição de parâmetros tanto para a busca de informações, como para fundamentar aos diferentes atores envolvidos a se posicionarem e construírem um julgamento de valor.

A adoção desses conceitos destaca o caráter processual, dinâmico e multifacetado que envolve uma atribuição de valores pautada em critérios válidos e legítimos e o seu uso no sentido de produzir melhorias na implantação de um processo e reavaliação de sua própria concepção.

Processualmente, há que se considerar as diferenças entre avaliar, acompanhar e monitorar. O acompanhamento é um processo de menor complexidade, pois pode ser apenas descritivo, enquanto o monitoramento deve sugerir alterações no andamento do processo. O acompanhamento pode se resumir a um relato das atividades realizadas feitas com um olhar essencialmente externo, não reativo e não propositivo. Ou seja, acompanhar é metaforicamente como ver passar uma procissão olhando pela janela.

O monitoramento, no entanto, é um tipo de avaliação contínuo e faz parte integral do gerenciamento do projeto. O monitoramento é primordialmente descritivo. O acompanhamento pode ser apenas descritivo, enquanto o monitoramento deve sugerir alterações no andamento do processo e justificar por que essas alterações foram indicadas. Por essa definição, observa-se que o monitoramento não deixa de ser uma forma de avaliação, mas uma avaliação não é um monitoramento.

A avaliação é mais analítica, é proposital e é realizada à parte da ação. A avaliação é conduzida periodicamente, tanto pela equipe do projeto, quanto pelos beneficiários. Também pode contar com a ajuda de equipes externas.

De fato, no caso da extensão, o processo de avaliação, para ter o sucesso pretendido, deve contar com a participação efetiva dos avaliados. Esta participação pode ser prejudicada pela reação de grande parte das pessoas em relação à avaliação. Generalizando, pode-se perguntar: quem gosta de ser avaliado?

Na prática cotidiana das equipes envolvidas na extensão, tem-se mais evidente o nível do acompanhamento em que os gestores são capazes de relatar se uma ação ocorreu, se terminou no prazo previsto ou não, se utilizou ou não os recursos solicitados. O acompanhamento não traz maiores informações e, por isso, não permite entender o que ocorreu, nem como os resultados são ou não válidos ou interessantes (para dizer o mínimo). Já o monitoramento permite corrigir a rota da ação enquanto ela está ocorrendo, introduzir novos elementos julgados necessários, eliminar desperdícios, entre outras vantagens sobre o acompanhamento. Do resultado do monitoramento pode-se retirar uma avaliação de eficiência e alguns elementos de eficácia. Se o monitoramento prosseguir após a execução da ação (situação rara!), poderia alimentar uma análise parcial de efetividade. O monitoramento presta-se, portanto, a uma análise do processo em si.

A avaliação é a forma mais completa e complexa de valoração. De acordo com o pretendido, inicia-se antes de a ação ser implementada e poderá se estender anos após o seu término. É a única forma de entender plenamente o processo e os resultados.

A avaliação mais completa só se justifica para as ações mais destacadas da IPES, embora os níveis básicos (eficiência e eficácia) possam ser aplicados para todas as ações. O monitoramento é uma postura básica para uma gestão de projetos. Nem deveria ser discutida a sua necessidade! Deveria sempre ser realizado, todo o tempo, em todas as ações. Pelo nosso entendimento, o acompanhamento só justifica ser destacado para as ações que tenham estruturas específicas de execução, como é o caso de núcleos e centros interdisciplinares, quando a Pró-Reitoria acompanharia os relatos dessas instâncias, que seriam, por sua vez, responsáveis pela avaliação

e monitoramento dessas mesmas ações. Colocando de outra forma: mães dificilmente avaliam os seus próprios filhos (mas avaliam os das outras mães, emitindo, sem nenhum problema, juízo de valor), monitoram seus filhos quando são adolescentes e os acompanham quando já saíram de casa...

3.2.2 Tipos de avaliação e níveis de avaliação

Da própria multiplicidade de conceitos de avaliação advém a necessidade de explicitação clara dos critérios e parâmetros utilizados para a emissão do julgamento. A compreensão de certos termos é capaz de auxiliar o gestor a orientar o processo de avaliação a ser implementado.

A avaliação interna é aquela realizada pela própria equipe executora da ação, tem a vantagem de conhecer mais profundamente o problema e o processo, pode ser utilizada para redirecionar os rumos e discutir a política interna da IPES, por exemplo. Como desvantagem, pode não ser crítica o suficiente para determinar o valor de uma ação mal executada ou planejada. A avaliação externa é realizada por avaliador que não fez parte da ação ou não é da instituição. Tem a vantagem teórica da imparcialidade, mas pode pecar pelo desconhecimento dos fatores que condicionaram o processo e os resultados, não realizar a análise integrada com a política institucional ou ser superficial nessa integração.

A avaliação quantitativa utiliza valores numéricos para definir as alterações observadas. É a avaliação mais clássica, que incorpora muitos conceitos da Economia. Espera-se que seja mais inteligível do que a qualitativa, mas pode levar a interpretações incorretas dos resultados, mesmo que os números estejam corretos. É mais adequada para a avaliação do processo, ou seja, para a avaliação de eficiência e eficácia. A avaliação qualitativa utiliza informações que não são normalmente expressas com números, como satisfação, felicidade, bem-estar, etc. Por serem essencialmente subjetivas, podem ser difíceis de avaliar, principalmente se a ação gerar muitas informações qualitativas. Também necessita de uma análise estatística robusta para não cair em descrédito.

De certo modo, o uso das informações qualitativas é essencial para entender mudanças de comportamento, de percepção, de participação, de independência. Assim, são essenciais para os níveis mais avançados de avaliação, que trabalham com os resultados – efetividade e impacto. Quase sempre é possível transformar informações qualitativas em quantitativas, através de escalas comparativas, por exemplo: em uma escala de 0 a 10, qual seria o seu grau de satisfação antes da realização da ação? Logo depois da realização, qual seria o grau na mesma escala? E dois anos depois, qual seria o valor?

A avaliação *ex ante* é realizada antes de a ação ser implementada; parte da identificação da situação atual e do grau de alteração que se deseja obter com a realização da ação. Compara essa situação futura com o esforço a ser realizado e valida ou não as condições para a realização da ação. É o caso das análises de viabilidade, da relação custo/benefício de uma proposta.

A avaliação *ex post* é realizada após a ação, podendo ocorrer logo após ou muito tempo após o término. Ela permitirá entender o que foi gasto, o que resultou efetivamente, o que deu certo, o que deu errado, mas sempre com dados e informações reais. Portanto, não serve para decidir sobre a realização ou não da ação, mas permite avaliar se o planejamento anteriormente realizado era consistente.

Outro elemento está nas instâncias de avaliação, é preciso pensar o *ethos*, o lugar, em como avaliar cada ação, os fatores que interferem para o sucesso e insucesso; é preciso avaliar o sistêmico, como ocorre o conjunto e respostas das ações e suas articulações, como impactam sobre a realidade *inter* e externa à IPES; é preciso avaliar o institucional, como as ações de extensão são pertinentes à política e ao pensamento institucional sobre a extensão.

É preciso considerar que referenciais teóricos e metodológicos em que se fundamentam a extensão, na medida em que apresentam uma diversidade de formas e uma dinâmica própria, tornam seus processos de trabalho

flexíveis diante da realidade social e cultural dos indivíduos. Todavia, o tempo de resposta no que se refere à organização comunitária, ou para a mudança de uma realidade trabalhada, pode não gerar respostas quantificáveis num semestre letivo, e, assim, os resultados que remetam às publicações e às conclusões de experiências podem demorar a despontar.

3.2.3 Considerações finais

A definição política dos significados e intencionalidades para extensão é importante para a compreensão da relação avaliação/extensão universitária no campo do acadêmico e do social. Na medida em que não há clareza sobre o papel que a extensão deve representar no interior da IPES, não há condições de propor de forma autônoma o perfil de avaliação que se quer adotar para esse fazer.

Da mesma forma que não há como considerar a avaliação da extensão desarticulada do que se quer para a extensão, não há como considerar uma avaliação da extensão desarticulada do processo de avaliação institucional, principalmente porque tal avaliação serve de apoio para se operar a institucionalização da extensão, entretanto, é importante destacar que a avaliação institucional não basta em si mesma, é preciso que se vá além dos indicadores institucionais do Ministério, ou da valoração apenas qualitativa, e que se busque construir modelos de avaliação autônomos que contemplem a visão dos atores institucionais em seus processos e lutas internas, e que se busque contemplar os impactos acadêmicos e sociais, principalmente do campo qualitativo.

Os conceitos e fundamentos que foram apontados nesse trabalho sinalizam para a necessidade de que cada IPES sistematize seu processo de avaliação da extensão de forma objetiva, gradual, construído de forma democrática e com o envolvimento dos professores, estudantes, servidores e comunidade envolvida com as ações, contemplando todos os níveis (ação, projeto, programa, extensão, universidade) e tempos operacionais (*ex ante*, *ex post*).

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. *Avaliação de serviços e programas sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CATANI, Afrânio Mendes, *et al.* A política de avaliação da educação superior no Brasil em questão. In: DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF, Dilvo I. (Org.). *Avaliação democrática: para uma IPES cidadã*. Florianópolis: Insular, 2002.

FORPROEX. *Avaliação Nacional da Extensão Universitária*. Brasília: MEC/Sesu; Paraná: UFPR; Ilhéus: UESC, 2001.

KERZNER, H. *Gestão de projetos: as melhores práticas*. Porto Alegre: Bookman, 2002.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). *Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas*. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2000.

ROCHE, C. *Avaliação do impacto dos trabalhos de ONGs: aprendendo a valorizar as mudanças*. São Paulo, Cortez: ABONG; Oxford, Inglaterra: Osfam, 2002.

SERRANO, Rossana M. S. M. *Avaliação institucional da extensão universitária na UFPB: a regulação e a emancipação*. Tese PPGE/UFPB, João Pessoa, 2012. Disponível em: <http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2610>.

CAPÍTULO 4

A AVALIAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE INDICADORES: *UM ESTUDO SOBRE AS PRINCIPAIS DIRETRIZES E SUAS REPERCUSSÕES PARA A AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO*

CAPÍTULO 4

A AVALIAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE INDICADORES: UM ESTUDO SOBRE AS PRINCIPAIS DIRETRIZES E SUAS REPERCUSSÕES PARA A AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO

Fernando Setembrino Cruz Meirelles

Sonia Regina Mendes dos Santos

4.1. Introdução

O tema avaliação pode ser abordado de diversas maneiras e em relação a vários tipos de avaliação. A posição que norteia os trabalhos da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão (CPAE) do FORPROEXT é a de ruptura com o paradigma da avaliação fiscalizatória, aquela que centra a maior parte dos esforços na busca de desvios ocorridos na gestão da extensão universitária ou nos processos executados. Ao contrário, entende-se necessário que o processo avaliativo possibilite incorporar e entender esses desvios como parte do processo de criação e produção das alternativas que a universidade possui para colocar-se junto aos demais setores da sociedade.

Nesse novo paradigma, a avaliação, além de uma atividade de rotina na gestão das atividades extensionistas, deve constituir-se como fonte permanente de informação e de constante atualização da prática, sendo capaz de determinar os pontos em que determinada ação teve sucesso, quais expectativas não foram atendidas, os fatores que contribuiram para esse sucesso e os que impediram o alcance dos objetivos. Nesse tocante, o resultado da avaliação pode possibilitar a construção de um conhecimento útil para a instituição universidade, mas também muito útil para todos aqueles que atuam em processos consistentes de extensão, sejam eles internos ou externos à universidade.

A avaliação que produz conhecimento apropriável pela comunidade não o faz de forma descontextualizada. A avaliação da extensão não tem sentido se estiver desconectada do cenário que é hoje a extensão universitária, e que geram a própria necessidade de avaliação da função. Contudo, é de tal monta essa variação do ponto de vista da extensão universitária, que não se pode abordá-la como se fosse única, como uma possibilidade ímpar de pensá-la e vivê-la nas universidades públicas do país, mas há que se considerar as várias “extensões” existentes dentro de uma mesma universidade.

Acrescente-se a esse aspecto a necessidade de discuti-la também dentro do projeto de universidade brasileira, sob pena de avançar no debate sobre extensão e, ao mesmo tempo, não contaminar o universidade como um todo, não atingir os domínios das funções centrais – pesquisa e ensino –, o que transformaria o debate em monólogo solitário e sem maiores consequências. Por esses motivos, e para que fosse possível abordar a avaliação das atividades extensionistas e como o pensar sobre ela pode contribuir para os avanços na universidade na cena nacional, foi preciso trazer à tona algumas reflexões sobre extensão universitária.

Há de se considerar como ponto de partida que as universidades públicas não se organizam sobre uma mesma perspectiva predominante no tocante à concepção de extensão, e em uma mesma instituição convivem vários entendimentos sobre ela. Tal variação pode ser pensada como própria da universidade, ou seja, do espaço universitário atual, que se defronta com inúmeros desafios; esses apontam para possíveis transformações profundas, que vão requerer um exame de suas funções e estruturas. Essa variabilidade de concepções tem reflexos importantes na proposição de um processo avaliativo. De que modo a extensão tem sido concebida e implementada? De que modo a avaliação da extensão está articulada com o projeto de universidade e de avaliação institucional?

É preciso considerar que a extensão, quando adequadamente encaixada no mandato científico e educativo da universidade, se coloca em seu devido lugar e, ao mesmo tempo, não pode ser feita a título de mera

extensão. Da posição muitas vezes ociosa e de concepção inadequada na atualidade, é preciso emergir a extensão “no bom sentido”, ou seja, aquela que aprimora a formação do aluno e contribui para o manejo do conhecimento na sociedade. Mas que interferências a avaliação pode trazer para o “bom sentido da extensão”? Seria a avaliação uma possibilidade de contestar a adequação das atividades extensionistas em função das políticas da universidade pública?

A avaliação, além de seu forte componente político, também é plena de técnicas científicas, exigindo um processo de elaboração próprio de cada instituição, de acordo com as suas decisões políticas, acadêmicas e administrativas. Além disso, por meio dela as instituições podem responder como estão sendo aplicados os recursos e que resultados estão sendo alcançados.

A discussão que é proposta neste capítulo é a de materialização do processo avaliativo, na definição de dimensões, indicadores e instrumentos possíveis.

4.2. Preparando a avaliação: dimensões, indicadores e instrumentos

a) Definindo dimensões

Dimensões de avaliação são as partes principais do problema que deve ser resolvido ou tratado pela ação de extensão. A definição das dimensões a serem avaliadas terminará por orientar a seleção dos indicadores e dos instrumentos. Não é raro que nesta análise de indicadores e instrumentos perceba-se a inadequação da dimensão selecionada.

Dimensões podem ser políticas, processuais, regimentais, acadêmicas... O Fórum fez um diagnóstico da extensão universitária pública brasileira no início da década passada utilizando algumas das dimensões definidas pela CPAE. Entre elas, foram consideradas a institucionalização da

extensão, a infraestrutura disponível para a extensão, a produção acadêmica vinculada à extensão, a relação entre a sociedade e a universidade.

Evidentemente, a análise do Fórum é essencialmente política, pois trata do universo das IPES brasileiras. Tais dimensões, se levadas ao nível de cada instituição, resultarão em uma avaliação essencialmente da gestão: como a extensão está institucionalizada nessa IPES, qual a infraestrutura que a gestão (Reitoria, Pró-Reitoria, Direções, etc.) coloca à disposição das ações extensionistas, qual foi a produção acadêmica obtida pelas ações de extensão, como se dá a relação com os outros setores da sociedade.

Essa avaliação não teria condições de entender os processos de cada ação de extensão, o crescimento de cada um dos atores, nem os resultados de cada ação. Portanto, é uma dimensão de interesse limitado, muito focada na política.

As dimensões acadêmicas devem ser definidas por cada IPES e podem ser paulatinamente implantadas no processo avaliativo. A indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão é um exemplo da complexidade e da dificuldade de implantar-se esse processo avaliativo sem uma preparação prévia da instituição para isso. É uma dimensão essencialmente processual – deve ocorrer na ação –, mas que deve ser incentivada por processos gerenciais – os editais de bolsa e de apoio à extensão universitária podem (e devem) induzir à formulação de propostas de ações baseadas na indissociabilidade. Também deve estar devidamente regulamentada na instituição, o que gera uma outra dimensão de avaliação, a dimensão regimental.

Outra dimensão acadêmica por excelência é a creditação das ações de extensão universitária na formação dos discentes, que era uma luta histórica do FORPROEX. A creditação passou a ser uma possibilidade concreta a partir da discussão do Plano Nacional de Educação. Assim, também necessita de uma dimensão política, que permita avaliar como a IPES incentiva essa creditação; regimental, que possibilite dar segurança aos discentes, aos docentes e à instituição dos processos corretos de

creditação; e acadêmica, que possa demonstrar a validade dessa creditação em termos de construção (ou reconstrução, na visão de Demo) de um conhecimento necessário e desejável para os discentes.

Então, uma mesma variável pode ser avaliada em diferentes dimensões e para isso necessitará de diferentes indicadores e de diferentes instrumentos.

b) Definindo indicadores

Os indicadores são taxas, relações, condições ou números que mostram as alterações de estado das variáveis analisadas, que são selecionadas de acordo com as dimensões. Os indicadores devem ser precisos, fáceis (? Sempre que possível!) de coletar e passíveis de aferição. Podem ser utilizados de forma isolada ou conjunta, por meio de cruzamentos, para definir essas alterações.

No diagnóstico realizado pela CPAE sobre a extensão universitária brasileira, na dimensão institucionalização da extensão, por exemplo, o indicador utilizado foi a existência de resoluções, portarias ou decisões dos conselhos superiores ou da reitoria que estabelecessem a extensão como dimensão acadêmica. Para aferir esta existência, foi solicitado que informassem os números destas regulamentações e mesmo que fossem enviadas cópias destas para a CPAE. Para avaliar a produção acadêmica, foi solicitado que informassem o número de artigos, capítulos de livros, livros, relatórios, vídeos, etc., que fossem vinculados à extensão no ano de 2003. A infraestrutura disponível para extensão foi determinada a partir do número de salas, veículos, telefones (na época, era importante, mas não tem sentido atualmente) e computadores (*idem*) colocados à disposição das ações de extensão.

Para Coehn (1999), os indicadores não surgem necessariamente da programação realizada, ainda que seja preferível que na formulação do projeto tenham sido consideradas tanto metas como os indicadores, de forma que os indicadores sejam adequados para medir o alcance das metas.

Essa colocação é válida em uma visão de avaliação que não esteja focada no cumprimento estrito da realização de uma proposta de ação de extensão, mas sim o comportamento da realidade como consequência do projeto, de que modo e em que medida foram produzidas alterações/transições nos grupos afetados por uma ação de extensão, principalmente os projetos e os programas de extensão.

Assim é possível determinar quais os indicadores são válidos para a avaliação. Para cada meta estabelecida pelo projeto pode-se fixar indicadores que permitem medir o alcance da mesma, agora fixada em termos de quantidades. A fase seguinte consiste em determinar as escalas que outorgarão significado aos indicadores, como uma faixa de variação da variável entre o máximo e o mínimo.

Um exemplo seria a arrecadação de alimentos por uma ação de extensão que será repetida em uma comunidade, sendo que em anos anteriores foram realizadas entre 5 e 8 atividades e arrecadados 200 kg de alimentos, na maior parte de baixo custo e de baixo valor nutricional.

Meta 1: obter doações de alimentos para o refeitório

Indicador: quantidade de atividades realizadas para conseguir doações de alimentos

Alto: valor 4, 12 ou mais atividades

Superior à expectativa média: valor 3, de 9 a 11 atividades

Expectativa média: valor 2, de 5 a 8 atividades

Inferior à expectativa média: valor 1, de 1 a 4 atividades

Não houve atividade: valor 0, 0 atividades

Nesse exemplo, não pode ser aferida a qualidade da ação, nem o resultado obtido com as atividades em termos de aumento de doações de alimentos para o refeitório, pois esse indicador não foi concebido com essa intenção. Se estas forem as necessidades de avaliação da instituição, outros indicadores devem ser construídos:

Meta 1: obter doações de alimentos para o refeitório

Indicador: quantidade alimentos doados por atividade cultural realizada

Alto: valor de 400 a 600 kg de alimento por atividade

Superior à expectativa média: valor 250 a 400 kg de alimento por atividade

Expectativa média: valor 150 a 250 kg de alimento por atividade

Inferior à expectativa média: menos de 150 kg de alimento por atividade

Não houve arrecadação: valor 0, 0 kg de alimento por atividade

Meta 1: Obter doações de alimentos para o refeitório

Indicador: Porcentagem de alimentos proteicos arrecadados sobre total de alimentos arrecadados

Alto: valor acima de 15% dos kg arrecadados

Superior à Expectativa Média: valor 11% a 15% dos kg arrecadados

Expectativa Média: valor 5% a 10% dos kg arrecadados

Inferior à Expectativa Média: menos de 5% dos kg arrecadados

Não houve arrecadação: valor 0 – 0% dos kg arrecadados

Coehn ressalta que os indicadores pensados por essa metodologia são adequados a avaliação *ex post*, podendo ser, de acordo com seus objetivos, tanto de avaliação como de processos e impactos. Se está realizando uma avaliação de processos, os indicadores se relacionam aos insumos que são promovidos para realizar as atividades do projeto e aos produtos obtidos. Numa avaliação de processos são selecionados indicadores de produtos e, eventualmente, de efeitos – resultados – que derivam da utilização dos

produtos do projeto. Nesse caso, é necessário lembrar que alguns efeitos podem aparecer depois do término de um projeto.

Uma avaliação de impacto analisa os resultados dos efeitos de um projeto. Os indicadores devem determinar o grau de alcance dos fins últimos, constatando se foram produzidas mudanças na população/objetivo, em que direção, em que medida, por quê. A avaliação de processo olha para frente, para as correções ou adequações; a avaliação de impacto olha para trás, se o projeto funcionou ou não, descobrindo as causas.

A primeira procura afetar as decisões cotidianas, operativas, e a última se dirige para além do projeto, sendo utilizável para discutir sobre sua eventual continuação, para formular outros projetos futuros, enfim, para tomar decisões sobre as políticas. As decisões podem ser de ordem qualitativa, sobre a continuidade ou não do projeto; e de ordem quantitativa, que modificam ou não a programação do projeto.

Para Draibe (1998), há uma certa confusão pelo uso pouco preciso da noção de resultado, o que de certa forma traz complicações para a definição de indicadores. Para facilitar a compreensão, a autora sugere a distinção entre resultados propriamente ditos, impactos e efeitos.

Para ela, o primeiro diz respeito a produtos do programa, previsto em suas metas e derivados do seu modo particular de “produção”. Por exemplo: no caso da merenda escolar, relacionar a quantidade de refeições distribuídas, ou os valores calóricos e proteicos adicionados à dieta diária. Já os impactos se referem a alterações e mudanças efetivas na realidade sobre a qual o programa intervém e por ela são provocadas. Como exemplo a autora cita que tendo em tela um programa de vacinação, o impacto esperado será a redução da incidência da poliomielite.

Os efeitos referem-se a outros impactos do programa, esperados ou não, que afetam o meio social no qual se realizou. Temos como exemplo, no caso da vacinação, o aumento do nível de informação, ou o grau de satisfação dos pais com a organização do evento. Uma mesma pesquisa de avaliação pode avaliar resultados, impactos e efeitos. Cada tipo ou grupo

de resultados será melhor avaliado sempre que para tanto forem utilizados os indicadores adequados.

- *Indicadores de resultados* medem os graus, as quantidades e níveis de qualidade com que as metas foram cumpridas. Podem ser estimados através do confronto de objetivos e metas de um lado e as realizações alcançadas de outro. A proporção de metas alcançadas e de cumprimento do planejado ou os índices de cobertura da população-alvo são típicos indicadores de resultados. O programa realizou os objetivos pretendidos? Atingiu os grupos-alvo? Cumpriu, e em que níveis de quantidade e de qualidade, as metas propostas?
- *Indicadores de impacto* tratam de medir as mudanças pretendidas ou se quiser de resultados mais duradouros, ou seja os efeitos do programa sobre a população-alvo. Por exemplo: em programa de nutrição escolar verificar as variações dos níveis de nutrição do alunado. As questões clássicas são: o programa efetivamente produziu os resultados que pretendia alcançar? Afetou em que medida a realidade que queria transformar? Uma das possibilidades para a avaliação do impacto é a definição de grupos de referência que possam comparar programas, ou seja, possibilitar o com o quê comparar. Uma possibilidade é comparar os sujeitos com eles mesmos, do tipo antes e depois. Para isso é necessário elaborar um diagnóstico da situação anterior ao início do programa, com a qual os impactos serão comparados. Uma outra alternativa é estimar impacto entre participantes e não participantes. O segundo grupo operará como grupo de controle em que os integrantes sejam aleatoriamente selecionados, ambos os grupos apresentando similaridade nos seus atributos.
- *Indicadores de efeitos* referem-se a determinadas alterações, esperadas ou não as especificamente pretendidas pelo programa, e que, mais que o grupo-alvo, afetam as instituições, os agentes que a implementaram ou o meio social em que o mesmo se realiza. Tendem a abranger os efeitos mais duradouros sobre os agentes implementadores e a comunidade local – efeitos sociais e efeitos institucionais relacionados às instituições

governamentais e não governamentais associadas a sua implementação. As perguntas básicas são: o programa produziu alguma aprendizagem institucional? Estimulou a continuidade da experiência? As metodologias podem ser aproveitadas? Foram constatadas melhoras nas capacidades profissionais dos agentes de implementação?

Outros indicadores agregados à avaliação de programas são os indicadores de eficiência, eficácia e efetividade.

A eficiência diz respeito às qualidades de um programa sob parâmetros técnicos de custos e de tempo. Menor tempo, maior produção, menores custos são as preocupações particulares da eficiência. As atividades se organizam, tecnicamente, da maneira apropriada? Esta condição opera com menores custos e em menor tempo possível?

No plano mais geral, eficácia de um programa diz respeito à relação entre características e qualidade dos processos e sistemas de implementação de um lado e os resultados a que chega no outro. Será mais eficaz aquele programa que atingir seus resultados em menor tempo, menor custo e com mais alta qualidade. Quais são os fatores de ordem material e institucional na implementação que operam condicionamentos positivos e negativos do desempenho do programa?

Já os conceitos de efetividade referem-se à relação entre objetivos e metas, de um lado, e impactos e efeitos, de outro. A efetividade relaciona-se com as quantidades e/ou os níveis de qualidade com que a ação atinge **os impactos** esperados e promove **os efeitos pretendidos**, previsíveis ou não, tantos os sociais como institucionais.

No caso da arrecadação de alimentos para o refeitório, o maior número de atividades realizadas com o menor custo traria uma maior eficiência para a ação, mas não significaria nada se a arrecadação fosse nula ou inferior à expectativa média. Uma maior arrecadação de alimentos por atividade cultural destacaria as atividades mais eficazes, mas isso poderia ser contestado se a maior parte dos alimentos não tivessem a qualidade esperada, o que não permitiria alterar o teor proteico das refeições. Se

a intenção final da arrecadação fosse mudar os hábitos de alimentação a partir de uma oferta maior de proteínas no refeitório, tal ação não teria o efeito esperado.

c) Concebendo os instrumentos

Instrumentos de avaliação são os meios pelos quais serão obtidas as informações necessárias para a realização da análise. Estes instrumentos devem ser testados para verificar se é possível para o avaliador ou para o avaliado respondê-los de forma adequada, garantindo que as respostas obtidas signifiquem exatamente o que expressam. Para conceber um instrumento, portanto, é necessário imaginar as situações em que o mesmo será respondido, as possíveis fontes de informações, as diferenças conceituais e regionais, entre outras. Também é necessário definir previamente se o indicador será qualitativo ou quantitativo e, neste caso, se será utilizado uma forma de torná-lo operacional para cálculos.

- i) Banco de dados – um banco de dados associado a um sistema de registro das ações de extensão é um instrumento potencialmente poderoso para iniciar a avaliação de **processo**. O banco de dados ideal é concebido para possibilitar a avaliação, e não o contrário: a avaliação ser restrita às informações existentes.
- ii) *Check-list* – é um instrumento rápido para os processos de acompanhamento e monitoramento, podendo ser ampliado para a avaliação de eficiência. Consiste em uma lista de tarefas que vai sendo marcada se estas foram atendidas ou não. Se incorporar uma coluna de medidas tomadas para a correção, terá um caráter de monitoramento; se incluir as quantidades e as datas de realização das tarefas, poderá ser utilizada para a avaliação de eficiência. Se incluir uma medida de qualidade, poderá gerar indicadores de eficácia, mas, pelo seu caráter resumido, não pode ser a única fonte para este nível de avaliação.
- iii) Enquetes – são perguntas de resposta simples, coletadas de forma rápida e que expressam uma única posição, normalmente sim ou não. São instrumentos válidos para pesquisas rápidas com grande

público, onde não interessa muito os motivos da posição. Podem ser utilizadas para acompanhamento e monitoramento (*O senhor já foi atendido? O material já foi recebido?*), para avaliação de eficiência (*O data show estava na sala no momento solicitado?*) e de eficácia (*Os bolsistas souberam atender aos participantes?*).

- iv) Pesquisas de opinião e de satisfação – são questionários preconcebidos, com respostas padronizadas, em que o entrevistado responde sem muita margem de discussão. Podem ser utilizadas nas avaliações de eficiência, eficácia e efetividade. Para a avaliação de impacto, devem ser aplicadas com critério, pois poderão ser contaminadas pelo tempo decorrido, pela falta de memória em relação ao momento da ação, pelo não entendimento correto da responsabilidade de cada um dos atores do processo, etc.
- v) Entrevistas abertas – são conversas registradas com alguém que se julgue de interesse para a avaliação da ação. Pode durar mais de uma hora e não há um formato preconcebido: as perguntas vão sendo feitas de acordo com a resposta anterior ou buscando tentativamente obter a percepção mais profunda do entrevistado sobre a ação, seu processo e seus resultados. Não são muito adequadas para a avaliação de eficiência (não têm um roteiro definido, podem levantar informações para uma ação, mas não para a outra, impedindo a comparação entre os esforços realizados e os seus resultados), mas podem ser utilizadas na avaliação de eficácia, efetividade e impacto.
- vi) Entrevistas estruturadas – seguem roteiros predefinidos, embora possibilitem margem de discussão. Resultarão em valores qualitativos, de forma predominante. Se forem agendadas previamente, podem levantar informações quantitativas, como é o caso de entrevista a entidades públicas, não governamentais e privadas que tenham participado de uma ação de extensão – *quantas pessoas de sua instituição participaram da ação? Qual foi o valor investido na tarefa x? Quanto tempo foi aplicado na tarefa Y?* Assim, podem ser utilizadas em todos os níveis de avaliação, embora seu custo não seja compatível para a

avaliação massiva de eficiência e eficácia, que podem ser medidas com instrumentos mais simples.

- vii) Questionários – roteiros de perguntas definido, podem ser respondidos pelo entrevistado sem a presença do pesquisador. Portanto, têm um custo menor que as entrevistas. Devem ser avaliados quanto à clareza das perguntas, para evitar respostas não utilizáveis na avaliação. Recomenda-se, fortemente, que sejam submetidos a um teste de campo antes da sua multiplicação.
- viii) Triangulação de informações – a triangulação de informações é um instrumento para conferir a consistência dos valores levantados pelos instrumentos, para verificar a existência de inconsistências. É muito útil para refinar as informações qualitativas ou para entender resultados quantitativos aparentemente inconsistentes. O método RAPPAM¹ – Avaliação Rápida – utiliza este instrumento como base para uma análise posterior dos resultados obtidos logo após a realização da ação. É uma metodologia facilmente aplicável nas ações de extensão, podendo avaliar a eficácia e a efetividade de modo rápido e eficiente. Tem como atrativo adicional a fase de negociação das perguntas e respostas, o que socializa o próprio processo avaliativo. Vale a pena ler o manual desse método.

Como exemplo de aplicação de instrumentos, no caso de avaliar o grau de alteração da satisfação de uma comunidade em relação ao Programa de Saúde da Família após a realização de uma ação de extensão de qualificação dos atendentes, pode-se utilizar uma enquete pela qual o respondente avalia diretamente se está satisfeito ou não, o que seria uma informação qualitativa.

Por outro lado, poderia ser perguntado, em uma enquete, entrevista ou questionário, com uma escala de 0 a 10, qual seria seu grau de satisfação antes e depois da ação em diversos momentos, o que resultaria em números que poderiam gerar taxas de crescimento ou decaimento dessa

¹ Disponível em: <http://wwf.panda.org/what_we_do/how_we_work/conservation/forests/tools/rappam/>.

satisfação. Outro exemplo seria o conhecimento, por parte da população, da existência de uma determinada ação. Uma enquete poderia ser utilizada para saber se o respondente conhecia ou não a ação. Uma entrevista aberta poderia avaliar com maior profundidade este conhecimento, as fontes de informação normalmente utilizadas, os meios preferenciais de comunicação, a confiabilidade destes meios, entre outros. Um questionário poderia obter as mesmas respostas, mas a sua elaboração exigiria o conhecimento prévio dos meios de comunicação potencialmente utilizados, definir parâmetros de confiabilidade, etc. Ou seja, o questionário exigiria maior investimento para ser elaborado, mas poderia ser multiplicado com um baixo custo; a entrevista aberta exige mais técnica para ser aplicada, mas um baixo custo para ser concebida. O banco de dados pode ser utilizado para entender esforços realizados para a execução das ações de extensão ao longo de todo o ano, como número de alunos, horas de docentes e técnicos, população beneficiada diretamente, exames realizados, espetáculos e sessões de cinema, etc.

d) Tabulação e análise dos resultados

Os resultados obtidos com a aplicação dos instrumentos necessitam ser tabulados e analisados. Muitas avaliações não conseguem superar esta etapa, deixando os dados coletados guardados por não saber o que fazer com eles. Inicialmente, a tabulação permitirá identificar o comportamento dos dados, as situações que destoam do conjunto de informações, os valores nulos ou inválidos. Resolvidas as inconsistências, serão aplicadas ferramentas matemáticas, estatísticas e probabilísticas, que devem ser selecionadas caso a caso. Planilhas de cálculo, como Excel, trazem muitas destas ferramentas, que possibilitam calcular taxas, tendências, probabilidade, equações de correlação, entre outras.

e) Possibilidades estatísticas básicas

A utilização de distribuições estatísticas é muito comum em processos avaliativos. Entre elas, destaca-se a distribuição Normal, que utiliza os parâmetros média e desvio padrão para validar a distribuição das

informações referentes a uma população amostral. Nem sempre a distribuição Normal é utilizável, seja porque a população não obedece aos critérios necessários, seja porque a dimensão que está sendo avaliada não é compatível com essa distribuição. Em alguns casos, distribuições como Bernoulli, Log-Normal e Gumbel poderão ser úteis.

4.3. Criando um quadro de indicadores para a extensão

Como já colocado no início do capítulo, o processo de construção de um sistema avaliativo deve ser uma caminhada específica para cada IPES. Para fins estritamente ilustrativo, apresenta-se uma proposta de indicadores possíveis de serem adotados, que necessariamente devem ser discutidos, alterados de acordo com a realidade de cada IPES e validados nas instâncias competentes e, mais do que isso, comprovados na aplicação concreta do cotidiano da instituição.

QUADRO 1

Indicadores aplicáveis na avaliação de ações de extensão

(Continua)

Indicadores de eficácia	O que medem
Análise dos resultados em função dos objetivos traçados	Resultados e produtos
Metas	Proporção de cumprimento de metas, regularidade da prestação de serviço Público-alvo: foco, cobertura
Indicadores de eficiência/custos	O que medem
Recursos/custos	Relação custo/benefício Custos/efetividade

(Continua)

Indicadores de eficiência dos processos	O que medem
Processos da implementação	
1. Sistema gerencial	Capacidade de implementar decisões / Grau de centralização
2. Processo de divulgação e informação	Diversidade de canais, suficiência e qualidade das mensagens / Porcentagem de público atingido, agilidade de fluxo
3. Processos de seleção de agentes implementadores e beneficiários	Publicização do projeto, adequação do grupo selecionado aos objetivos do programa
4. Processo de formação de agentes implementadores e beneficiários	Competência dos educadores, duração e qualidade do curso (se houver), conteúdo, avaliações, a formação segundo os estudantes, o processo segundo os beneficiários
5. Sistema operacional – financiamento, gasto, provisão dos recursos materiais	Suficiência dos recursos, prazos e fluxos, qualidade da infraestrutura, material de apoio
6. Processos de monitoramento e avaliação interna	Regularidade, abrangência e agilidade na identificação dos desvios e incorreções, agilidade para recomendar incorreções. Grau de comprometimento e participação dos atores no processo. Eficiência em propor e recomendar melhorias

(Conclusão)

Indicadores de efetividade	O que medem
Impactos – variações mudanças na realidade	Taxas de crescimento de um fenômeno, intensidade da mudança
Efeitos – social – opinião e satisfação dos atores	Avaliação dos atores/graus de adesão, satisfação
Efeitos – institucional – capacidades institucionais, sustentabilidade e reprodutibilidade	Níveis de aprendizagem institucional, inovações, autonomia, transferência de metodologia, institucionalização dos processos

A adoção desses indicadores é compatível com uma proposta de avaliação apresentada no quadro a seguir:

QUADRO 2

Estruturação de uma proposta de avaliação da extensão universitária

(Continua)

Dimensões	Indicadores	Questões	Fontes
Análise das metas estabelecidas pela política de extensão na IPES	Metas realizadas x metas previstas	<ul style="list-style-type: none"> - As atividades de extensão são coerentes com a natureza e as responsabilidades sociais da IPES? - Atua em que segmentos ou sob que demandas? - Elas são as mais profundas e significativas da comunidade a que se dirige? Elas têm relação com a qualidade de vida da comunidade/da sociedade? É pioneira em sua ação? - Funciona como laboratório para aprendizagem do aluno? - Mantém-se como espaço do exercício da crítica da produção de conhecimento? 	Cadastro, Relatório final
Processos de implementação	De eficiência		
	Sistema gerencial	Qual a capacidade do projeto ser implementado de acordo com as suas metas?	Cadastro, mostra de extensão e relatório da ação

(Conclusão)

Dimensões	Indicadores	Questões	Fontes
	Processo de divulgação/ informação das atividades	Como divulga sua atividade e resultados? Por meio de que forma? Evento, consultorias, publicações? Criação de instrumentos de acesso, curso, produção de filmes, banco de dados, sistemas de informação? Produziu conhecimento sobre os processos de intervenção?	
	Seleção de beneficiários	Quem são seus beneficiários?	
	Processo de formação dos beneficiários/participação dos mesmos	Como os beneficiários participam do projeto?	
	Processos de avaliação internos	Quais os mecanismos de avaliação internos?	
Impactos	Variações e mudanças na realidade da intervenção	Quais foram as mudanças geradas na realidade?	Pesquisa posterior
Efeitos	Efeitos sociais	Qual o grau de satisfação dos beneficiários?	Relatório ou pesquisa posterior
	Efeitos institucionais	Quais as inovações institucionais? Gerou uma pesquisa, grupo de estudo, monografia, nova disciplina? A metodologia pode ser transferida?	Relatório ou pesquisa posterior

4.4. Conclusões

A base da construção de indicadores reside em uma visão clara de extensão universitária e mesmo de Universidade. Sem essas definições, não será possível eleger indicadores que permitam a avaliação correta do que foi feito, das metas alcançadas, das mudanças conquistadas e da sua importância na alteração da realidade na qual se desejava intervir.

O início de um diálogo sobre a organização da extensão universitária concebida sobre indicadores claros possibilita uma profissionalização da gestão, entendida aqui não como uma estrutura rígida de controle e fiscalização, mas sim em um motor capaz de ampliar os ganhos possíveis a partir de uma extensão consequente, cabível, politicamente inserida e socialmente justificável. Um elenco de indicadores consistentes impede a permanência consciente de uma inércia nociva ao desenvolvimento da Universidade, à repetição de ações que perderam seu sentido (no mundo atual e ao arranjo institucional vigente) e à falta da visibilidade e do protagonismo das instituições de educação superior.

Indicadores envelhecem e por isso devem ser revistos de acordo com o desenvolvimento da instituição e dos outros setores da sociedade. Indicadores perdem significância e por isso devem ser atualizados de acordo com a evolução dos conceitos, das políticas públicas ou da evolução das visões de mundo, ou seja, indicadores devem ser coerentes com os múltiplos entornos entre os quais a extensão universitária se move.

Assim, embora os conceitos básicos apresentados nesse capítulo devam permanecer, mais uma vez é necessário enfatizar que o processo de construção dos indicadores sempre será mais importante do que os resultados obtidos. Iniciá-lo não resulta em nenhuma garantia de sucesso, mas não iniciá-lo significa manter uma incerteza sobre tudo, sobre a gestão, sobre os processos, sobre os resultados e sobre a própria inserção e validade da existência da Universidade.



CAPÍTULO 5

SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

CAPÍTULO 5

SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Edite da Penha Cunha

Marilia Barcellos Guimarães

5.1. Introdução

O avanço da política de extensão universitária brasileira em processo de institucionalização e valorização não pode prescindir do monitoramento de sua implementação, bem como da avaliação dos seus resultados.

Compreende-se que a implementação da avaliação da extensão universitária, para além de possibilitar o reconhecimento de avanços relativos à capacidade institucional técnico-acadêmica, não está “destituída de vínculos estratégicos com a organização do sistema de ensino”, como nos alerta Gomes (2004). Nessa perspectiva, a implantação de um sistema de monitoramento e avaliação da extensão requer novos e contínuos redimensionamentos, que considerem a participação de inúmeros atores de dentro e de fora da Universidade, a otimização de resultados cívicos,¹ o contexto, a cultura e as circunstâncias (BOURGON, 2010).

A consolidação da extensão universitária, enquanto compromisso deliberado de estabelecer vínculos estreitos com a sociedade, institucionalmente qualificados, politicamente definidos e direcionados para a democratização do saber, implica promover a visibilidade ao universo das atividades realizadas e traz para o centro de nossas discussões a necessária organização da gestão e do monitoramento e avaliação da extensão universitária.

¹ Resultados cívicos incluem, mas não se limitam a uma cidadania ativa, comunidades empoderadas e um espírito cívico que permeia a sociedade e incentiva a ação coletiva para o bem comum. É possível melhorar os resultados cívicos da maioria dos programas e atividades de governo tomando-se medidas para remover as barreiras que impedem a cidadania ativa e incentivando a construção de capacidades comunitárias e coletivas.

É nesse contexto que se apresentam alguns desafios que persistem para o alcance de uma extensão universitária formativa. Entre os desafios enfrentados destacam-se o alinhamento teórico-conceitual dos atores envolvidos, o registro e a gestão das informações sobre as ações de extensão, a estruturação de instrumentos que inovem a gestão da extensão.

Nessa perspectiva, este capítulo tem como objetivo discutir a importância do sistema de monitoramento e avaliação no âmbito da gestão da extensão universitária. Para isso, faz-se uma revisão de definições e delimitações conceituais em relação à extensão universitária brasileira, ao sistema de monitoramento e avaliação, ao sistema de informação e à gestão de extensão universitária. A seguir, são delineados alguns procedimentos para a estruturação de um sistema de informação de extensão, situando a experiência do Sistema de Informação da Universidade Federal de Minas Gerais – SIEX/UFMG. Na sequência, são apresentadas questões relativas à implementação de sistema de avaliação da extensão, tendo em destaque a experiência de avaliação da produtividade em extensão na UFMG para a alocação de vagas docentes nos seus departamentos. Por fim, são destacados os desafios relacionados à estruturação de sistemas de informação e de monitoramento e avaliação da extensão universitária, seguidos de algumas considerações finais.

5.2. Definições e delimitações conceituais

5.2.1. Gestão da extensão universitária

A gestão da extensão universitária, aqui apresentada, é compreendida como um processo interativo que orienta a dinâmica de funcionamento da extensão na instituição, articulada à Política Nacional de Extensão Universitária, definida pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras – FORPROEX. Mobiliza recursos, experiências, habilidades, métodos e responsáveis, e busca eficiência por meio da otimização dos recursos e meios, preservando a qualidade dos resultados de suas atividades; a eficácia em relação

ao cumprimento de seus objetivos; bem como a efetividade, ao focar a relevância de suas ações para a sociedade. Nessa perspectiva, busca-se uma gestão fundamentada em um conjunto de princípios subjacentes à extensão enquanto uma dimensão acadêmica da universidade pública, articulada ao ensino e à pesquisa, em um diálogo permanente que possibilite a interação com os diversos atores institucionais, políticos e da sociedade envolvidos na formulação e implementação da política de extensão universitária.

Assim, a estruturação da gestão da extensão envolve o planejamento, a organização de recursos, a coordenação, o controle das atividades, bem como o sistema de valores que a orienta. O planejamento tem como horizonte a definição da missão, dos objetivos, das diretrizes e prioridades, bem como das atividades e estratégias para sua implementação, das metas, dos meios e dos responsáveis pelas atividades. A gestão busca, também, organizar pessoas e recursos, definir atribuições, responsabilidades, normas e formas de trabalho, assim como coordenar, motivando pessoas e equipes a exercerem as atividades necessárias para o alcance dos objetivos, definindo fluxos de trabalho, promovendo negociações e pactuações de estratégias de ação. Não menos importante é o controle de suas ações por meio do monitoramento e avaliação, que possibilita o acompanhamento e a comparação do que foi planejado com o que foi executado, permitindo rever rumos, consolidar ganhos, tomar decisões estratégicas, gerenciais e operacionais, bem como replanejar suas ações.

A avaliação da extensão universitária encontra-se em construção, sinalizando para a necessidade de se avançar na definição e implementação de indicadores e de instrumentos, bem como na discussão sobre a sua contribuição no aprimoramento da gestão da extensão e de suas ações.

A avaliação da extensão, como uma das dimensões da avaliação institucional, é fundamental e pode ser viabilizada a partir da estruturação de sistemas de registro que identifiquem, caracterizem e sistematizem as informações sobre os programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços de extensão desenvolvidos na universidade. Além disso, essa

avaliação constitui-se como um elemento imprescindível para definir metas e prioridades e delimitar a política de extensão.

A organização da extensão universitária tem colocado na agenda das universidades a necessidade do desenvolvimento de novos instrumentos que visem ao aumento da capacidade de planejamento e de gestão da política de extensão. O desenvolvimento de sistemas de informação e de monitoramento e avaliação, exigência central desse processo de consolidação da extensão como dimensão formativa da universidade, exige um trabalho conjunto de equipes de profissionais envolvidos em sua gestão, técnicos programadores, representantes de órgãos colegiados, docentes, alunos e colaboradores, o que será apresentado e discutido nas seções seguintes.

5.2.2. Sistema de monitoramento e avaliação

Com base na concepção de monitoramento e avaliação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social, apresentada por Vaitsman *et al.* (2006), a qual indica dois subsistemas relacionados e independentes entre si e organizados em distintos procedimentos, metodologias e instrumentos, observa-se que é possível distinguir o subsistema de monitoramento e o subsistema de avaliação. O subsistema de monitoramento consiste no acompanhamento contínuo do desenvolvimento dos programas/ações em relação às metas, devendo ser capaz de prover informações que possibilitem a adoção de medidas corretivas para melhorar sua operacionalização; e o subsistema de avaliação tem por objeto a análise dos produtos e dos resultados referentes aos programas e às ações desenvolvidas em relação aos objetivos e metas estabelecidos.

Nessa perspectiva, entende-se que o sistema de monitoramento e avaliação pode ser composto por um conjunto de sistemas organizados a partir de indicadores e de instrumentos para o acompanhamento e a avaliação da execução da política de extensão e de suas ações, os quais devem dialogar entre si.

Essa concepção de sistemas de monitoramento e avaliação, adotada para a extensão universitária, reveste-se de fundamental importância para a sua organização ao possibilitar o reconhecimento de instrumentos e processos de registros e acompanhamento já existentes ou por construir, que contribuem para o monitoramento do planejamento, a apreensão e a análise da realidade da extensão universitária, bem como para o ajuste da gestão e das ações de extensão aos princípios, diretrizes, objetivos e metas da Política Nacional de Extensão Universitária.

Entende-se que a estruturação de sistemas de monitoramento e avaliação requer clareza de conceitos e de objetivos em relação às dimensões e variáveis que se deseja monitorar e avaliar. A gestão da extensão, como uma dessas dimensões, compreende: a institucionalização; a valorização acadêmica; a estrutura – órgãos; os sistemas de informação; os recursos materiais, humanos e financeiros; a normatização; o planejamento – prioridades, metas, processos e procedimentos; entre outros. Na dimensão das ações – programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços – deve-se buscar avaliar as variáveis indissociabilidade entre extensão, ensino e pesquisa; interdisciplinaridade; interação dialógica; impacto na formação do estudante, bem como impacto e transformação social.

5.2.3. Sistema de informação e a gestão da extensão universitária

A organização da extensão não pode prescindir de sistema de informação em razão da diversidade e multiplicidade das ações desenvolvidas e das articulações e interações internas e com outros setores da sociedade. Internamente, são necessárias interlocuções no âmbito das unidades acadêmicas, dos departamentos e órgãos de direção da universidade, entre docentes, técnicos administrativos e discentes. Externamente, exige-se a articulação com comunidades, organizações da sociedade civil, órgãos governamentais de diferentes instâncias, empresas, agências de financiamento, entre outros.

Segundo Laudon (2004, p. 7), um sistema de informação constitui-se como um

(...) conjunto de componentes inter-relacionados que coleta (ou recupera), processa, armazena e distribui informações destinadas a apoiar a tomada de decisões, a coordenação e o controle de uma organização.

Pode ser automatizado ou manual.

Nos argumentos de O'Brien (2004), "um sistema de informação possui três componentes ou funções básicas de interação que transformam dados em informação útil". A entrada, que consiste no registro de dados pelo usuário produtor de informação, o processamento, que envolve transformações que convertem insumo/dados (entrada) em produto/informação (processo de organização, análise e manipulação dos dados para se tornarem informação), e a saída, que se refere à transferência de elementos produzidos por um processo de transformação até o seu destino final, na forma de relatórios impressos, apresentações gráficas, dados a serem enviados para outros sistemas de informação, entre outros. A construção de relatórios, gráficos e outros mecanismos de sistematização da informação são fundamentais para a análise da realidade e das tendências e para a indução de políticas na instituição. Nesse sentido, um sistema de informação deve atender às diferentes funções e acompanhar a dinâmica da extensão na universidade como um todo. As informações geradas por meio de um sistema de informação possibilitam subsidiar a gestão da extensão e a estruturação de sistema de monitoramento e avaliação.

Um sistema de informação da extensão constitui-se como instrumento de cadastro e gerenciamento de dados que pode ser acessado *on-line* ou não e permite o registro, o armazenamento e a disponibilização dos dados dos programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços. Deve ser concebido para diferentes usos e grupos de usuários, como docentes e técnico-administrativos, que registram suas ações de extensão; visitantes, que consultam os registros; e as instâncias gestoras da extensão na universidade, que auditam e aprovam as ações de extensão registradas. É necessário que possa gerar relatórios que viabilizem a avaliação

institucional da universidade em relação à extensão, bem como subsidiem o monitoramento das ações de extensão pelo(s) órgão(s) competente(s) na IPES, como a sua evolução no tempo e/ou a sua abrangência, a participação e orientação dos discentes participantes, entre outros, definidos por cada contexto universitário.

Um sistema de informação auxilia na gestão da extensão ao permitir o registro das ações e a disponibilização de dados, a identificação e o acompanhamento das ações, a sistematização dos dados para construção de indicadores, a elaboração de relatórios e a socialização das informações da extensão. Seus dados constituem, portanto, uma fonte para a estruturação do sistema de monitoramento e avaliação.

Com o objetivo de delimitar e esclarecer alguns aspectos relacionados ao processo de estruturação de sistemas de informação que irão subsidiar o monitoramento e a avaliação, descreve-se, nas seções seguintes, alguns de seus requisitos e procedimentos como um esforço para assegurar a consistência dos dados registrados bem como para apreender a complexidade que esse processo envolve.

5.3. Estruturação de um sistema de informação de extensão

A institucionalização da extensão universitária, entendida como a adesão dos atores envolvidos às normas, à legislação e a valores partilhados, abrange, entre outros, o estabelecimento de instrumentos informacionais que possibilitam o registro das ações de extensão, reduz incertezas e permite a racionalização dos processos e sua institucionalização (MARTELETO, 1987). A estruturação de sistemas de informação permite à gestão ir ao encontro da identificação e da qualificação de suas ações, por meio da utilização de indicadores e procedimentos, da racionalização e da institucionalização de processos, de forma a valorizar as ações que se organizam a partir das diretrizes estabelecidas pela política de extensão e a identificar oportunidades de melhoria para as demais.

A estruturação de um sistema de informação pode ocorrer por diversas formas e, no intuito de resgatar algumas noções que podem contribuir com esse desafio, passamos a delinear alguns procedimentos considerados básicos para a sua organização, a partir de um processo que envolve estudos preliminares para a definição da fonte de dados que será utilizada, a definição de especificações de necessidades que devem ser atendidas pelo sistema, o acompanhamento do seu desenvolvimento e a capacitação de seus usuários.

5.3.1. Estudos preliminares

O aprofundamento dos conhecimentos teórico e prático em relação à extensão universitária sobre o qual o sistema será construído envolve a compreensão do marco conceitual da extensão universitária. Este abrange, ainda, o conhecimento do cotidiano das unidades acadêmicas, das formas de proposições de ações de extensão específicas, suas características, dos fluxos de informações e processos de aprovação necessários, além do conhecimento da política de extensão dessas unidades acadêmicas. Outro tipo de informação necessária refere-se aos regulamentos e normas da extensão da instituição. Reveste-se também de importância a prospecção de tipos possíveis de relatórios para a gestão, envolvendo a identificação daqueles solicitados pelos diferentes órgãos superiores, relatórios necessários e possíveis que poderão ser extraídos de sistemas de informação.

Faz-se necessário, ainda, o conhecimento da estrutura da universidade no que se refere à extensão universitária, bem como à organização, aos fluxos e aos processos de aprovação das ações de extensão. Isso implica a análise de documentos referentes à sua estrutura, às normas que regulamentam a extensão universitária, o Plano de Desenvolvimento Institucional, aos formulários de acompanhamento das ações de extensão, questionários, relatórios, etc. Especial atenção deve ser dada aos documentos produzidos em gestões anteriores e materiais históricos que permitam o conhecimento da trajetória da extensão na Universidade.

Ressalta-se a importância da participação do corpo técnico-administrativo, dos docentes, dos discentes, dos colegiados de extensão e das demais instâncias de gestão da extensão no desenvolvimento de uma proposta de estruturação de sistema de informação.

No caso daqueles que já contam com um sistema queiram reestruturá-lo, sugere-se uma pesquisa exploratória no sentido de verificar quais as necessidades e as possibilidades que a reformulação do sistema de informação poderá criar para o avanço da gestão da extensão. A análise de seus formulários, conceitos, funcionalidade, funções e abrangência – na perspectiva de diagnosticar os seus limites diante dos novos tempos e necessidades da extensão universitária – possibilita o delineamento de novos relatórios e a antecipação de possibilidades que auxiliará o processo de gestão da extensão, além de permitir uma interação qualificada com os desenvolvedores do sistema de informação pelo acúmulo de conhecimentos para uma especificação adequada.

5.3.2. Especificação de necessidades a serem atendidas pelo sistema

A realização de reuniões, encontros, oficinas, entre outros momentos que possibilitem alinhamento conceitual visando à formulação de questionários para coleta de dados, o detalhamento de cada ação prevista e de cada informação proposta para ser atendida pelo sistema de informação é fundamental para a definição do produto a ser construído. Esse trabalho deve contemplar as especificidades de cada tipo de ação de extensão que será registrada no sistema – programa, projeto, curso, evento, prestação de serviço – bem como os relatórios de gestão por áreas temáticas, linhas de extensão, unidades, departamentos, georreferenciamento, entre outros.

Destaca-se, nesse processo, o papel central da instância de gestão da extensão, que deve disponibilizar todas as informações necessárias e assegurar a participação dos funcionários e coordenações em todo o processo. Isso agiliza os trabalhos e facilita as definições necessárias para a programação do sistema.

Cabe ressaltar a importância desse trabalho ser orientado pelas discussões realizadas nos momentos do levantamento de necessidades. Tais discussões subsidiarão a definição da missão, dos limites, dos benefícios e componentes do sistema de informação, expressos a seguir, a título de ilustração.

A definição da missão do sistema é fundamental para orientar a especificação das necessidades que esse deve atender, assim como para ficar claro quem terá acesso às suas funcionalidades, definir se o sistema é restrito a coleta de dados de programas, projetos, cursos, serviços e eventos de extensão e se terá um portal para divulgação dos dados nele produzidos.

Como antecipação dos benefícios do sistema, pode-se identificar: a facilidade na análise das informações coletadas; a identificação do desempenho em extensão das unidades acadêmicas; o preenchimento *on-line*, pelo coordenador de ação de extensão, de informações periódicas das atividades desenvolvidas e de seus produtos; a gestão dos dados referentes à infraestrutura, aos recursos humanos envolvidos e à aprovação das ações pelos dirigentes; a emissão de relatórios de *ranking* em relação às ações; e a consulta de informações pelo público.

Outro aspecto importante é a definição de permissões de usuário que se refere, por exemplo, àquelas referentes ao administrador do sistema que poderão ser: criar novo registro, adicionar ano de pesquisa e nova estrutura de questionário, emitir relatórios de todas as ações; as permissões das instâncias de gestão da extensão nas unidades de ensino, caso existam, que poderão possuir as permissões do sistema filtradas apenas para a sua unidade; a permissão de consulta do público que possibilita consulta externa das informações registradas.

Não menos importante é a definição de requisitos de adaptação do sistema ao ambiente, como: se esse será conectado à internet e o tipo de navegador em que irá funcionar (ex. Microsoft Internet Explorer e Mozilla Firefox), se todas as telas devem permitir a impressão de seu conteúdo, etc.

5.3.3. O desenvolvimento de *software* e acompanhamento

Esse desenvolvimento ocorre em um processo de “iterações”, que se constitui por meio de validação e de testes, realizados pelas equipes de trabalho responsáveis pelo acompanhamento da implementação de item por item do que foi formulado coletivamente, visando à correção de erros, à implementação de sugestões de alteração de melhorias.

5.3.4. Testes, correções finais e capacitação de usuários

Após a finalização do desenvolvimento de um *software*, fazem-se necessários os testes e correções finais, criando-se uma dinâmica para testar seus limites, buscar por erros em sua construção e verificar se a versão apresentada atende às necessidades da gestão da extensão na Universidade. Enquanto os testes e correções finais ocorrem, devem ser levantados os principais pontos para serem salientados nos momentos de capacitação dos usuários e na organização de manual de utilização do sistema.

Um dos grandes desafios para se assegurar a consistência dos dados de um sistema é a orientação quanto ao seu registro. Assim, a capacitação de todos os envolvidos com a gestão da extensão e com as ações extensionistas é imprescindível para que se garanta não só o registro dessas, como também a qualidade dos dados, de forma a se obter o quadro real da extensão na instituição. Sem dados consistentes não se obtém informações confiáveis. Nesse sentido, a instância gestora da extensão deverá fomentar a cultura de registro e os mecanismos de apoio em relação ao uso do sistema, bem como investir em processos de auditoria dos registros, para sua validação.

5.3.5. O Sistema de Informação da Extensão da UFMG – SIEX/UFMG

A finalidade do SIEX/UFMG é propiciar suporte à gestão da extensão, e visa ao cadastro e ao gerenciamento de dados que podem ser acessado *on-line*, além de permitir o registro, o armazenamento e a disponibilização dos dados das ações de extensão. Esse sistema foi concebido para diferentes usos e grupos de usuários: uma interface para docentes e

técnico-administrativos registrarem suas ações de extensão; outra para os visitantes consultarem essas ações; outra para os Centros de Extensão (CENEX) aprovarem os registros dessas ações e acessarem os relatórios específicos da sua unidade; outra para a PROEX administrar o sistema e acessar os relatórios gerais. Para a orientação dos usuários que lançam dados no sistema, foi elaborado e disponibilizado o manual de orientações do SIEX/UFMG.

Os formulários do sistema foram construídos de forma a levantar vários dados relevantes para o conhecimento, gestão e avaliação das ações de extensão, alinhadas às diretrizes e aos princípios da extensão. Os formulários são constituídos por seis abas: descrição, equipe, parcerias, abrangência, resultados atingidos e histórico, sendo que os formulários de programas e projetos têm uma aba a mais, para o registro das ações vinculadas. Em cada uma dessas abas, são solicitados vários dados.

As consultas no SIEX/UFMG podem ser realizadas a partir de vários filtros, de forma simultânea: período de execução, tipo de ação, membro da equipe, título ou palavra-chave, *status*, unidade, departamento, área temática, linha de extensão, área de conhecimento, tipo de bolsa de extensão. A partir da seleção dos filtros, o sistema apresenta uma relação das ações, permitindo que se abra o formulário da ação que interessa consultar, como ilustrado pelo exemplo a seguir.

Pesquisar ações de Extensão

Selecione os campos de acordo com a pesquisa desejada. Não é necessário o preenchimento de todo o formulário. Ao utilizar o filtro Unidade, o sistema irá retornar ações de Extensão em que docentes e técnico-administrativos da unidade selecionada participem.

Período - início: DD/MM/AAAA DD/MM/AAAA

Filtros

Registro:

Tipo:

Membro da equipe:

Título / Palavra-chave:

Status:

Unidade:

Departamento:

Área Temática de Extensão Principal:

Área Temática de Extensão Afim:

Linhas de Extensão:

Grande Área do Conhecimento:

Bolsa de Extensão:

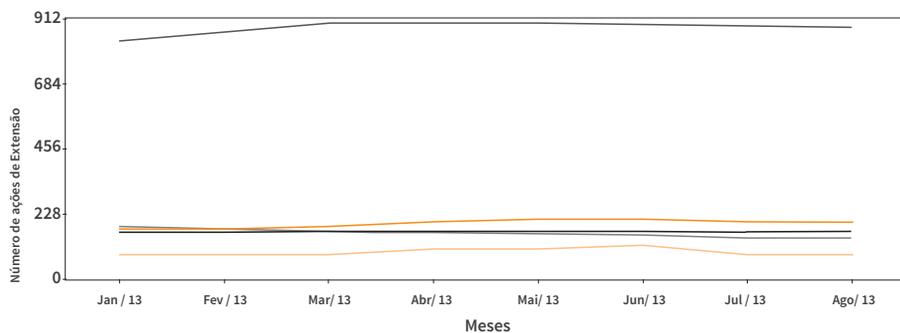
Clique sobre a linha para ver os dados completos da ação de extensão.

3 ações de Extensão encontradas.

Registro	Tipo	Título	Unidade	Departamento	Coordenador	Status	Imprimir
40186	Projeto	Rede Informacional Vieira Servas	Pro-reitoria Extensão	Diretoria de Fomento a Extensão	MIRIAM CRISTINA PONTELLO B. LIMA	Ativo	
500031	Programa	Programa Polo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha	Pro-reitoria Extensão	Gabinete Pro-recto	MARIA DAS DORES PIMENTEL NOGUEIRA	Ativo	
400340	Projeto	Vale do Jequitinhonha em dimensão informacional: Base de dados, Biblioteca digital e Website	Escola de Ciência e Tecnologia	Depo Teoria e Gestao da Informacao	ALCENIR SOARES DOS REIS	Ativo	

O SIEX/UFMG disponibiliza, ainda, lista de coordenadores das ações e de parceiros, cujo acesso é exclusivo para os usuários coordenadores de CENEX e para a equipe de gestão da PROEX. O sistema também é programado para gerar diversos relatórios em tempo real, como (a) o relatório de evolução das ações, por tipo de ação, áreas temáticas e áreas de conhecimento e (b) os relatórios institucionais: para a Pró-Reitoria de Planejamento, para a Comissão Permanente de Pessoal Docente e para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP); (c) relatórios de curso, de evento e de prestação de serviço, por tipo de caracterização de cada uma dessas ações; (d) relatórios das ações por unidade e departamento; (e) relatórios interdepartamentais (exibe uma relação de membros das categorias docente e técnico-administrativo e suas formas de participação nas ações de extensão); (f) relatórios referentes às equipes (exibe a quantidade e o percentual dos membros da equipe, de acordo com a sua categoria – aluno, docente, técnico e participante externo à UFMG); (g) ações por linhas de extensão; (h) produções; (i) bolsas de extensão; (j) parceiros; (k) categorização de parceiros; (l) formas de parceria; (m) ações que têm vínculo com edital de fomento e com política pública; (n) ações que têm vínculo com ensino e pesquisa; (o) ações que têm vínculo com programa e projeto; (p) relatório de público atingido em cursos e nas demais ações de extensão; (q) abrangência das ações por meio de georreferenciamento, conforme exemplificado a seguir.

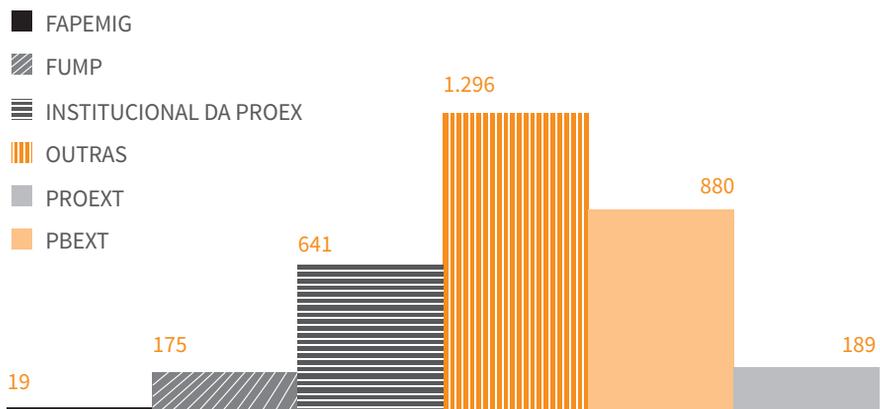
Relatórios: Evolução por Tipos das Ações de Extensão 01/2013 - 08/2013



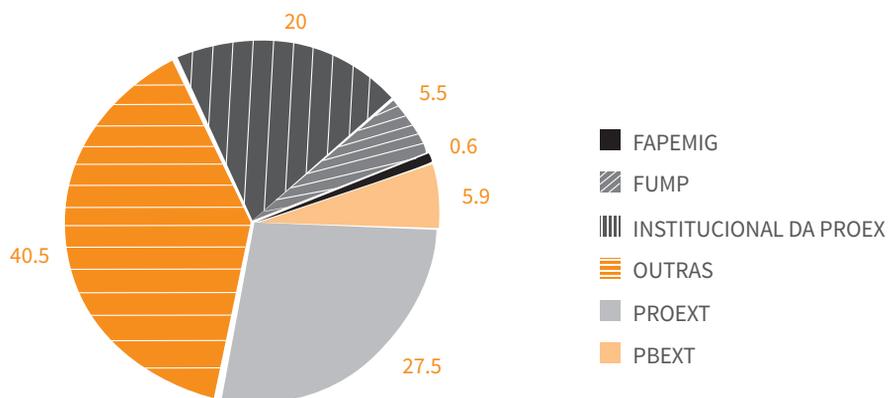
■ Projeto ■ Evento
 ■ Prestação de serviço ■ Curso
 ■ Programa

Tipo	Jan/13	Fev/13	Mar/13	Abr/13	Mai/13	Jun/13	Jul/13	Ago/13
Projeto	833 58.3%	854 58.8%	897 59.4%	901 58.5%	906 58.1%	895 58.0%	890 59.7%	888 59.7%
Evento	62 5.7%	67 6.0%	89 5.9%	103 6.7%	111 7.1%	113 7.3%	88 5.9%	89 6.0%
Prestação de serviço	180 12.6%	175 12.0%	167 11.1%	166 10.8%	165 10.6%	156 10.1%	146 9.8%	140 9.4%
Curso	170 11.9%	171 11.8%	188 12.5%	201 13.1%	207 13.3%	210 13.6%	199 13.4%	202 13.6%
Programa	165 11.5%	166 11.4%	168 11.1%	169 11.0%	170 10.9%	170 11.0%	167 11.2%	168 11.3%

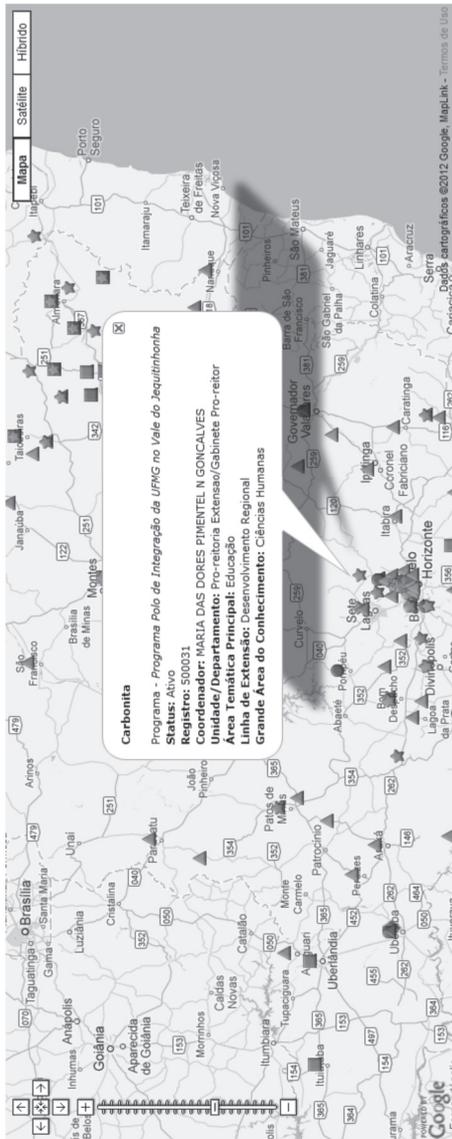
Relatório: Ações de Extensão - Bolsas 01/2013 - 08/2013 - Números de bolsas



Relatório: Ações de Extensão - Bolsas 01/2013 - 00/2013 - Valores em porcentagem (%)



Georreferenciado das ações de extensão - SIEX / UFMG



Exibir mapa ampliado

Legendas:

- Áreas Temáticas:
- Comunicação
 - Institucionalização de Extensão Universitária
 - Trabalho

- Tipos:
- Curso
 - Evento
 - ◇ Prestação
 - △ Projeto
 - ☆ Programa

- Direitos Humanos e Justiça
- Cultura
- Meio Ambiente
- Saúde
- Educação
- Tecnologia e Produção

5.4. Implementação de um sistema de avaliação da extensão da UFMG para a alocação de vagas docentes nos departamentos

5.4.1 Construção de sistema de monitoramento e avaliação

A gestão da extensão da UFMG é realizada pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e pelos Centros de Extensão (CENEX) das diversas unidades da Universidade. A PROEX é composta pelo Gabinete do Pró-Reitor, por três diretorias: de Política de Extensão (DPE), de Fomento (DIFE) e de Avaliação (DAEXT), e pelos setores de apoio administrativo: Assessoria Acadêmica, Secretaria, Financeiro e Comunicação. Compõe também a estrutura de gestão da extensão na UFMG a Coordenadoria de Informação, vinculada à DPE. O órgão colegiado deliberativo da extensão é a Câmara de Extensão.

As ações de extensão são propostas por docentes e técnicos da UFMG e aprovadas pelos órgãos de deliberação de suas respectivas unidades, sendo registradas no SIEX/UFMG. O número de ações de extensão registrado em 2012 foi de 2462, sendo 192 programas, 1068 projetos, 457 prestações de serviços, 399 cursos e 346 eventos. A Universidade disponibiliza de seu orçamento em torno de 900 bolsas mensais, distribuídas anualmente para programas e projetos selecionados por meio de editais internos.

A PROEX/UFMG vem, desde 2002, investindo esforços na estruturação de um sistema de monitoramento e avaliação de suas ações de extensão. Nesse sentido, ao conceber a avaliação como um processo de investigação de caráter político-institucional de tomada de decisões, estabeleceram-se como metas: reforçar a potencialidade e os sucessos das ações, apreender e analisar a realidade da extensão universitária, ajustar o planejamento da gestão e as ações aos objetivos da política de extensão e divulgar a qualidade e quantidade das ações de extensão.

A construção do sistema de monitoramento e avaliação vem sendo realizada de forma processual, por meio da implementação de ações, instrumentos e

indicadores articulados, orientados por princípios comuns, com o objetivo de tornar permanente a avaliação institucional das ações de extensão. Atualmente, o sistema é constituído por um conjunto de instrumentos e processos: (a) Sistema de Informações de Extensão – SIEX/UFGM, que viabiliza uma visão geral da produção da extensão, bem como a construção de indicadores a partir dos dados registrados; (b) Sistema de Fomento de Bolsas de Extensão, que abrange a submissão de propostas de programas e projetos nos editais internos de bolsas de extensão; o processamento da seleção; o registro, o controle de frequência e a avaliação dos bolsistas, bem como o controle de pagamento desses; (c) processos e instrumentos de análise de mérito das ações de extensão pelos colegiados das unidades de origem dos coordenadores dos programas/projetos e pela Câmara de Extensão; (d) Sistema Conhecimento e Cultura da UFGM, que permite a inscrição e seleção de trabalhos desenvolvidos pelos alunos nos programas e projetos de extensão, apresentados e avaliados por comissões designadas pela Câmara de Extensão; (e) relatórios do Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGProj) dos programas/projetos contemplados pelo Programa de Extensão Universitária ProExt/MEC/Sesu; (f) avaliação institucional da extensão do FORPROEX. Essa última amplia a dimensão da avaliação da extensão para além das ações, abrangendo: a política de extensão, a infraestrutura, o plano acadêmico, a produção acadêmica e a relação universidade-sociedade (FORPROEX, 2001, p. 49).

O uso combinado desses instrumentos e processos possibilita a avaliação das ações de extensão em três momentos: (1) na proposição ou renovação do registro das ações no SIEX/UFGM, para efeito de seleção para editais; (2) durante o desenvolvimento desses, pela comissão de julgamento dos trabalhos apresentados no Encontro de Extensão da UFGM (por volta de setembro ou outubro) e pelos relatórios parciais dos programas e projetos contemplados pelo Edital do ProExt/MEC e; (3) ao final de cada ano, pelos orientadores e bolsistas participantes das ações de extensão, por meio dos questionários de avaliação, bem como pelos relatórios finais do ProExt, elaborados pelos coordenadores dos respectivos programas/projetos.

A estruturação desse sistema, em fase de construção, caminha para um tipo de avaliação mista, envolvendo atores internos ao processo de implementação de programas/projetos (coordenadores, orientadores e alunos participantes dessas ações) e avaliadores externos ao programa/projeto (comitês e conselheiros da Câmara de Extensão, CENEX, e assessores técnicos da PROEX).

Os principais aspectos avaliados por meio desse sistema são: a evolução das ações de extensão; o apoio institucional a essas ações; a participação dos alunos; as parcerias; o cumprimento dos objetivos, dos princípios e das diretrizes da extensão. Assim, o sistema de avaliação contribui para configurar o planejamento da gestão da extensão, subsidiando a tomada de decisões que propiciou transformações, no sentido do cumprimento das diretrizes da Política de Extensão.

A estrutura desse sistema tem viabilizado a ampliação e o aprofundamento do conhecimento sobre as ações de extensão desenvolvidas, bem como sobre os produtos gerados por essas. Dessa forma, contribuiu significativamente para disponibilizar informações para os setores acadêmicos e administrativos da UFMG, para avaliação institucional da extensão do FORPROEX e para o Censo da Educação Superior INEP/Sesu/MEC.

Outra contribuição importante desse sistema, articulado à ação da equipe da PROEX, tem sido subsidiar as deliberações da Câmara de Extensão relacionadas à formulação de editais internos, seleção de programas/projetos a serem contemplados pelos referidos editais, premiação de trabalhos, autorização para cursos de aperfeiçoamento, entre outras.

Em relação à capacidade da avaliação gerar efeitos na gestão da extensão, inovando procedimentos e rotinas, destacam-se como resultados o progressivo registro das ações no SIEX/UFMG, a articulação de ações aos programas e projetos. Ressalta-se a implantação dos questionários de avaliação do bolsista *on-line*, que tem agilizado a análise dos dados,

contribuindo para maior consistência dos mesmos, para o aprimoramento do processo de seleção de programas/projetos para editais de órgãos públicos, bem como para maior agilidade na consulta, na elaboração de relatórios e na organização de eventos de extensão.

Não obstante os avanços conquistados nesse processo de acompanhamento e avaliação das ações de extensão, destacam-se alguns desafios para a gestão da política, como a criação de estratégias de valorização da avaliação das ações por parte de seus coordenadores; a articulação da avaliação da extensão à avaliação do ensino e da pesquisa; a implementação de mudanças de procedimentos técnico-acadêmico-administrativos a partir dos resultados da avaliação; a identificação e a caracterização das demandas e das respostas a essas demandas, considerando a capacidade de sua triagem/priorização e de seu atendimento; e a divulgação da qualidade e quantidade desse trabalho acadêmico. Observa-se, ainda, a necessidade de introduzir outras estratégias de monitoramento das ações de extensão, que viabilizem a sua retroalimentação.

Outros desafios são colocados em relação ao aperfeiçoamento do sistema no que diz respeito ao desenvolvimento de uma metodologia de avaliação mais voltada ao impacto de suas ações envolvendo, prioritariamente, a comunidade/público atingido/instituições parceiras e a ampliação e diversificação do universo de ações de extensão avaliadas, que hoje estão prioritariamente focadas e consolidadas nos programas e projetos.

Ressalta-se que esse sistema tem alcançado, de modo geral, os objetivos para os quais foi criado. No entanto, ter um sistema que revele todas as dimensões da avaliação da extensão é um propósito a ser alcançado em médio e longo prazos, cuja busca se encontra em curso.

5.4.2 A mensuração da produtividade da extensão para a alocação de vagas docentes

A partir da descrição do sistema de monitoramento e avaliação da UFMG, na seção anterior, passamos a destacar o sistema de avaliação da produtividade dos departamentos em extensão para efeito de alocação de vagas docentes, com base na produtividade acadêmica em extensão, enquanto processo formativo, somada às atividades de docência (graduação e pós-graduação) e de pesquisa.

O desenvolvimento desse sistema partiu da compreensão de que essa avaliação, alinhada às diretrizes de extensão nacionalmente consolidadas e expressas na política de extensão da UFMG contemplada em seu Regimento Interno, no Plano de Desenvolvimento Institucional e normas internas, deve induzir transformações na realidade da extensão.

Nessa perspectiva, buscou-se incentivar a expansão da atividade extensionista e a sua crescente estruturação orgânica por meio da articulação das ações de extensão, bem como pelo fomento da sua qualificação em relação ao cumprimento das diretrizes de extensão.

Definidos dois indicadores de avaliação: (a) *percentual de professores do departamento que se dedicam às ações de extensão* e (b) *ações desenvolvidas pelo departamento*; pontuadas de acordo com suas características e sua incidência nas diretrizes de extensão, buscou-se pontuar as ações com base nas seguintes variáveis que as qualificam: a participação do aluno – indicador da diretriz impacto na formação do discente; o caráter interdepartamental/interunidades – indicador da diretriz interdisciplinaridade; a articulação/vinculação a programas e/ou projetos – indicador da articulação de ações; a amplitude da participação do público-alvo na ação (concepção, desenvolvimento, avaliação e elaboração de produtos) – indicador de interação dialógica; e os produtos acadêmicos e sua divulgação – indicativo do impacto social.

Outro aspecto considerado na avaliação das ações foi o diferencial do esforço empregado pelo departamento para o desenvolvimento dessas que, embora

do mesmo tipo, têm dimensões distintas. Assim, entre os cursos, por exemplo, considerou-se o “equivalente aluno” (carga horária do curso x número de concluintes); para os eventos, o período de realização; e para a prestação de serviço, o número de vezes para aquelas executadas de forma esporádica, como assessorias, consultorias, curadorias, entre outras; e o período em que é realizada, para aquelas de caráter contínuo, como os atendimentos em espaços de cultura, ciência e tecnologia, e em saúde humana e animal. No QUADRO 1, apresenta-se a definição da distribuição dos pesos entre as ações do mesmo tipo, que buscam evidenciar o esforço para sua execução.

QUADRO 1

Distribuição de pesos para distinção entre ações do mesmo tipo

Programa	Projeto	Curso	Evento	Prestação de Serviços
Número de ações vinculadas	Vínculo a Programa	Concluintes x Carga Horária	Período em dias	Contínua: tempo em meses
< 2 = 1,6 de 2 a 4 = 2,4 > = 5 = 3	Sem vínculo = 1,5 Com vínculo = 2	0 ² até 500 = 0,2 de 501 a 1600 = 0,4 > 1601 = 0,7	de 1 a 2 = 0,4 de 3 a 4 = 0,7 > 4 = 1	Esporádica: número de execuções 0 ³ = 0,2 de 1 a 3 = 0,4 de 4 a 10 = 0,7 > = 1

2 Caso o curso não tenha sido finalizado, durante o período de avaliação, recebe "0,2".

3 Caso a prestação de serviços esporádica não tenha alcançado resultados dentro do período avaliado, a ação recebe "0,2".

Ressalta-se que, nesse processo de avaliação, a indução da política de extensão em relação à articulação das ações e ao cumprimento de suas diretrizes foi contemplada, entre outras estratégias, por meio da valorização dos programas e projetos, com a definição de pesos maiores em relação aos demais tipos de ações. Assim, foram estabelecidos para os programas – peso 3, projetos – peso 2 e eventos, cursos e prestação de serviços – peso 1 para cada.

Para a construção de cada um dos indicadores, foi necessário obter os dados no SIEX/UFMG a partir dos registros das ações em formulários já implementados. O QUADRO 2 mostra os campos dos formulários desse sistema que contemplam os dados utilizados na construção dos indicadores propostos para cada tipo de ação de extensão.

QUADRO 2

Campos dos formulários do SIEX/UFMG cujos dados compõem as variáveis dos indicadores de ações de extensão desenvolvidas pelo departamento

CAMPOS DO FORMULÁRIO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	Programa	Projeto	Curso	Evento	Prestação de Serviços
Unidade do coordenador	x	x	x	x	x
Departamento do coordenador	x	x	x	x	x
Vinculação a programa	x	x	x	x	x
Vinculação a projeto			x	x	x
Equipe					
Coordenador da ação					
Docentes – departamentos e/ou unidades	x	x	x	x	x
Bolsista – curso					
Discente não bolsista – curso					
Participação do público-alvo					
Concepção da ação					
Desenvolvimento	x	x	x	x	x
Avaliação					
Elaboração de produtos					
Carga horária			x		
Realizações = data de início/término				x	
Execuções = data de início/término					x
Resultados específicos = Tipo de prestação de serviços e o n ^o vezes					x
Resultados – n ^o concluintes			x		
Produções – existência	x	x	x	x	x

A partir do registro dos dados das ações de extensão necessários à composição dos indicadores, o SIEX/UFMG foi reprogramado para a elaboração do relatório específico que sintetiza os dados em informações.

Na etapa seguinte, elaborou-se um instrumento matemático com o objetivo de compor a pontuação de cada departamento, e programou-se o SIEX/UFMG para a elaboração do relatório final com essa pontuação. Esse relatório considerou os pesos entre as diferentes ações, bem como entre as ações do mesmo tipo, conforme apresentados anteriormente no QUADRO 1.

Sendo a composição dos indicadores de extensão feita a partir do levantamento de dados do SIEX/UFMG, tornou-se condição que esses dados fossem consistentes e auditáveis, o que depende, fundamentalmente, da qualidade dos registros das ações de extensão. Alcançar essa condição tornou-se um dos desafios enfrentados após algumas simulações de levantamento dos indicadores no sistema, que mostraram a inconsistência dos dados. Nesse sentido, a PROEX organizou e desenvolveu uma série de estratégias para a revisão dos 2.563 registros de ações de 2011. Entre essas: dois cursos de aperfeiçoamento em metodologias de monitoramento e avaliação da extensão, voltado para os profissionais envolvidos com a gestão da extensão na Universidade; a organização de uma equipe de 20 revisores, composta por docentes e técnicos da Pró-Reitoria e convidados vinculados à gestão da extensão na UFMG; uma capacitação inicial, primeiro para a equipe de revisores e, posteriormente, para os CENEX, visando à formação para a auditoria dos registros e o acompanhamento do processo de revisão dos registros por parte dos coordenadores das ações registradas.

Nesse processo de revisão foram detectados problemas recorrentes nos registros, em relação à: (a) natureza da ação – registros de ações que não se enquadram no conceito de extensão universitária; (b) caracterização da ação – tipo de ação, subcaracterização, áreas temáticas, linhas de extensão; (c) atualização do registro – duplicação, período de realização, equipe, resultados, produtos, parceiros, conclusão da ação, entre outras

informações; (d) descrição da ação – falta de informação, falta de clareza, incoerência na descrição dos elementos que compõem a proposta, entre outros; (e) não observância das instruções do Manual de orientação do SIEX.

Os principais problemas detectados em relação aos registros das ações consideradas para efeito de composição do indicador de vaga docente nos remeteram a discussões relacionadas às concepções orientadoras da política de extensão na UFMG e à necessidade de uma delimitação clara da natureza das ações de extensão desenvolvidas. Identificou-se duas questões centrais que sinalizam os desafios para a delimitação do que são ações extensionistas dentre aquelas desenvolvidas na Universidade e registradas no SIEX: (a) ações voltadas para público interno: ações de formação continuada ou em serviço de servidores da Universidade, bem como ações voltadas para o atendimento do servidor da Universidade: saúde, qualidade de vida, entre outras, que se configuram como ações de RH; ações vinculadas essencialmente ao ensino, voltadas para grupos ou turmas de alunos e/ou a determinada disciplina, ou à pesquisa, voltadas para grupos de pesquisa; os grupos de estudos de discentes, bem como as ligas acadêmicas; ações formativas como: estágios curriculares; estágios extracurriculares; práticas de ensino; internato rural; residência médica; (b) prestação de serviço que não envolve a participação de alunos e não atende às diretrizes de extensão.

A revisão dos registros do SIEX/UFMG do ano de 2011, inicialmente, foi limitada ao trabalho da equipe de revisão e aos CENEX, porém acabou se tornando um processo amplo e rico de discussões e redefinições conceituais e operacionais, bem como de mobilização da comunidade universitária. Nesse sentido, envolveu discussões com a Câmara de Extensão, reuniões com a direção de todas as unidades e de alguns órgãos da Universidade, bem como com os coordenadores e funcionários dos CENEX. Como consequência das revisões conceituais e operacionais que orientam o registro das ações de extensão e buscando facilitá-lo, tornou-se necessário o dimensionamento e a realização de alterações no SIEX e no seu manual de orientação.

Assim, a partir da definição dos indicadores com base na política de extensão, da revisão dos registros do SIEX/UFMG com a consequente qualificação dos dados necessários à sua composição, da definição dos pesos das ações de extensão e da construção de um instrumento matemático que viabilizou a programação do sistema para a elaboração de relatório com as pontuações, criou-se a possibilidade de, em tempo real, acessar a nota de cada departamento da universidade relacionada ao seu desempenho em extensão, definindo com o ensino e a pesquisa a distribuição das vagas docentes na UFMG.

É importante observar que a construção de indicadores é processual e que a extensão da UFMG está inaugurando a implantação de seus indicadores para alocação de vagas docentes. Assim, os pesos definidos para as ações de extensão e os próprios indicadores deverão ter seu impacto avaliado após a divulgação dos resultados da distribuição de vagas junto à comunidade da UFMG, para que se possa verificar a necessidade de alterações e avançar no redimensionamento dos indicadores e dos pesos das ações.

5.5. Desafios

A Política Nacional de Extensão Universitária reforça e sinaliza alguns desafios para o monitoramento e avaliação da extensão em parceria com instituições nacionais, como o INEP, articulado com os sistemas de monitoramento e avaliação já existentes, como o Censo da Educação Superior; a incorporação da extensão universitária no processo de avaliação da Educação Superior, com definição de indicadores, metodologias e instrumentos de apoio à implantação de sistemas de informação e gestão informatizados no conjunto das instituições; a atualização dos sistemas de informação e de avaliação da extensão universitária vigentes e a superação da prática de registro de dados isolados.

Não obstante os avanços já alcançados nesta área, faz-se necessária a institucionalização da função de monitoramento e avaliação nas universidades;

o estabelecimento de uma política de informação que institua regras e padrões em relação aos sistemas de informações, às tecnologias utilizadas, à integração entre bases de dados e à infraestrutura; a definição e produção de indicadores; o desenvolvimento de instrumentos para o levantamento de informações; a estruturação de uma base de dados com variáveis selecionadas para a construção dos indicadores e o desenvolvimento de ferramentas informacionais para o tratamento da informação.

5.6. Considerações finais

A estruturação de sistemas de monitoramento e avaliação traz desafios técnicos, como a usabilidade e o seu aprimoramento constante, bem como a construção de novos relatórios gerenciais e o desafio político-institucional no envolvimento e implicação dos usuários para o registro das ações de extensão e a sua atualização, visando à padronização dos dados. Para obter-se uma base de dados consistente é necessária a mobilização da comunidade acadêmica para o registro das ações de extensão, a qualificação desses registros e a formação das pessoas envolvidas na extensão.

Trata de um processo colaborativo e implica o desenvolvimento de sistemas de informação e o envolvimento dos responsáveis pela gestão da extensão na Universidade, da comunidade acadêmica, e dos desenvolvedores do sistema, bem como o estabelecimento de estratégias de formação continuada da comunidade acadêmica em extensão universitária. Por meio da mobilização dos conhecimentos advindos da experiência de todos os participantes, torna-se possível viabilizar uma práxis reflexiva e ampliar, avançar e aprimorar o monitoramento e a avaliação da gestão da extensão e de seus programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços.

Nessa perspectiva, reveste-se de especial importância a decisão político-institucional para o desenvolvimento de sistemas de informação e de monitoramento e avaliação, entendido como um conjunto articulado de instrumentos, cuja construção é processual e permanente, devendo considerar seu caráter contextual e dialógico com a gestão e com a comunidade.

REFERÊNCIAS

BOURGON, Jocelyne. Finalidade pública, autoridade governamental e poder coletivo. *Revista do Serviço Público*. Brasília 61 (1): 67-96 jan./mar. 2010.

GOMES, Alfredo Macedo. Política de avaliação da educação superior: controle e massificação. *Revista Educ. Soc.*, Campinas, v. 23, n. 80, set. 2002, p. 275-298.

FORPROEX. *Plano nacional de extensão universitária*. Ilhéus: Editus: 2001. (Coleção Extensão Universitária, v. 1)

FORPROEX. *Sistema de dados e informações: Base Operacional de acordo com o Plano Nacional de Extensão*. Rio de Janeiro: NAPE, UERJ, 2001. (Coleção Extensão Universitária; v. 2)

FORPROEX. *Avaliação nacional da extensão universitária*. Brasília: MEC/Sesu, Paraná: UFPR, Ilhéus: UESC, 2001. (Coleção Universitária, v. 3)

FORPROEX. *Extensão universitária: organização e sistematização*. Belo Horizonte: Coopmed, 2007 (Coleção Extensão Universitária, v. 6)

FORPROEX. *Política nacional de extensão universitária*. Manaus, 2012.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. *Sistemas de informações gerenciais: administrando a empresa digital*. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004. 562 p.

MARTELETO, Regina M. Informação: elemento regulador dos sistemas, fator de mudança social ou fenômeno pós-moderno? *Ci. Inf.*, Brasília, v. 16, n. 2, p. 169-180, jul./dez. 1987. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewFile/1473/1092>>.

NOGUEIRA, M. D. P. (Org.). *Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas: documentos básicos do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras*. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2001.

O'BRIEN, James A. *Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da Internet*. 2. ed. São Paulo. Editora Saraiva, 2004. 526 p.

ROBBINS, S. P. *Administração: mudanças e perspectivas*. São Paulo: Saraiva, 2000. Cap. 5: Sistemas de Planejamento.

SIEX/UFMG. Sistema de informação da extensão da universidade. Disponível em: <<https://sistemas.ufmg.br/siex/>>.

SHAPIRO, Janet. Monitoramento e avaliação, [s/d]. (Documento de trabalho)

TERTO, Ana Luisa V. *O processo de produção e sistematização de informação dos programas e projetos de extensão e o uso do sistema de informação da extensão da UFMG: um estudo a partir da perspectiva compreensiva*. Texto qualificação de Dissertação Mestrado, ECI – UFMG, 2012.

VAITSMAN, Jeni; RODRIGUES, Roberto Wagner S; PAES-SOUSA, Rômulo. *O sistema de avaliação e monitoramento das políticas e programas sociais: a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil*. Brasília, DF: Unesco, 2006



ANEXO

ANEXO

Linhas de extensão, em ordem alfabética, para classificação das ações de extensão universitária e formas de operacionalização mais frequentes

(Continua)

N. Linha de Extensão Formas de operacionalização mais frequentes

1	2006 – Alfabetização, leitura e escrita	Alfabetização e letramento de crianças, jovens e adultos; formação do leitor e do produtor de textos; incentivo à leitura; literatura; desenvolvimento de metodologias de ensino da leitura e da escrita e sua inclusão nos projetos político-pedagógicos das escolas.
2	2006 – Artes cênicas	Dança, teatro, técnicas circenses, performance; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área; memória, produção e difusão cultural e artística.
3	2006 – Artes integradas	Ações multiculturais, envolvendo as diversas áreas da produção e da prática artística em um único programa integrado; memória, produção e difusão cultural e artística.
4	2006 – Artes plásticas	Escultura, pintura, desenho, gravura, instalação, apropriação; formação, memória, produção e difusão cultural e artística.
5	2006 – Artes visuais	Artes gráficas, fotografia, cinema, vídeo; memória, produção e difusão cultural e artística.
6	2006 – Comunicação estratégica	Elaboração, implementação e avaliação de planos estratégicos de comunicação; realização de assessorias e consultorias para organizações de natureza diversa em atividades de publicidade, propaganda e de relações públicas; suporte de comunicação a programas e projetos de mobilização social, a organizações governamentais e da sociedade civil.

(Continua)

N. Linha de Extensão Formas de operacionalização mais frequentes

- | | | |
|-------|--|--|
| 7 | 2006 – Desenvolvimento de produtos | Produção de origem animal, vegetal, mineral e laboratorial; manejo, transformação, manipulação, dispensação, conservação e comercialização de produtos e subprodutos. |
| <hr/> | | |
| 8 | 2006 – Desenvolvimento regional | Elaboração de diagnóstico e de propostas de planejamento regional (urbano e rural) envolvendo práticas destinadas à elaboração de planos diretores, a soluções, tratamento de problemas e melhoria da qualidade de vida da população local, tendo em vista sua capacidade produtiva e potencial de incorporação na implementação das ações; participação em fóruns Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS; participação e assessoria a conselhos regionais, estaduais e locais de desenvolvimento e a fóruns de municípios e associações afins; elaboração de matrizes e estudos sobre desenvolvimento regional integrado, tendo como base recursos locais renováveis e práticas sustentáveis; permacultura; definição de indicadores e métodos de avaliação de desenvolvimento, crescimento e sustentabilidade. |
| <hr/> | | |
| 9 | 2006 – Desenvolvimento rural e questão agrária | Constituição e/ou implementação de iniciativas de reforma agrária, matrizes produtivas locais ou regionais e de políticas de desenvolvimento rural; assistência técnica; planejamento do desenvolvimento rural sustentável; organização rural; comercialização; agroindústria; gestão de propriedades e/ou organizações; arbitragem de conflitos de reforma agrária; educação para o desenvolvimento rural; definição de critérios e de políticas de fomento para o meio rural; avaliação de impactos de políticas de desenvolvimento rural. |
| <hr/> | | |
| 10 | 2006 – Desenvolvimento tecnológico | Processos de investigação e produção de novas tecnologias, técnicas, processos produtivos, padrões de consumo e produção (inclusive tecnologias sociais, práticas e protocolos de produção de bens e serviços); serviços tecnológicos; estudos de viabilidade técnica, financeira e econômica; adaptação de tecnologias. |
-

N. Linha de Extensão Formas de operacionalização mais frequentes

- | | | |
|----|---|---|
| 11 | 2006 –
Desenvolvimento urbano | Planejamento, implementação e avaliação de processos e metodologias visando proporcionar soluções e o tratamento de problemas das comunidades urbanas; urbanismo. |
| 12 | 2006 – Direitos individuais e coletivos | Apoio a organizações e ações de memória social, defesa, proteção e promoção de direitos humanos; direito agrário e fundiário; assistência jurídica e judiciária, individual e coletiva, a instituições e organizações; bioética médica e jurídica; ações educativas e preventivas para garantia de direitos humanos. |
| 13 | 2006 – Educação profissional | Formação técnica profissional, visando a valorização, aperfeiçoamento, promoção do acesso aos direitos trabalhistas e inserção no mercado de trabalho. |
| 14 | 2006 – Empreendedorismo | Constituição e gestão de empresas juniores, pré-incubadoras, incubadoras de empresas, parques e polos tecnológicos, cooperativas e empreendimentos solidários e outras ações voltadas para a identificação, aproveitamento de novas oportunidades e recursos de maneira inovadora, com foco na criação de empregos e negócios, estimulando a produtividade. |
| 15 | 2006 – Emprego e renda | Defesa, proteção, promoção e apoio a oportunidades de trabalho, emprego e renda para empreendedores, setor informal, proprietários rurais, formas cooperadas/associadas de produção, empreendimentos produtivos solidários, economia solidária, agricultura familiar, dentre outros. |
| 16 | 2006 – Endemias e epidemias | Planejamento, implementação e avaliação de metodologias de intervenção e de investigação tendo como tema o perfil epidemiológico de endemias e epidemias e a transmissão de doenças no meio rural e urbano; previsão e prevenção. |
-

(Continua)

N. Linha de Extensão Formas de operacionalização mais frequentes

- | | | |
|-------|---|---|
| 17 | 2006 – Espaços de ciência | Difusão e divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos em espaços de ciência, como museus, observatórios, planetários, estações marinhas, entre outros; organização desses espaços. |
| <hr/> | | |
| 18 | 2006 – Esporte e lazer | Práticas esportivas, experiências culturais, atividades físicas e vivências de lazer para crianças, jovens e adultos, como princípios de cidadania, inclusão, participação social e promoção da saúde; esportes e lazer nos projetos político-pedagógico das escolas; desenvolvimento de metodologias e inovações pedagógicas no ensino da Educação Física, Esportes e Lazer; iniciação e prática esportiva; detecção e fomento de talentos esportivos. |
| <hr/> | | |
| 19 | 2006 – Estilismo | Estilismo e moda. |
| <hr/> | | |
| 20 | 2006 – Fármacos e medicamentos | Uso correto de medicamentos para a assistência à saúde, em seus processos que envolvem a farmacoterapia; farmácia nuclear; diagnóstico laboratorial; análises químicas, físico- químicas, biológicas, microbiológicas e toxicológicas de fármacos, insumos farmacêuticos, medicamentos e fitoterápicos. |
| <hr/> | | |
| 21 | 2006 – Formação de professores (formação docente) | Formação e valorização de professores, envolvendo a discussão de fundamentos e estratégias para a organização do trabalho pedagógico, tendo em vista o aprimoramento profissional, a valorização, a garantia de direitos trabalhistas e a inclusão no mercado de trabalho formal. |
| <hr/> | | |
| 22 | 2006 – Gestão do trabalho | Estratégias de administração; ambiente empresarial; relações de trabalho urbano e rural (formas associadas de produção, trabalho informal, incubadora de cooperativas populares, agronegócios, agroindústria, práticas e produções caseiras, dentre outros). |
-

N. Linha de Extensão Formas de operacionalização mais frequentes

23	2006 – Gestão informacional	Sistemas de fornecimento e divulgação de informações econômicas, financeiras, físicas e sociais das instituições públicas, privadas e do terceiro setor.
24	2006 – Gestão institucional	Estratégias administrativas e organizacionais em órgãos e instituições públicas, privadas e do terceiro setor, governamentais e não-governamentais.
25	2006 – Gestão pública	Sistemas regionais e locais de políticas públicas; análise do impacto dos fatores sociais, econômicos e demográficos nas políticas públicas (movimentos populacionais, geográficos e econômicos, setores produtivos); formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam nos sistemas públicos (atuais ou potenciais).
26	2006 – Grupos sociais vulneráveis	Questões de gênero, de etnia, de orientação sexual, de diversidade cultural, de credos religiosos, dentre outros, processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), de emancipação, de respeito à identidade e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção.
27	2006 – Infância e adolescência	Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), promoção, defesa e garantia de direitos; ações especiais de prevenção e erradicação do trabalho infantil; desenvolvimento de metodologias de intervenção tendo como objeto focado na ação crianças, adolescentes e suas famílias.
28	2006 – Inovação tecnológica	Introdução de produtos ou processos tecnologicamente novos e melhorias significativas a serem implementadas em produtos ou processos existentes nas diversas áreas do conhecimento; considera-se uma inovação tecnológica de produto ou processo aquela que tenha sido implementada e introduzida no mercado (inovação de produto) ou utilizada no processo de produção (inovação de processo).
29	2006 – Jornalismo	Processos de produção e edição de notícias para mídias impressas e eletrônicas; assessorias e consultorias para órgãos de imprensa em geral; crítica de mídia.

(Continua)

N. Linha de Extensão Formas de operacionalização mais frequentes

30	2006 – Jovens e adultos	Processos de atenção (saúde, assistência social, etc.), emancipação e inclusão; educação formal e não formal; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto a juventude e/ou a idade adulta.
31	2006 – Línguas estrangeiras	Processos de ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras e sua inclusão nos projetos político-pedagógicos das escolas; desenvolvimento de processos de formação em línguas estrangeiras; literatura; tradução.
32	2006 – Metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem	Metodologias e estratégias específicas de ensino/aprendizagem, como a educação a distância, o ensino presencial e de pedagogia de formação inicial, educação continuada, educação permanente e formação profissional.
33	Mídias-arte	Mídias contemporâneas, multimídia, web-arte, arte digital.
34	Mídias	Veículos comunitários e universitários, impressos e eletrônicos (boletins, rádio, televisão, jornal, revistas, internet, etc.); promoção do uso didático dos meios de educação e de ações educativas sobre as mídias.
35	2006 – Música	Apreciação, criação e performance; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área musical; produção e divulgação de informações, conhecimentos e material didático na área; memória, produção e difusão cultural e artística.
36	2006 – Organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares	Apoio à formação, organização e desenvolvimento de comitês, comissões, fóruns, associações, ONG's, OSCIP's, redes, cooperativas populares, sindicatos, dentre outros.

N. Linha de Extensão Formas de operacionalização mais frequentes

37	2006 – Patrimônio cultural, histórico, natural e imaterial	Preservação, recuperação, promoção e difusão de patrimônio artístico, cultural e histórico (bens culturais móveis e imóveis, obras de arte, arquitetura, espaço urbano, paisagismo, música, literatura, teatro, dança, artesanato, folclore, manifestações religiosas populares), natural (natureza, meio ambiente) material e imaterial (culinária, costumes do povo), mediante formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, centros culturais, arquivos e outras organizações culturais, coleções e acervos; restauração de bens móveis e imóveis de reconhecido valor cultural; proteção e promoção do folclore, do artesanato, das tradições culturais e dos movimentos religiosos populares; valorização do patrimônio; memória, produção e difusão cultural e artística.
38	2006 – Pessoas com deficiências, incapacidades, e necessidades especiais	Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), de emancipação e inclusão de pessoas com deficiências, incapacidades físicas, sensoriais e mentais, síndromes, doenças crônicas, altas habilidades, dentre outras; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção individual e coletiva, tendo como objeto focado na ação essas pessoas e suas famílias.
39	2006 – Propriedade intelectual e patente	Processos de identificação, regulamentação e registro de direitos autorais e sobre propriedade intelectual e patente.
40	2006 – Questões ambientais	Implementação e avaliação de processos de educação ambiental de redução da poluição do ar, águas e solo; discussão da Agenda 21; discussão de impactos ambientais de empreendimentos e de planos básicos ambientais; preservação de recursos naturais e planejamento ambiental; questões florestais; meio ambiente e qualidade de vida; cidadania e meio ambiente.

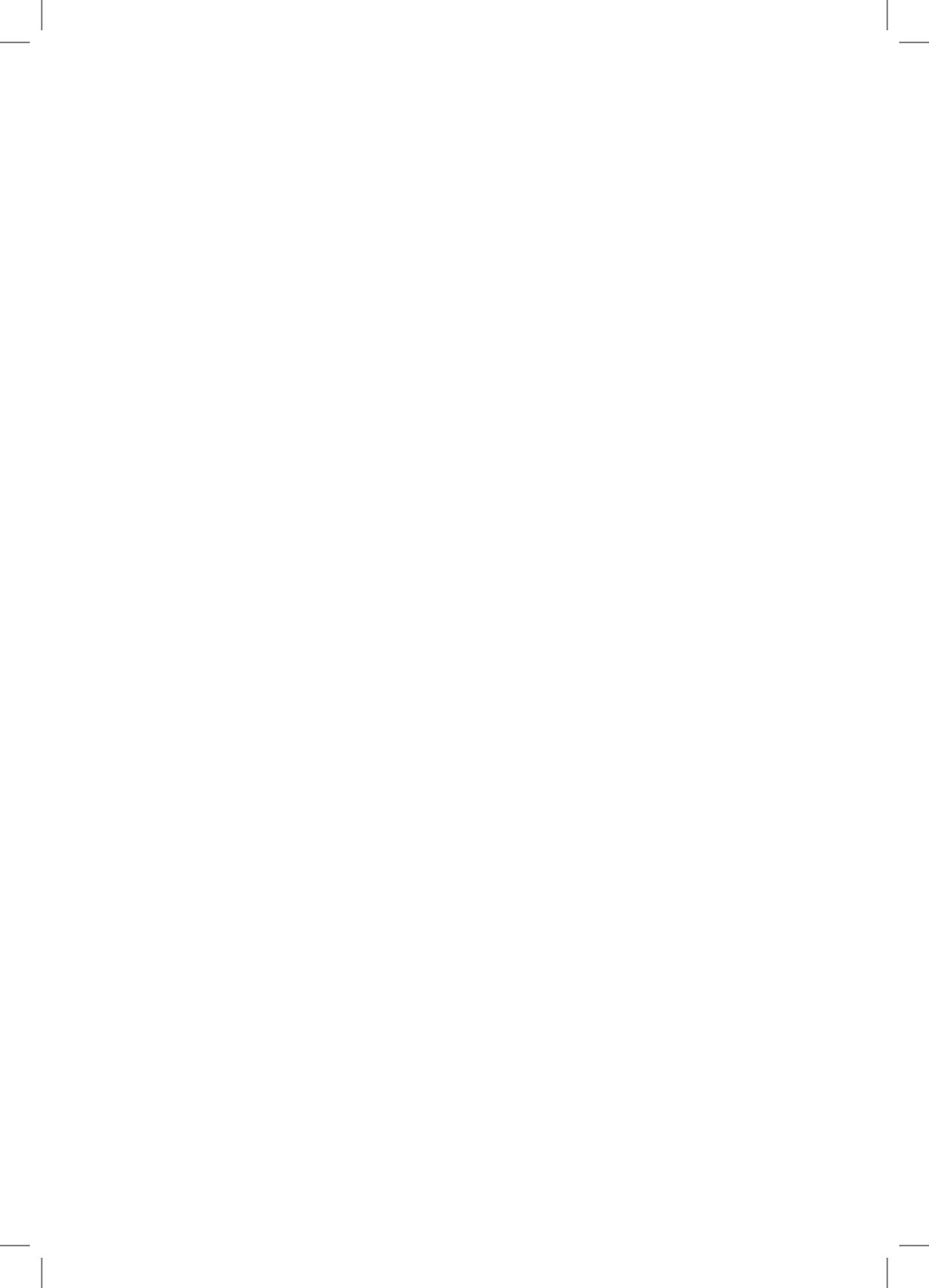
(Continua)

N. Linha de Extensão Formas de operacionalização mais frequentes

- | | | |
|-------|-------------------------------------|--|
| 41 | 2006 – Recursos hídricos | Planejamento de microbacias, preservação de mata ciliar e dos recursos hídricos, gerenciamento de recursos hídricos e bacias hidrográficas; prevenção e controle da poluição; arbitragem de conflitos; participação em agências e comitês estaduais e nacionais; assessoria técnica a conselhos estaduais, comitês e consórcios municipais de recursos hídricos. |
| <hr/> | | |
| 42 | 2006 – Resíduos sólidos | Orientação para desenvolvimento de ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento com base em critérios sanitários, ambientais e econômicos, para coletar, segregar, tratar e dispor o lixo; orientação para elaboração e desenvolvimento de projetos de planos de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, coleta seletiva, instalação de manejo de resíduos sólidos urbanos reaproveitáveis (compostagem e reciclagem), destinação final (aterros sanitários e controlados), e remediação de resíduos a céu aberto; orientação à organização de catadores de lixo. |
| <hr/> | | |
| 43 | 2006 – Saúde animal | Processos e metodologias visando a assistência à saúde animal: prevenção, diagnóstico e tratamento; prestação de serviços institucionais em laboratórios, clínicas e hospitais veterinários universitários. |
| <hr/> | | |
| 44 | 2006 – Saúde da família | Processos assistenciais e metodologias de intervenção para a saúde da família. |
| <hr/> | | |
| 45 | 2006 – Saúde e proteção no trabalho | Processos assistenciais, metodologias de intervenção, ergonomia, educação para a saúde e vigilância epidemiológica ambiental, tendo como alvo o ambiente de trabalho e como público os trabalhadores urbanos e rurais; saúde ocupacional. |
| <hr/> | | |
| 46 | 2006 – Saúde humana | Promoção da saúde das pessoas, famílias e comunidades; humanização dos serviços; prestação de serviços institucionais em ambulatórios, laboratórios, clínicas e hospitais universitários; assistência à saúde de pessoas em serviços especializados de diagnóstico, análises clínicas e tratamento; clínicas odontológicas, de psicologia, dentre outras. |
-

N. Linha de Extensão Formas de operacionalização mais frequentes

- | | | |
|-------|---|--|
| 47 | 2006 – Segurança alimentar e nutricional | Incentivo à produção de alimentos básicos, auto-abastecimento, agricultura urbana, hortas escolares e comunitárias, nutrição, educação para o consumo, regulação do mercado de alimentos, promoção e defesa do consumo alimentar. |
| <hr/> | | |
| 48 | 2006 – Segurança pública e defesa social | Planejamento, implementação e avaliação de processos e metodologias, dentro de uma compreensão global do conceito de segurança pública, visando proporcionar soluções e tratamento de problemas relacionados; orientação e assistência jurídica, judiciária, psicológica e social à população carcerária e seus familiares; assessoria a projetos de educação, saúde e trabalho aos apenados e familiares; questão penitenciária; violência; mediação de conflitos; atenção a vítimas de crimes violentos; proteção a testemunhas; policiamento comunitário. |
| <hr/> | | |
| 49 | 2006 – Tecnologia da informação | Desenvolvimento de competência informacional para identificar, localizar, interpretar, relacionar, analisar, sintetizar, avaliar e comunicar informação em fontes impressas ou eletrônicas; inclusão digital. |
| <hr/> | | |
| 50 | 2006 – Temas específicos / Desenvolvimento humano | Temas das diversas áreas do conhecimento, especialmente de ciências humanas, biológicas, sociais aplicadas, exatas e da terra, da saúde, ciências agrárias, engenharias, lingüística, (letras e artes), visando a reflexão, discussão, atualização e aperfeiçoamento humano. |
| <hr/> | | |
| 51 | 2006 – Terceira idade | Planejamento, implementação e avaliação de processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), de emancipação e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto enfocado na ação pessoas idosas e suas famílias. |
-



Esta obra foi produzida pela Gaia Cultural e impressa pela Imprensa
Universitária da UFMG, em sistema offset, papel offset 80g
(miolo) e papel cartão supremo 320g (capa), em abril de 2014.